

REVISTA DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Revista da ABRAPP • ICSS • SINDAPP • UniAbrapp • Ano XXXIX • Número 431 • Novembro/Dezembro 2020

O PRESENTE E O FUTURO DA ALOCAÇÃO DE ATIVOS EM TEMPOS DE COVID-19

O que 2021 reserva para o trabalho e a previdência?

Islândia tem a aposentadoria mais segura do mundo

Solvência no Brasil e no exterior: debates e práticas

2021
2020

**BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A**

Renata Sturzeneker Cypreste
21 3808.7502
Fabio de Souza Guerra
21 3808.7548
bbdtvm@bb.com.br

**ABERDEEN STANDARD INVESTMENTS**

Daniel Xavier
11 3956.1113
contato.brasil@aberdeenstandard.com

BOCATER

Bocater, Camargo, Costa e Silva,
Rodrigues Advogados

BOCATER, CAMARGO, COSTA E SILVA, RODRIGUES ADVOGADOS ASSOCIADOS

Flavio Martins Rodrigues
21 3861.5800
frodrigues@bocater.com.br
Matheus Corredato Rossi
11 2198.2800
mrossi@bocater.com.br

**BNY MELLON**

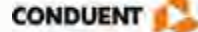
BNY MELLON
Marcus Moraes
11 3050.8306
marcus.moraes@bnymellon.com

**MERCER**

Marketing
11 3878-2000
mercer.brasil@mercer.com

**CM CORP SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**

Marcus Moraes
21 98882.4980
marcus.moraes@cmcorp.com.br

**CONDUENT CONSULTORIA E SERVIÇOS DE RECURSOS HUMANOS**

André Moura
11 95772.0939
andre.moura@conduent.com

**FAR – FATOR ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.**

Paulo Gala
11 3049.9108
pgala@fator.com.br
Fernando Moreira
11 3049.9414
femoreira@fator.com.br

**GRUPPO AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTO**

Roberto Pitta
21 3554.2680
comercial@gruppoinvest.com.br

**PPS PORTFOLIO PERFORMANCE LTDA.**

Ana Paula França
11 3168.9139
anapaula@pps-net.com.br



A Manulife Investment Management Company

HANCOCK ASSET MANAGEMENT BRASIL

Cleudson Rangel
+ 1 617 747.1609
crangel@hnrg.com
Luis Meinert
41 3156.9000
lmeinert@hnrg.com

**JUNQUEIRA DE CARVALHO e MURGEL**

advogados associados

JUNQUEIRA DE CARVALHO E MURGEL ADVOGADOS E CONSULTORES

Fábio Junqueira de Carvalho
31 2128.3585
fabio@jcm.com.br

**LUZ SOLUÇÕES FINANCEIRAS**

Suelen Salgo
11 3799.4700
comercial@luz-ef.com

S&P Dow Jones Indices

A Division of **S&P Global**

S&P DOW JONES INDICES

Paulo Eduardo de Souza Sampaio
21 99594.9771
paulo.sampaio@spglobal.com

**JIVE INVESTMENTS CONSULTORIA LTDA.**

Marcelo Quintas
11 3500.5018
11 99371-4297
mq@jiveinvestments.com

**PFM CONSULTORIA E SISTEMAS**

Cynthia Shingai Pinheiro Paes
cynthia.shingai@pfmconsultoria.com.br
Francisco Carlos Fernandes
ffernandes@pfmconsultoria.com.br
11 4302.3126



INVESTIMENTOS

PORTO SEGURO

Marcela Vega
11 3366.3525
marcela.vega@portoseguro.com.br

Schroders**SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL LTDA**

Vinicius Bueno Lima, CFP®
11 3054.5186
11 97422.6509
vinicius.lima@schroders.com

**STRATUS INVESTIMENTOS LTDA.**

Taci Silva Vilas Boas
11 2166.8800
tsilva@stratusbr.com

**TÓRRES, FLORÊNCIO, CORRÊA, OLIVEIRA ADVOCACIA**

Ana Carolina Mendes
61 3321.4303
anacarolina@torresfco.com.br

**VINCI PARTNERS**

Alexandre Damasceno
adamasceno@vincipartners.com
Daniel Figueiredo
dfigueiredo@vincipartners.com
Alessandro Meneghel
ameneghel@vincipartners.com
11 3572.3700

**WILLIS TOWERS WATSON**

Evandro Luis de Oliveira
11 4505.6424
evandro.oliveira@willistowerswatson.com

C8 MARKETING E BUSINESS

Carmem Signorini

11 3031.7313

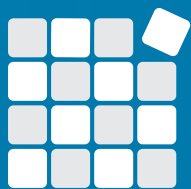
carmem.signorini@c8mkt.com.br

SURPREENDA-SE

com os **Parceiros Certos**

AS MELHORES SOLUÇÕES DE QUEM CONHECE E CONTRIBUI PARA SUA ENTIDADE...

Catálogo exclusivo das EFPC, com prestadores de serviço de diversos segmentos, que dispõe de produtos e serviços qualificados, valorizando e construindo relacionamentos sólidos e de credibilidade.



REDE DE CREDENCIADOS

**REDE ÚNICA DE
PRESTADORES DE
SERVIÇOS DA
PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR
FECHADA COM
DIFERENCIADOS
BENEFÍCIOS!**

41CBPP

PALESTRAS EXCLUSIVAS

Estaremos juntos no 41º Congresso em um ambiente totalmente digital e interativo, que trará apresentações de alto valor, no **Espaço Institucional da Abrapp!**

Aguardamos você nessa experiência que vai despertar os melhores *insights* em soluções criativas!

ABRAPP

abrappatende@abrapp.org.br
www.abrapp.org.br



Ano XXXIX - Número 431
Novembro/Dezembro 2020

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Revista da

ABRAPP / ICSS / SINDAPP / UniAbrapp

Editora

Flávia Pereira da Silva

Reg. Profissional nº 0035080/RJ

Programação visual e Capa

Virgínia Carraca

Colaboradores

Alexandre Sammogini

Bruna Chieco

Débora Diniz

Martha Elizabeth Corazza

Redação

flaviampsilva@gmail.com

PUBLICIDADE:

Abrapp Atende

(11) 3043-8783

(11) 3043-8784

(11) 3043-8785

(11) 3043-8787

(11) 3043-8739

E-mail: abrappatende@abrapp.org.br

Núcleo de Comercialização Abrapp

Telefone: (11) 3031-2317/7313

ENDEREÇO

Av. Nações Unidas, 12.551 – 20º andar

World Trade Center - Brooklin Novo

CEP 04578-903 – São Paulo, Capital

www.abrapp.org.br

06 Vida Associativa

11 Um ano para entrar na história

Entrevista com Armando Castelar

19 O futuro dos investimentos no pós-pandemia

O aumento do risco para cumprir metas atuárias já produz maior diversificação na alocação de ativos em ambiente de preocupação fiscal e volatilidade do mercado

27 Governança dos investimentos tem versão atualizada

Nova versão do Código de Autorregulação prima pelo ordenamento, especificidade e contemporaneidade

33 Estados e municípios avançam na implantação da Previdência Complementar

Em linha com direcionamento regulatório, a tendência inicial é de adesão a entidades já estruturadas

39 Inovação e tecnologia para desonerar e crescer

Conecta lança a Central de Serviços, que irá oferecer às EFPCs pacotes completos em *marketing*, vendas e atendimento

47 CADERNO ESPECIAL - O futuro do trabalho e da aposentadoria

47 A aposentadoria na Quarta Revolução Industrial

55 Volatilidade e retornos menores no longo prazo

61 O “novo normal” para a Previdência Complementar Brasileira

69 Entusiastas do sistema na Câmara dos Deputados

Atuação da Abrapp e o apoio decisivo de parlamentares têm gerado avanços legislativos na governança, fomento, tributação e investimentos dos planos

75 Solvência: estudos serão ponto de partida para novas discussões

A pauta inicial, definida pela pressão emergencial da Covid, trata agora de questões estruturais, passando a ter um horizonte mais amplo

83 A controversa precificação dos passivos previdenciários

Diversos países utilizam a marcação a mercado dos passivos, abordagem que gera volatilidade e iria contra fundamentos macroeconômicos

95 Defesa de valores tangíveis e intangíveis

Grupo Abrapp lança Política de Relacionamento e Boas Práticas com diretrizes para proteger sua imagem e capital intelectual

101 Taxonomia e engajamento em 2021

Classificação dos investimentos ESG - com critérios ambientais, sociais e de governança - avança no Brasil, juntamente com iniciativas coletivas de mobilização em prol da sustentabilidade

107 O país com a aposentadoria mais segura do mundo

Ranking que considera fatores como tributação, meio ambiente e saúde é liderado pela Islândia, cujo sistema previdenciário é fortemente baseado na capitalização complementar

115 Consolidado Estatístico

**Diretor-Presidente**

Luís Ricardo Marcondes Martins

Diretor-Vice-Presidente

Luiz Paulo Brasizza

Diretores Executivos**Regional Centro-Norte**

Amarildo Vieira de Oliveira

José Roberto Rodrigues Peres

Regional Leste

Denner Glaudsson de Freitas

Armando Quintão Bello de Oliveira Junior

Regional Nordeste

Augusto da Silva Reis

Alexandre Araújo de Moraes

Regional Sudeste

Sérgio Wilson Ferraz Fontes

Carlos Alberto Pereira

Regional Sudoeste

Carlos Henrique Flory

Jarbas Antonio de Biagi

Regional Sul

Rodrigo Sisnandes Pereira

Cláudia Trindade

Conselho Deliberativo**Presidente**

José Maurício Pereira Coelho

Vice-Presidente

Edécio Ribeiro Brasil

1º Secretário

Walter Mendes de Oliveira Filho

2º Secretário

Reginaldo José Camilo

ICSS**Presidente**

Guilherme Velloso Leão

Diretores

Alexandre Wernersbach Neves

João Carlos Ferreira

SINDAPP**Diretor-Presidente**

José de Souza Mendonça

Diretor-Vice-Presidente

José Luiz Costa Taborda Rauen

Diretores

Marcelo Sampaio Soares

Erasmus Cirqueira Lino

Liane Câmara Matoso Chacon

Ana Maria Mallmann Costi

UniAbrapp**Diretor-Presidente**

Luiz Paulo Brasizza

Diretor-Vice-Presidente

Luiz Carlos Cotta

Diretora Administrativa e Financeira

Liane Câmara Matoso Chacon

Diretora Acadêmica

Cláudia Trindade

Diretor Executivo

José Jurandir Bastos Mesquita

Conselho Deliberativo**Presidente**

Luís Ricardo Marcondes Martins

O que esperar, de 2021 em diante, para a economia, trabalho, saúde, aposentadoria? No encerramento de um ano no mínimo turbulento, em que o mundo viveu - e ainda vive - mudanças drásticas nos mais diversos setores, especialistas procuram avaliar os impactos da pandemia e tecer projeções para o futuro, algo que, no momento atual, não é tarefa fácil. A presente edição traz algumas dessas perspectivas, a começar pela econômica, segundo o olhar apurado do economista Armando Castelar.

O mercado de trabalho tornou-se mais fragmentado e instável, um processo acelerado pelos efeitos da Covid-19 que teve origem na Quarta Revolução Industrial (em curso), cujos avanços - em ritmo galopante - acarretam transformações extrínsecas e intrínsecas ao ser humano, com consequências para os sistemas de assistência social e previdência (pública e privada). A fim de congregando diferentes análises sobre o assunto, reunimos, no miolo da presente edição, três matérias em um pequeno caderno sobre o futuro da previdência e do trabalho, agora um pouco menos nebulosos. Em comum aos estudiosos consultados, um ensinamento importante: é vital segregar, cada vez mais, a poupança previdenciária do vínculo empregatício, preservando, ao mesmo tempo, o caráter social dos programas via o compartilhamento de riscos.

O ano que termina também deixa clara a necessidade por mudanças nas regras e práticas que regem a gestão de ativos e passivos dos fundos de pensão. Neste último caso, experiências de países desenvolvidos podem ajudar no momento em que as normas de solvência são debatidas no ambiente doméstico. O andamento das discussões envolvendo o tema aqui e lá fora pode ser conhecido nas próximas páginas.

Na seara dos investimentos, assunto da nossa matéria de capa, destacamos o que as entidades já fizeram ou planejam fazer para lidar com o ambiente de baixas taxas de juros. Como não podia deixar de ser, observa-se uma clara tendência de diversificação, e junto a ela a necessidade de rever alguns limites regulatórios, em especial o que trata dos investimentos no exterior.

A equipe da revista deseja a todos uma ótima leitura e um ano novo com muita saúde!

Fundos Internacionais, um mundo de possibilidades **para seus investimentos.**

O BTG Pactual montou uma das melhores e mais completas plataformas de investimentos internacionais do mercado, para você que busca investir nas principais gestoras globais sem se preocupar com taxas cambiais e burocracias.

Diversifique sua carteira.
Dê um BTG nos seus investimentos.



btgpactual.com



PICTET
Asset Management

T.Rowe Price 



MFS[®]

Janus Henderson
— INVESTORS —



▶▶VIDA ASSOCIATIVA

Fique por dentro das AÇÕES e POSICIONAMENTOS da sua Associação

■ PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA

Elaborado pela Comissão Técnica Centro-Norte de Estratégias e Criação de Valor da Abrapp, foi lançado, no dia 21 de outubro, o Programa de Preparação para Aposentadoria, um Guia direcionado aos RHs e lideranças das EFPCs e suas patrocinadoras. O material busca ser uma referência dentro das empresas, tendo como base o ciclo de vida do empregado. São três os pilares trabalhados: relacionamento e emoções; saúde e bem-estar; e educação financeira. São propostas

ainda ações executáveis para que as patrocinadoras coloquem em prática: algumas delas a serem compartilhadas; outras específicas para cada uma das personas traçadas no programa.

“Nossa ideia é subsidiar e trazer novas ideias para que as áreas das empresas se sensibilizem para essa questão tão importante da preparação para aposentadoria de suas equipes”, afirma Marco Aurélio Weyne, membro da comissão e Gerente de Comunicação e Relacionamento do Postalis.

■ SEMINÁRIO DE INVESTIMENTOS

O 9º Seminário Gestão de Investimentos reuniu mais de 700 participantes no centro digital de eventos do Grupo Abrapp, nos dias 15 e 16 de outubro. A edição exclusiva e inédita contou com a participação de consultores, *assets*, dirigentes e representantes da Previc. Na pauta, grandes discussões que irão guiar as políticas e estratégias de investimentos dos próximos anos. A organização ficou a cargo das Comissões Técnicas de Investimentos da Abrapp. Na abertura do evento, o Diretor-Presidente da Associação, Luís Ricardo Marcondes Martins, desta-

cou que o seminário traz as maiores referências de estrategistas de investimentos para debater e apontar caminhos em temas fundamentais para as entidades no atual cenário. São vários os desafios postos: queda estrutural da taxa de juros, aumento da longevidade, risco fiscal e efeitos da pandemia. Os temas abordados incluíram os mercados de títulos públicos e privados; solvência dos planos; diversificação em renda variável; Pix e a revolução nos meios de pagamento; questões ASG e investimentos no exterior, entre outros.

■ REUNIÃO COM A UNIDAS

Os Presidentes de Abrapp, UniAbrapp, ICSS e Unidas (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde) participaram de reunião no dia 21/10 para tratar de iniciativas de compartilhamento e cooperação nas áreas de capacitação, certificação profissional e Autorregulação. Segundo Cláudia Trindade, representante da Abrapp na Comissão Técnica Mista com a Unidas, um levantamento recente identificou que 25 associadas da Abrapp tocam tanto a gestão de previdência quanto de saúde.

“Há vários temas relevantes para discutirmos em parceria, como CNPJ para Plano de Saúde, capacitação e certificação. Eles querem muito aproveitar a estrutura oferecida por Abrapp, UniAbrapp e ICSS e levar esse *know-how* para a área de autogestão”, ressalta Luís Ricardo Martins, Diretor-Presidente da Abrapp.

O Presidente da Unidas, Anderson Mendes, avalia que a reunião foi um marco. “Saímos com uma agenda e a intenção de transformar esse propósito em ações que realmente reflitam em melhor qualidade de serviços para nossas filiadas.” A Autorregulação e a área de inovação serão pontos fortes da parceria.

Presidente do Conselho Diretor do ICSS, Guilherme Leão destaca que 50 a 70% da renda média dos aposentados se destina ao pagamento do plano de saúde, cuja gestão técnica e especializada é imprescindível. Nesse sentido, o Diretor-Presidente da UniAbrapp, Luiz Paulo Brasizza, observa que a Universidade agora inicia um caminho de expansão junto a segmentos conexos com a Previdência Complementar, como planos de saúde e RPPS.

■ CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS DE RPPS

A UniAbrapp deu início à primeira edição do programa executivo “Conselhos de Alta Performance nos RPPS” em parceria com a Previar e a Paraná Previdência. A aula inaugural foi realizada no dia 20/10, reunindo 32 alunos. A iniciativa surgiu de uma demanda do RPPS estadual, diz Felipe Vidigal, Presidente da Paraná Previdência e executivo da OABPrev-PR. “Temos cerca de 2.200 RPPS no Brasil. E a maioria tem carência de oportunidades de formação, principalmente nos pequenos municípios”, ressalta.

O curso é baseado no programa Conselhos de Alta Performance voltado para as EFPCs, mas com ementa adaptada às especificidades dos Regimes Próprios de Previdência Social. Em 67 horas de conteúdo, os módulos ministrados pelos especialistas da UniAbrapp e novos instrutores com *expertise* em RPPS, abrangem questões como atuária, investimentos e compensação previdenciária. Assim como na versão para as entidades fechadas, os conselheiros aprovados pelo programa estarão aptos à Certificação por Capacitação do ICSS.

■ IMPLANTAÇÃO DE PLANOS FAMÍLIA

A Abrapp disponibilizou, em meados de outubro, o Guia Rápido de Implantação de Planos Família. O material foi estruturado com base no Raio-X dos Planos Família, levantamento realizado junto às associadas, que por sua vez gerou insumos para a elaboração de um estudo de viabilidade de tais programas.

O documento foi dividido em quatro tópicos, que representam as principais fases do processo de implantação: análise e decisão pela criação do plano família; aprovação junto à Previc; implantação; e manutenção do plano. Uma vez que a entidade opte por criar o plano, ela terá três formas de instituí-lo, o que no Guia é tratado como Modelos 1, 2 e 3. “Promovemos uma análise de comparação entre os três modelos, dando elementos para a entidade escolher o melhor na criação do plano”, destaca o consultor João Marcelo Barros Carvalho, que auxiliou na elaboração do material.

O Guia traz ainda estatísticas de EFPCs que já criaram ou estão criando seu plano família, qual o modelo escolhido, entre outras tendências. Ainda é possibilitado, por meio de um QR Code, o acesso a uma planilha eletrônica para simular um estudo de viabilidade do plano pela entidade. Já o último capítulo, que trata da manutenção do programa, aponta os requisitos e avaliações necessários para assegurar sua viabilidade administrativa. Um cronograma de todo o processo também foi incluído no Guia, segundo o qual, desde a primeira ideia de criar o plano família até a sua efetiva implantação, há um horizonte de 18 meses. O material pode ser solicitado em abrappatende@abrapp.org.br

■ INSTRUÇÃO Nº 34/2020 MANTÉM COMPLEXIDADE

A Previc editou, em 28/10, a Instrução nº 34/2020, que regulamenta a legislação relacionada à prática de lavagem de dinheiro, ocultação de bens e financiamento do terrorismo. Com a intenção de promover melhorias, evitar procedimentos desnecessários e onerosidade excessiva, Abrapp e Sindapp haviam enviado uma série de sugestões para a consulta pública que a antecedeu. Todavia, das 40 sugestões apresentadas, apenas 15 foram acatadas.

Luiz Fernando Brum, Secretário Executivo da Comissão Técnica de Assuntos Jurídicos da Abrapp, explica que, na essência, a norma preservou a estrutura da minuta original, mantendo a obrigatoriedade de criação de novos e complexos controles. “Alguns desses controles são revestidos de um indesejável grau de subjetividade, ensejando, dessa forma, dificuldade para a sua adoção, além de expor a entidade e os seus dirigentes a mais um risco de responsabilização, aumentando o ambiente de insegurança jurídica.”

Vale destacar como positivo o início da vigência da Instrução - 1º de março de 2021 - um meio-termo entre a demanda do sistema (1º de julho de 2021) e a proposta original (1º de janeiro de 2021). “Como toda norma é dinâmica, continuaremos acompanhando o assunto e trabalharemos junto à Previc para que sejam realizados aperfeiçoamentos na implementação”, comenta Jarbas de Biagi, Diretor Executivo e Responsável pela CT de Assuntos Jurídicos da Abrapp.



mag.com.br



VANTAGENS FINANCEIRAS E SEGURANÇA PARA O FUNDO DE PENSÃO. TRANQUILIDADE PARA O FUTURO DOS PARTICIPANTES.

Com pés no presente e olhos para o futuro, ao longo de 185 anos, investimos em inovação e tecnologia para entregar serviços que façam a diferença para o modelo de negócio dos fundos de pensão.

• Gestão de ativos

- Rentabilidade com responsabilidade
- Mais de 50 fundos de investimentos
- Cerca de R\$ 6,3 bilhões em ativos sob gestão

• Compartilhamento dos riscos

- Coberturas de morte e invalidez
- Risco de longevidade
- Cobertura de morte da carteira de empréstimo

• Gestão previdenciária

- Operação e atendimento
- Serviços de Atuária
- Contabilidade
- Sistema em TI



**CONFIE EM NOSSA
EXPERIÊNCIA E CONHEÇA
NOSSAS SOLUÇÕES.**

Eugênio Guerim Jr.

(21) 3722-2620

ejunior@mag.com.br

MAG

GRUPO MONGERAL  **AEON**



CERTIFICAÇÃO POR EXPERIÊNCIA

O prazo das inscrições está se encerrando.

Aproveite até 10/12 para fazer a sua inscrição
pelo site do ICSS: www.icss.org.br

Estaremos presentes no 41º Congresso Brasileiro
de Previdência Privada.
Visite nosso estande e aproveite para tirar
suas dúvidas. Esperamos você!



ARMANDO CASTELAR

UM ANO PARA ENTRAR NA HISTÓRIA

Aos poucos, a economia brasileira vai dando sinais de recuperação. Os resultados de julho a setembro foram positivos, puxados pela retomada de setores como indústria e construção civil. Nos últimos meses, devido ao isolamento social, compras e viagens foram adiadas, o que aumentou a poupança doméstica, e a chegada de uma vacina contra a Covid-19, que parece estar próxima, deve continuar estimulando o consumo e a economia, sem

afetar o desejo das famílias de manter reservas financeiras para o futuro. Essa é a avaliação do economista Armando Castelar, Coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e da Escola de Direito da FGV do Rio de Janeiro. Para o especialista, a tendência é que não haja resgates de planos de Previdência Complementar,

mas um esforço maior para guardar dinheiro para a aposentadoria em um cenário de juros baixos, que afetam os rendimentos das aplicações. Para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), o desafio, agora, é trabalhar duro para atingir as metas atuariais.

Como a economia brasileira tem se saído na pandemia, comparada a outros países atingidos pelo Coronavírus de maneira semelhante?

Armando Castelar: Essa pergunta é mais complexa do que parece. Tudo depende do indicador usado. O PIB do segundo trimestre teve queda não muito diferente do observado na média de países da Europa e da América do Norte. Para o ano como um todo, ficaremos melhor do que o restante da América Latina e a Europa, que arrisca nova contração no quarto trimestre. Melhor mesmo só a Ásia, que está tendo uma recuperação mais rápida, como mostram os casos da China e da Coreia. Influuiu nesse desempenho relativamente bom o tamanho dos estímulos fiscais e monetários adotados pelo Brasil e EUA, onde o PIB também cairá este ano bem menos do que se chegou a temer no auge da pandemia. Agora, esse padrão diverge bastante entre setores.

Em relação à pandemia em si, qual é a sua avaliação do desempenho do Brasil?

Armando Castelar: Houve países

que foram muito melhores do que nós na condução do problema. Outros, piores. Quanto ao número de casos, só ficamos atrás dos EUA e da Índia, ambos com populações também maiores - no caso da Índia, sete vezes maior. Em termos de mortes por habitantes, somos o segundo pior, só ficando atrás da Bélgica, que tem um critério mais abrangente de classificar mortes como as causadas pela Covid. Talvez sejamos também ultrapassados pela Espanha. Sem dúvida nosso desempenho foi pior do que precisaria ser, considerando que tivemos mais tempo para nos preparar. Desperdiçamos a oportunidade e acabamos pior que a grande maioria dos países. A pergunta, agora, é o que acontece daqui para frente.

Como você vê as medidas de estímulo econômico adotadas?

Armando Castelar: Minha avaliação sobre isso é positiva. O auxílio emergencial ajudou muitas pessoas e evitou que algumas se expusessem ao risco de contágio pela Covid-19. Fiquei feliz, como sociedade, que o País tenha se preocupado com isso e focado nas pessoas. O programa de redução de salários e jornada de trabalho para preservar empregos também foi algo que deu certo.

Por outro lado, muitos pequenos negócios fecharam as portas porque não conseguiram crédito. A dificuldade de o crédito chegar

a pequenas empresas também ocorreu em outros países, até que o governo resolveu dar o dinheiro. É fato que os bancos não querem colocar nada em risco, porque a chance de esses negócios quebrarem é grande. Ninguém sabe quem vai conseguir sair da crise. Nos Estados Unidos, existe um programa gigantesco para dar dinheiro às pequenas e médias empresas. Na Inglaterra, a mesma coisa. O problema é que o governo brasileiro não tem tanto dinheiro assim para dar, em anteposição a emprestar. Em qualquer lugar do mundo, é complicado entregar um volume grande de crédito a várias empresas em um momento de recessão.

Estamos falando para uma revista voltada, sobretudo, para o investidor institucional e de longo prazo. Falando em perspectivas, como você avalia o cenário, sobretudo para esse público? O que podemos esperar do futuro?

Armando Castelar: É sempre difícil falar de futuro. A tendência é que o setor de serviços, em especial aqueles prestados às famílias, continue se recuperando de forma mais lenta e incompleta que os demais setores. Muitas das mudanças na forma como as empresas se organizam, em particular com o “home office”, eliminam empregos para trabalhadores com baixa qualificação. Isso faz com que o desemprego siga elevado e que

muitos dos que voltam ao mercado de trabalho só encontrem ocupações na informalidade.

Mas tudo depende muito do que vai acontecer com a saúde e a questão sanitária. Há sete vacinas que já estão na fase 3 de testes clínicos. Cada uma tem 85% de chance de ser aprovada. Se considerarmos as sete juntas, a probabilidade de pelo menos uma obter registro é muito alta. Isso muda muita coisa. As famílias pouparam muito nesse período recente. A queda no consumo foi maior do que a queda na renda, então, sobrou dinheiro. Isso pode ser visto em todos os países, inclusive no Brasil.

Acho que se a vacina sair até o final do ano, a economia vai bombar porque está todo mundo com o consumo represado, todos querendo viajar, ir para restaurante, para bar, fazer compras e ir ao *shopping*. De todo modo, a segunda metade do ano terá uma economia mais forte, porque muita coisa já voltou a abrir, muitas pessoas voltaram a sair de casa.

E se a vacina demorar mais para ficar pronta?

Armando Castelar: Mesmo nesse caso, acredito que teremos um segundo semestre mais forte. Muita coisa reabriu, e as pessoas voltaram a sair de casa. Aos domingos, as praias ficam lotadas. O comércio varejista já está melhor do que um ano atrás. A indústria de transformação e a

construção civil estão progredindo. Os serviços que exigem contato próximo entre as pessoas é que ficaram mais para trás. O quarto trimestre, principalmente agora com a extensão do auxílio emergencial, deve mostrar nova alta, mesmo que moderada, com o PIB crescendo entre 2% e 3% contra o trimestre anterior.

Quais são as expectativas de médio a longo prazo?

Armando Castelar: Mais para frente é um pouco incerto, porque o impulso fiscal tem de ser diminuído devido à necessidade de controlar a expansão da dívida pública e de controlar gastos. Isso tende a puxar a economia para baixo. Será preciso fazer algo mais modesto em relação ao auxílio emergencial, algo que permita reduzir o déficit público. A tendência é continuar a ver uma recuperação gradual do consumo, ou forte, se tiver vacina. Isso é importante para compensar o fim da transferência de renda que o setor público está fazendo em 2020 (com o auxílio emergencial) e que vem ajudando muito a segurar a economia.

No ano que vem, com a vacina, a economia deve se recuperar mais fortemente, crescendo uma faixa de 3%. Agora, é sempre bom lembrar que o Brasil já tinha dificuldade de crescer antes da pandemia e as travas que nos atrapalhavam continuam lá. Ou seja, após sair do buraco, o País chegará novamente

àquela rampa semi-horizontal na qual estava há anos.

E quanto ao emprego, especificamente?

Armando Castelar: O emprego caiu muito, na faixa de 12% na comparação interanual. Foi uma queda dramática. Uma parcela grande da população parou de trabalhar e não foi procurar nova vaga, pela questão sanitária e pela baixa expectativa de conseguir algo. Para frente, a tendência é que o emprego suba, de forma moderada, à medida que as atividades econômicas sejam retomadas. Depois da recuperação, devemos voltar ao patamar onde estávamos antes da pandemia. O crescimento era basicamente do emprego informal. A situação do mercado de trabalho vai continuar muito complicada. A perspectiva é ruim; porém, no ano que vem, vai ser um pouco melhor. A tendência é ir melhorando devagar.

O que preocupa mais no atual contexto?

Armando Castelar: A dívida alta, obviamente, não desaparecerá. Ela deve subir uns 20% do PIB, pelo menos, e limitar ainda mais as opções de política fiscal. Os indicadores mostram que a pandemia provocou a desvalorização das moedas de países emergentes. Só que a maioria teve recuo de 13% a 14% em relação à virada do ano. No Brasil, a desvalorização do real está em uns 40%.

Por que a desvalorização cambial no Brasil foi tão acima dos demais países emergentes?

Armando Castelar: Pela situação fiscal e pela incerteza política. A trégua do Presidente Jair Bolsonaro com o Judiciário e o Congresso reduziu um pouco a instabilidade, mas a insegurança financeira é gigantesca, pela deterioração fiscal neste ano e pelo déficit primário na faixa de 13% do PIB. A eleição presidencial americana tende a impactar fortemente a política brasileira. Se Joe Biden vencer, o Brasil ficará isolado no cenário internacional. A questão ambiental da Amazônia, que já está crescente, ganhará impulso, visto que os democratas têm posição mais firme do que Donald Trump nessa seara. Isso geraria um grande transtorno à política brasileira, causando, talvez, troca de ministros. Por outro lado, se Trump ganhar, Bolsonaro se sentirá fortalecido e ficará mais assertivo nas brigas dele.*

A questão ambiental impacta os ativos e o mercado?

Armando Castelar: O Reino Unido já planeja incluir na legislação multas para empresas britânicas que comprarem materiais originários de zonas desmatadas. O Parlamento Europeu aprovou um estudo para segurar importações do Brasil por conta da Amazônia. Algumas empresas estrangeiras também já declararam que não

vão comprar de fornecedores que não estiverem engajados na preservação do meio ambiente. Acho que ficou evidente lá fora que o desmatamento e o número de queimadas aumentaram muito, e que o governo foi conivente. Na minha opinião, essa questão ambiental vai ganhar cada vez mais espaço. O tema está voltando, é uma questão que vai fazer diferença, como a corrupção. São valores que vão influenciar a postura do mundo em relação ao Brasil.

Vimos que famílias seguraram o consumo na pandemia, o que produziu reflexos na poupança. É possível medir essa reação?

Armando Castelar: A poupança no segundo trimestre foi 15,5% do PIB; e, no segundo trimestre de 2019, 13,7%. As reservas domésticas aumentaram significativamente, enquanto as do governo diminuíram. É uma boa quantidade de dinheiro, que pode estar em várias aplicações, como fundos, ações e contas correntes.

Os fundos de previdência privada temem que as pessoas mexam nas reservas financeiras quando o consumo voltar aos níveis anteriores aos da pandemia. Isso deve acontecer?

Armando Castelar: Não vejo esse risco. Os estudos mostram que famílias de baixa renda pegaram o auxílio emergencial

e continuaram consumindo. No varejo, temos visto compra de eletrodomésticos com entrada de 600 reais e o resto do pagamento parcelado. Quem está poupando é a parcela da população de renda alta. Mesmo quando essas pessoas voltarem a consumir como antes, acredito que elas vão continuar investindo, porque sempre existe uma insegurança em relação ao futuro, agora elevada pelo receio de pandemias. Creio que os juros não retornam para onde estavam. Para ter uma aposentadoria, será necessário poupar mais por causa desses juros mais baixos.

Então, a preocupação das entidades não deve ser os resgates, mas fazer frente às metas atuariais nesse cenário de juros em queda?

Armando Castelar: Sim. Quando se pensa em aposentadoria, o foco é a meta que se quer atingir lá no final. E isso fica mais difícil com os juros baixos.

Isso demanda mais criatividade das entidades?

Armando Castelar: Acho que a palavra não é nem criatividade, mas trabalho duro mesmo.

Qual é a sua definição de 2020?

Armando Castelar: É um ano que vai entrar para a história. Muita coisa vai mudar para melhor depois que passarem as perdas e toda essa dor do presente. ■

* Nota da editora: a presente entrevista foi concedida no final de outubro, portanto, antes do resultado da eleição americana.

Defender o Sistema é fortalecer a sua

Credibilidade

Valorização do Dever Fiduciário
e de Boas Práticas de Governança

Códigos de Autorregulação

Representatividade

Promoção da Ética

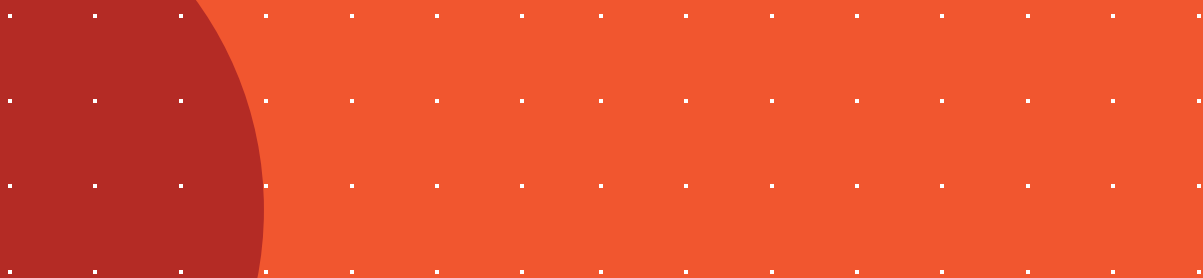
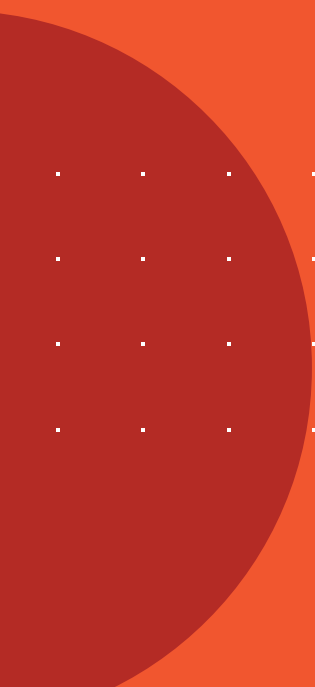
- ▶ Lançamento de e-book da Comissão de Ética
- ▶ Atendimento em tempo real
- ▶ Códigos de Ética e de Autorregulação
- ▶ D&O, Negociações Sindicais e tudo o que o Sindapp pode oferecer!



VISITE O NOSSO ESTANDE DIGITAL NO 41º CONGRESSO
e conheça essas e outras novidades e atuação!

Compromisso da **Sinqia** com o **Mercado de Previdência**

Evoluir de forma contínua e valorizar as demandas de nossos clientes estão no nosso DNA.





Há anos, a Sinqia vem investindo massivamente para acompanhar a evolução do mercado de Previdência, tanto quanto no modelo de negócio, evolução tecnológica, novos produtos e novas oportunidades. Capacitamos e estruturamos constantemente nossas equipes para oferecer soluções de qualidade e tecnologia de ponta.

Converse com a gente!

55 11 2182-4902
marketing@sinqia.com.br
Acesse nosso site: sinqia.com.br



sinqia



O #PCJ TÁ ON



Meu fechamento! 😊



Não vou perder 🙌

Somos uma comunidade de previdencers, engajados na missão de enriquecer o futuro através da educação financeira e previdenciária.

Nosso papel é revolucionar e conscientizar a cultura de futuro para transformar essa geração... Vem ser #previdencer com a gente!

LIVE ESPECIAL No 41º CBPP

17 DE NOVEMBRO - A PARTIR DAS 18H30

Assista através do Canal da Abrapp no Youtube ou no Estande da UniAbrapp no Congresso



com Cristiano Verardo

VAMOS FALAR SOBRE RIQUEZA?

Estaremos AO VIVO no 41º Congresso trazendo um conteúdo super interessante sobre Educação Financeira e Previdenciária.

Venha fazer parte desse bate papo que promete!



REALIZAÇÃO

UniAbrapp ABRAPP

PARCERIA



O FUTURO DOS INVESTIMENTOS NO PÓS-PANDEMIA

O aumento do risco para cumprir metas atuarias já produz maior diversificação na alocação de ativos em ambiente de preocupação fiscal e volatilidade do mercado

POR MARTHA ELIZABETH CORAZZA

Interesse crescente pelo exterior, fundos de investimento imobiliário, títulos públicos atrelados ao IPCA com vencimentos em curto prazo, multimercados e busca pelas melhores alternativas na Bolsa local reforçam a linha de frente para diversificar a gestão de investimentos dos fundos de pensão. As questões sanitárias e seus reflexos econômicos e sociais, a depender da materialização de vacinas contra a Covid, exigem atenção redobrada para definir as táticas no curto prazo e as estratégias no lon-

go prazo. Ao mesmo tempo, a gestão de risco e os controles ganham nova dimensão porque, sem isso, diversificar também pode trazer efeitos colaterais.

A pedra de toque para diversificar está nas estruturas de gestão de risco e controles. A Previ, por exemplo, revisitou três vezes os seus limites de risco desde o início da pandemia, informa o Diretor de Investimentos da fundação, Marcelo Wagner. “Revisitamos a nossa tolerância e o apetite a risco na macroalocação. Em seguida, vem

a discussão sobre gestão de riscos e a governança dos investimentos. A estratégia de riscos é a base para a estratégia de investimentos e a montagem de portfólios”, reflete Wagner.

As melhores práticas de gestão de riscos na Previ incluem quatro pilares: (1) responsabilidade e segregação de funções na alta administração; (2) definição de tolerância a riscos e estratégia de riscos; (3) ecossistema de controles para saber quem é o “dono” de cada risco (*risk owner*); e, finalmente (4) o pilar da informação, reporte e comunicação.

Diretor de Investimentos da Petros, Alexandre Mathias lembra que a arte não está em acertar sempre, o que é impossível, mas em escolher os riscos. “Ter uma parte do portfólio alocada no exterior sem proteção cambial é uma decisão que pode levantar dúvidas, mas, na verdade, ela garante uma carteira robusta porque a exposição cambial vai minimizar perdas em caso de cenários imprevistos”, exemplifica. A chave, entende o Diretor, não está na discussão de expectativas sobre retornos, evolução da Bolsa, ajuste fiscal, juros ou no resultado dos produtos, mas nos processos. “Precisamos criar cenários que admitem riscos”, lembrou Mathias durante o seminário de gestão de investimentos da Abrapp.

O fim do auxílio emergencial, que liberou quase R\$ 400 bilhões na economia, vai trazer de volta a discussão sobre o teto de gastos

Se a diversificação é importante, também é fundamental refletir a respeito do aumento de risco na atual circunstância de juro baixo. Ele lembra que em 2020 e 2021 as fundações precisam garantir ganhos superiores aos dos melhores fundos multi-mercados e, como o CDI está bem inferior às metas atuariais, deixou de existir um porto seguro. O problema, diz Mathias, é que as EFPCs estão numa si-

tuação em que devem correr riscos, mas sem poder perder.

Na avaliação do Diretor de Investimentos da Vivest, Jorge Simino, esse dilema é o desafio central das decisões de investimento. “Se temos uma meta atuarial perto de 8% ao ano para uma Selic de 2%, por exemplo, temos que admitir que os tempos atuais são muito desafiadores diante do risco que se deve correr. É preciso saber qual o risco que cada passivo aceita.”

Preocupação fiscal

O cenário é nebuloso e o mercado ainda não precifica toda essa incerteza, acrescenta Simino. O impacto do fim do auxílio emergencial, que liberou quase R\$ 400 bilhões na economia, vai terminar, trazendo de volta à mesa a discussão sobre o teto de gastos. “Ou se rompe o teto ou se deixa milhões insatisfeitos. O problema é que o mercado gosta de tudo branco ou preto, levando a crer que a Bolsa vai continuar patinando nesse ‘atoleiro’ até o final do ano”, avalia.

O aumento do risco para cumprir metas atuarias será um desafio muito grande daqui para a frente. É preciso buscar novas classes num ambiente de preocupação fiscal refletido pelo aumento da volatilidade do mercado, reforça o Diretor Administrativo-Financeiro da Fusan, Dirceu Wichnieski. “A falta de uma discussão madura ou mais profissional no governo federal e a comunicação truncada sobre esse quadro é o que afeta negativamente os mercados e pressiona o prêmio pago pela colocação de títulos da dívida”, opina.

O problema fiscal de fato preocupa, concorda o Diretor de Investimentos da Valia, Maurício Wanderley, mas a fundação trabalha com um cenário base de superação desse desafio. “A tendência mais forte é de conti-

nuarmos com os juros baixos no panorama internacional. A alta das taxas lá fora tem sido jogada cada vez mais para a frente e parece que no Brasil vai acontecer a mesma coisa.”

Para o Diretor e AETQ da Value Prev, João Carlos Ferreira, é essencial que o País volte a crescer e consiga equilibrar as contas públicas. “Se isso não acontecer, os juros subirão e os fundos de pensão terão que abandonar o risco para voltar aos títulos públicos a fim de cumprir metas.” O cenário é preocupante, diz ele, por conta da indefinição local e dos efeitos da guerra comercial no exterior, o que acaba gerando mudanças muito rápidas de cenário.

Solvência da dívida

O cenário doméstico de juros e a incerteza sobre a situação fiscal do País já encurtaram de modo drástico os prazos de financiamento dos títulos federais, ressalta Helano Borges Dias, Gerente de Estratégia da Dívida Pública do Tesouro Nacional. Ao falar a gestores de fundos de pensão no recente seminário de investimentos da Abrapp, ele enfatizou que a inclinação da curva de juros brasileira hoje é uma das mais acentuadas na comparação com outros países. A política monetária seguiu reduzindo o juro, mas a incerteza sobre a situação fiscal aumentou a inclinação ao pressionar mais as taxas na curva longa.

A verdade é que o Brasil passa por uma forte aceleração do endividamento, agravada pelo impacto da pandemia sobre os gastos públicos. A insegurança fiscal aumenta a pressão sobre o financiamento da dívida, e o processo de alongamento de prazos de vencimento dos títulos, que aconteceu vigorosamente até 2015, vem sendo revertido. Na época, quase 80% da dívida estavam em títulos prefixados e atrelados a índices de preços, o que permitia esse movimento.

“De lá para cá, a parcela indexada a taxas flutuantes aumentou, e tem havido um encurtamento geral de vencimento, pois os detentores demandam papéis mais líquidos.” Hoje mais de 50% da dívida estão em mãos de detentores focados no curto prazo para fazer caixa. As EFPCs, diz o representante do Tesouro, são um grupo diferenciado, pois 87% dos títulos em suas carteiras são indexados à inflação, com perfil predominante de prazos mais longos.

Atualmente, a inclinação da curva de juros brasileira é uma das mais acentuadas na comparação com outros países

Mais recentemente, avalia Dias, a redução da taxa Selic foi o único ponto que favoreceu conjuntamente o custo de financiamento da dívida. Ele assegura, contudo, que a situação de solvência dos títulos do Tesouro está garantida.

Mais renda variável

Este ano terminará com a rentabilidade das carteiras melhor do que se imaginava no auge da crise que abalou os mercados, analisa Maurício Wanderley. Os pacotes de estímulos adotados pelos bancos centrais e governos aqui e lá fora, assim como a ajuda emergencial oferecida a uma parte da população contribuíram para melhorar a *performance* dos ativos nas Bolsas. Até outubro houve uma recuperação significativa no Ibovespa. “Ainda está abaixo do ano passado, mas já se chegou a um patamar razoável, e a expectativa é que, com a economia voltando a funcionar mais normalmente, haverá um efeito positivo nos resultados das empresas.”

Em 2021, as vacinas e a visão mais clara de quais setores e empresas sairão beneficiados ou levarão um tempo maior para reagir trarão mais

EM UM MUNDO EM MUDANÇA, VOCÊ ANALISA INVESTIMENTOS TAMBÉM POR SEUS IMPACTOS E SIGNIFICADOS.

**GESTORA GLOBAL COM MAIS DE 20 ANOS NO MERCADO
BRASILEIRO OFERECENDO INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS**

Nossas soluções de investimento seguem rigorosos processos de análise e seleção de ativos, incluindo critérios de alto padrão de sustentabilidade (ambiental, social e de governança) para clientes institucionais.

**bnpparibas.com.br > Empresas e Instituições >
Asset Management**



BNP PARIBAS
ASSET MANAGEMENT

Este documento foi produzido pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. ou por suas empresas subsidiárias, coligadas e controladas, em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários para Administrar fundos de investimento. O BNP Paribas é uma instituição financeira regularmente constituída, inscrita no CNPJ nº 07.000.000/0001-90, sob o nome de BNP Paribas Brasil S.A. Este material não caracteriza nenhuma oferta de investimento, nem o perfil de risco X perfil de risco do produto pretendido, nos termos da regulamentação em vigor. Leia a lâmina de informações essenciais e o regulamento do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do fundo garantidor de créditos - FGC. A metodologia de rating de gestores de recursos da BNPP AM Brasil para "EXCELENTE". Para obter informações adicionais sobre a metodologia de rating de acesso a Ouvidoria pelo telefone - 0800-7715999 ou através do e-mail: ouvidoria@br.bnpparibas.com - O horário de funcionamento da



RATING DE QUALIDADE DE GESTÃO
DE INVESTIMENTOS

FitchRatings

Excelente

fitchratings.com

O gestor de recursos para um mundo em mudança

nto denominadas "BNP Paribas" e tem fins meramente informativos, não se caracterizando como com seu funcionamento devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e habilitada pela mento. Antes de qualquer decisão de investimento, é obrigatório certificar-se sobre o seu perfil de ulamento do fundo antes de investir. Fundos de investimento não contam com garantia do admilogia de Atribuição de Rating a Gestores de Recursos da Fitch foi projetada para sistematicamente nco pilares principais: 1) Companhia, 2) Controles, 3) Investimentos, 4) Operações e 5) Tecnologia. ara "Excelente", "Forte", "Proficiente", "Adequado" e "Fraco". Em janeiro de 2020, a Fitch elevou o e gestores de recursos da Fitch, acesse o website da agência, www.fitchratings.com.br. Você poderá a Ouvidoria é de segunda-feira à sexta-feira, das 09h00 às 18h00. Acesse: www.bnpparibas.com.br.



Autorregulação
ANBIMA

Gestão de Recursos

espaço para montar estratégias. Contudo, a escolha dos papéis das companhias investidas será um trabalho delicado, considerando os impactos assimétricos que continuam atingindo a economia. Wanderley vê boas perspectivas para o mercado acionário por conta do maior número de aberturas de capital que já ocorre no exterior e promete acontecer também por aqui.

Na Valia, o carro-chefe da diversificação será o aumento na renda variável, seguida pelos retornos oferecidos pelos multimercados, tanto em renda variável quanto em renda fixa. A entidade faz ainda estudos técnicos para entrar em Fundos de Investimento Imobiliário a partir de meados de 2021, além de seguir apostando no exterior. Os planos no novo modelo ciclo de vida, implementados no início deste ano como 'default' da fundação, podem ter até 60% dos ativos alocados em renda variável para os prazos mais longos. Nesses planos, o exterior já está batendo no limite legal de 10%, assim como ocorre nos fundos multimercados, que estão próximos do limite de 15%.

O aumento do limite para alocar no exterior, hoje em 10% dos ativos, é uma das mudanças mais aguardadas na Resolução CMN nº 4.661

No plano de Benefício Definido, com superávit estrutural, os investimentos são de baixo risco e a maior parte é alocada em renda fixa mantida a vencimento com retornos a taxas atrativas. Já nos planos que seguem o modelo de perfis de investimento, a Valia estuda ampliar o percentual máximo de renda variável para os mesmos 60% que vigoram nos ciclos de vida mais longos. O teto hoje é 20%, mas a nova realidade impõe mudanças, incluindo, os investimentos no exterior.

Restrição legal

O aumento do limite legal para alocar no exterior, hoje definido em 10% dos ativos, é um dos aspectos mais aguardados da revisão da Resolução CMN nº 4.661. Embora na média do sistema esse percentual ainda esteja longe de ser atingido, cresce o número de planos com risco de desenquadramento passivo por conta da valorização dessas carteiras. “Esperamos ansiosamente a ampliação do limite para investimento no exterior. Essa diversificação é cada vez mais importante para as carteiras, em especial no ambiente de baixa taxa de juros. Estamos quase no teto dos 10% e queremos ampliar”, afirma o Diretor e AETQ da Value Prev, João Carlos Ferreira.

Para o Diretor de Investimentos da Vivest, Jorge Simino, esse limite tem que crescer, podendo até mesmo ser escalonado para chegar a 30% dentro de dois ou três anos. “Nos dois últimos anos essa classe entrou no radar de todos por conta dos problemas domésticos e pela falta de opções para diversificar com produtos locais. Sem falar do Chile, que tem condições muito peculiares e diferentes das nossas, vale lembrar que as fundações mexicanas, colombianas e peruanas já podem investir de 15% a 20% de seus ativos no exterior.”

Hedge e FII

A Vivest já aloca hoje quase R\$ 1 bilhão em exterior diante dos R\$ 200 milhões no início do ano. Desse total, R\$ 150 milhões estão em fundos de renda fixa com *hedge* cambial e o restante em renda variável sem *hedge*. Embora esse valor esteja longe dos 10% dos ativos totais da fundação, em alguns planos isso significa já estar perto do limite regulatório. Haveria espaço para aumentar mais R\$ 500 milhões em exterior, diz Simino, mas para isso

será preciso selecionar mais gestores para não concentrar muito.

Além do exterior, outra opção atrativa para a Vivest é a classe dos Fundos de Investimento Imobiliário, os FII. Hoje, a entidade tem mais de R\$ 500 milhões alocados em FII e a intenção é incrementar esse volume com mais R\$ 100 milhões ou R\$ 200 milhões em 2021. No mercado doméstico de renda fixa, o limite de baixa do IPCA já está dado e a Selic só deverá subir em meados de 2021. “Os papéis em IPCA parecem interessantes, mas nós não compramos NTN-B longa desde o final do ano passado, no máximo vencimentos em 2025 ou 2026, por conta das dúvidas sobre a questão fiscal”, conta Simino.

Na Bolsa local, com as projeções de atividade econômica mais modestas, em torno de 2,5% de crescimento do PIB ou talvez menos para o próximo ano, não há muito mais apetite. O montante alocado na Bolsa está em torno de R\$ 3 bilhões, inferior aos R\$ 4 bilhões de antes da crise. “Até porque um pedaço desses recursos foi para o exterior”, diz Simino.

ESG no radar

A rentabilidade dos investimentos na Value Prev já superou o impacto mais forte da pandemia e recuperou grande parte da desvalorização do primeiro trimestre. Até o final de setembro, o retorno já havia superado o IPCA em três pontos percentuais, conta João Carlos Ferreira, que atribui o resultado à diversificação nas carteiras.

Os fundos exclusivos de renda fixa sofreram com a reprecificação no mercado de crédito. A expectativa é entregar um resultado acima da inflação, mas não com o nível de juro que havia sido colocado na política de investimentos para este ano. “O sistema como um todo vai ter dificuldade para entregar aquele

patamar de juro sem gerar riscos para o processo de investimentos”, pondera.

Os investimentos sustentáveis atravessam momento interessante, pois os gestores já estão precificando as empresas de forma diferente

Ao longo do primeiro semestre, a Value Prev direcionou os novos aportes para o segmento de estruturados e exterior, buscando ampliar a diversificação. Estudos em andamento sinalizam a continuidade desse movimento no próximo ano. A entidade começou a investir em estruturados em 2016: ao todo, são quatro fundos que somam 5% dos ativos totais. Quanto ao exterior, o Diretor observa que se o limite regulatório dobrar para 20%, fará sentido pensar em montar um fundo exclusivo. “Já alocamos no exterior desde 2014. Temos um fundo de ações globais, um de renda fixa e outro de ações de empresas de infraestrutura listadas em Bolsas. Essa parte já está diversificada, mas o aumento do limite é fundamental.”

Os investimentos sustentáveis também estão no radar da fundação. “Selecionamos no ano passado um fundo de renda variável no exterior cujo gestor é signatário do PRI e incorpora os princípios ESG ao seu processo de investimento.” O momento é interessante, segundo o Diretor, porque os gestores já diferenciam as empresas, precificando-as de forma diferente no mesmo setor.

Realocação e cautela

No pior momento da pandemia, a Prece adotou medidas contingenciais para enfrentar a crise e resgatou parte de sua alocação em fundos multimercados que não tivessem exposição à moeda forte e em fundos de ações, aumentando a liquidez dos planos. Com isso, garantiu a continuidade do pagamento de benefícios. Ao mesmo tempo,

▶▶ MATÉRIA DE CAPA

promoveu uma campanha massiva de concessão de empréstimos a participantes, o que ajudou a remunerar os planos com um investimento de baixíssimo risco.

No auge da pandemia, a Prece fez uma grande campanha de empréstimos a participantes, o que ajudou a remunerar os planos com baixíssimo risco

“Passado o zênite da crise, enxergamos com cautela os reflexos macroeconômicos do aumento do risco fiscal e de turbulências políticas nacionais e internacionais”, diz o Diretor de Investimentos, Antônio Carneiro Alves. A composição dos investimentos da fundação em outubro era de 57% em renda fixa, majoritariamente NTN-Bs marcadas na curva e fundos de investimentos em títulos públicos, mas também com fundos de crédito de elevada qualidade e fundos referenciados DI. Outros 24% estão alocados em renda variável, quase tudo em fundos de ações; 9% em investimentos imobiliários; 6% em operações com participantes; e 4% em estruturados - multimercados.

Até agosto, os planos BD e CV da Prece ficaram abaixo das suas respectivas metas atuariais no acumulado de doze meses. No mesmo período, o plano CD, em contrapartida, acumulou 6,95% de alta *versus* 3,86% de sua meta gerencial (CDI). “Mitigamos os danos do colapso dos ativos nacionais ao manter exposição em dólar com os fundos multimercados e alocação em títulos públicos indexados à Ptax (NTN-A). Pretendemos agora expandir a exposição a moedas fortes por meio de investimentos no exterior”, conta Alves.

A fundação conclui estudos para fazer sua alocação inicial em exterior em 2021, com atenção particular a fundos que tenham rentabilidade atrelada ao índice *MSCI World*. A EFPC também deve aumentar sua posição em fundos de crédito de pri-

meira linha que prometem gerar *performance* acima do atuarial nos planos de benefícios. Além disso, a revisão da política de investimentos pretende formalizar processos ASG na seleção de ativos. Atualmente, a entidade conta com equipe específica para a governança de investimentos e, na seleção desses fundos, prioriza gestores que sejam signatários de iniciativas como o PRI.

Oportunidades

Na Fusan, a rentabilidade do ano sinaliza resultado positivo, mas isso dificilmente será suficiente para bater a meta atuarial de INPC mais 5,25%, o que equivale a uma projeção de meta a 8,40% em 2020. “Vamos gerar algum déficit este ano, mas sem precisar fazer equacionamento”, observa Dirceu Wichnieski.

A fundação conseguiu minimizar os danos da crise aproveitando oportunidades em crédito privado, compra de NTN-Bs e na carteira de exterior, que foi ampliada de 1% para 2% dos ativos totais. “Não ampliamos mais o risco porque a patrocinadora decidiu fazer um PDV e precisávamos garantir caixa para cumprir essas obrigações”, conta o Diretor.

Para 2021, o ALM ainda está sendo rodado, mas tudo indica que a entidade vai buscar retornos com mais risco em renda fixa com gestão ativa; renda variável ativa focada em análise de setores; alguma coisa em crédito privado, e fundos imobiliários. Um expressivo aumento tende a ocorrer na carteira de exterior, que poderá chegar no mínimo a 5% dos ativos totais.

A Fusan possui um processo maduro de análise de risco e *compliance*, assinala Wichnieski. “Já segregamos essa função e temos um gestor de risco, mas estamos discutindo também a criação de um comitê de risco.” ■

GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS TEM VERSÃO ATUALIZADA

Nova versão
do Código de
Autorregulação prima
pelo ordenamento,
especificidade e
contemporaneidade

Revisto e atualizado, o Código de Autorregulação em Governança de Investimentos dos fundos de pensão ganha em 2020 uma versão compatível com as transformações do mercado de investimentos e da própria regulação do sistema, a Resolução CMN nº 4.661 e outros normativos. Há, em particular, ênfase na responsabilidade dos diversos agentes de governança ligados aos processos decisórios de investimentos.

O trabalho de revisão, coordenado pela Comissão Mista de Autorregulação da Abrapp, contou com referências nacionais e internacionais, além da contribuição importante de fontes institucionais, como a Previc; a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec); Anbima, Abvcap, Apimec, B3, CRA/SP, Instituto Ethos, IBGC, Ibracon e OCDE.

As adesões da Amec e do Instituto Ethos, que passaram a integrar o Conselho de Autorregulação mais recentemente, revelam a importância dada pelas lideranças do mercado ao tema, afirma o Presidente do Conselho e Diretor-Presidente da Abrapp, Luís Ricardo Marcondes Martins. “Essa participação mostra que a Autorregulação na Previdência Complementar Fechada está consolidada e teve um papel fundamental no resgate da credibilidade do sistema.” O projeto vem sendo desenvolvido no âmbito da Abrapp, Sindapp e ICSS.

“A Autorregulação é sempre positiva e agrega importantes medidas para o sistema. A Previc tem participado e apoiado o processo desde o início. Notamos que as discussões acontecem num grupo de elevada qualificação e capacidade de trabalho”, diz o Diretor-Superintendente da autarquia, Lucio Capelletto.

A adequação do Código às normas mais recentes, como a Resolução CMN nº 4.661, era necessária por conta das mudanças inerentes ao mercado ao longo do tempo, inclusive com novos produtos de investimento.

“Eventuais modificações na regulação daqui para a frente, que venham a ser encaminhadas pelos diversos reguladores até chegar ao âmbito do CMN (Conselho Monetário Nacional), não devem impor alterações significativas ao novo Código”, pondera Capelletto.

Para o Diretor-Presidente do Sindapp, José de Souza Mendonça, o aprimoramento do Código de Governança em Investimentos deverá ser um divisor de águas ao definir padrões, sistematizar condutas e estabelecer parâmetros em questões de ética, *compliance*, capacitação profissional, segregação de funções e outros temas cruciais.

Estrutura e formato

A expectativa é que a atualização ajude a acelerar o processo de adesões, diz o Coordenador da Comissão Mista de Autorregulação, José Luiz Rauen. Atualmente, há 62 entidades aderentes e 11 entidades certificadas com o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos. “O trabalho de revisão ficou muito robusto, e deve ajudar a estimular mais as adesões, ainda que esse processo ocorra normalmente de forma gradual em todos os setores do mercado que já adotaram a Autorregulação” avalia.

A nova edição reafirma uma das principais características do modelo, que é a possibilidade de visitar códigos sempre que for necessário atualizar e modernizar seu conteúdo. Além disso, argumenta Rauen, a grande

“A autorregulação é sempre positiva. A Previc tem participado e apoiado o processo desde o início”

diversidade de EFPCs que integraram esse debate colaborou para tornar o Código compatível com um dos pilares básicos da Autorregulação: o de “cabem em todos os pés”, ou seja, respeitar a natureza, a estrutura e o porte das entidades aderentes.

Entre as alterações está o formato, que agora inclui um manual explicativo de aplicação que integra o próprio Código ao invés de ser um instrumento complementar a ele. “Esse formato integrado foi adotado no segundo Código de Autorregulação feito pelo sistema, o de Governança Corporativa. Descobrimos que gostamos mais desse modelo, então resolvemos padronizar os dois.”

A estrutura do Código segue três eixos temáticos. No eixo normativo, a atualização inclui alterações nas regras de investimentos das EFPCs: Resolução CMN nº 4661/2018, Resoluções CNPC nº 27/2017 e 32/2019, e Instruções Previc nº 12/2019, 3/2018 e 6/2018, entre outras. O eixo conceitual reflete a adequação do Código à evolução de temas como os investimentos ASGI (responsabilidade ambiental, social, de governança e integridade) e comportamento ético. Já o eixo institucional é definido pela integração com o Código de Autorregulação em Governança Corporativa, ambos em formato padronizado para ampliar a unidade conceitual e institucional da Autorregulação do sistema.

São, ao todo, seis capítulos: propósito da Autorregulação em governança de investimentos; fundamen-

tos da governança de investimentos; processos de investimentos; os agentes de governança de investimentos; a governança do próprio Código e disposições finais. Ao longo dos capítulos estão elencados tópicos relevantes, com destaque para a Gestão Baseada em Riscos (GBR), *compliance*, responsabilidade corporativa, dever fiduciário, capacitação profissional, comunicação com o participante e segregação de funções, entre outros. Cada tópico, por sua vez, segue uma estrutura composta por Definição, Princípio, Diretrizes e Obrigações, que explicitam com maior clareza o seu conteúdo.

Rauen cita três elementos que foram destacados durante as discussões e adotados como norteadores de todo o processo de revisão: o fato de que a observância dos processos não garante resultados de investimentos; a necessidade para que todas as EFPCs tenham uma estrutura de custódia; e a decisão de reforçar, nesta segunda versão do Código, a adoção dos princípios ASGI.

O período de 30 dias em audiência pública foi fundamental para receber as cerca de 150 contribuições de diversas EFPCs e instituições parceiras. “Todas as sugestões foram analisadas e adotamos boa parte delas”, afirma o Coordenador. ■

Por **Martha E. Corazza**

A nova estrutura do Código segue três eixos temáticos: normativo, conceitual e institucional





*A **Dataprev** oferece tecnologia para os programas estratégicos e sociais do governo. Faz o processamento de grandes volumes de dados e oferece soluções tecnológicas de ponta para ajudar na transformação digital do Brasil.*

*Você sabia que a **Dataprev** processa o pagamento de mais de 35 milhões de benefícios previdenciários todos os meses, é responsável pela aplicação on-line Meu INSS, desenvolveu a carteira de trabalho digital e processou o auxílio emergencial?*

Conheça a Dataprev!

*Uma empresa de tecnologia de ponta
com sensibilidade social*



Saiba como nossas soluções podem impulsionar a transformação digital no setor de previdência complementar em <http://portal2.dataprev.gov.br/> ou acesse via **QR Code**.





AZ QUEST

AZIMUT GROUP

UMA DAS MAIORES E MAIS TRADICIONAIS GESTORAS INDEPENDENTES DO BRASIL

AÇÕES

LONG SHORT

MACRO

RENDA FIXA

CRÉDITO PRIVADO

ARBITRAGEM

Acreditamos que é possível aliar lucro a propósito, criando produtos que pensem em empresas como uma força para o bem, impactando pessoas, os investidores e o planeta. Entendemos que a nossa responsabilidade vai além da geração de performance ao longo do tempo e dos indicadores econômicos. As certificações reforçam o nosso compromisso com a sociedade, transparência e impacto ambiental.

Sistema



Recebemos da Moody's a mais alta avaliação "MO1 (Excelente)" na Qualidade de Gestão, baseada em nosso disciplinado processo de gestão de investimentos, alto nível de experiência dos profissionais, sólida infraestrutura e controles operacionais, além do comprometimento e suporte do sócio controlador.

MOODY'S

As informações contidas neste material são de caráter meramente e exclusivamente informativo, não se tratando de qualquer recomendação de compra ou venda de qualquer ativo negociado nos mercados financeiro e de capitais. A AZ Quest Investimentos Ltda. não comercializa nem distribui quotas de fundos de investimentos ou qualquer outro ativo financeiro. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. O investimento em Fundo não é garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito. Para avaliação da performance do fundo de investimentos, é recomendável uma análise de período de, no mínimo, 12 (doze) meses. Este material não deverá ser reproduzido, distribuído ou publicado sob qualquer propósito sem autorização da AZ Quest Investimentos. Para mais informações, entre em contato através do e-mail ri@azquest.com.br.

 Autorregulação
ANBIMA

Gestão de Recursos

ESTADOS E MUNICÍPIOS AVANÇAM NA IMPLANTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Em linha com direcionamento regulatório,
a tendência inicial é de
adesão a entidades já estruturadas

A pontada como uma das principais apostas para fomento, a obrigatoriedade de que entes federativos (estados e municípios) ofereçam planos de Previdência Complementar para seus servidores movimentar o sistema. De acordo com o último mapa de acompanhamento da evolução deste processo no País, elaborado pela Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar (SURPC), 21 entes já têm planos em operação; outros dois estão autorizados, e um está em fase de implantação. Isso faltando ainda pouco mais de um ano

para o fim do prazo estabelecido pela EC nº 103/2019, que tratou da reforma da previdência, para a adequação.

A tendência observada até aqui é de adesão a entidades já estruturadas, a exemplo do que foi feito por Mato Grosso do Sul, um dos últimos planos de Previdência Complementar de servidores a entrar em funcionamento. No caso, a entidade escolhida para a adesão foi a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (Prevcom), que tem feito intenso trabalho de prospecção junto aos estados e municípios.

▶▶ ENTES FEDERATIVOS

Além de Mato Grosso do Sul, a entidade é gestora dos planos dos estados de São Paulo, Mato Grosso e Rondônia, bem como da capital paulista. A fundação, que tem patrimônio é de R\$ 1,62 bilhão e 36.466 participantes, também administra os benefícios dos servidores dos municípios de Birigui, Guarulhos, Jales, Louveira, Osasco, Ribeirão Preto e Santa Fé do Sul, por meio do plano multipatrocinado Prevcom Multi.

“Conforme a Resolução nº 35 do CNPC, a recomendação é que primeiro seja feita a adesão a um plano já existente e só depois seja criado um plano próprio, e isso apenas se houver pelo menos 1 mil participantes. Também é possível ter entidade própria, mas, nesse caso, são necessários ao menos 10 mil participantes”, explica Paulo Valle, Subsecretário do Regime de Previdência Complementar.

A recomendação se deve aos custos operacionais de implantação de uma entidade ou mesmo de um plano próprio, partindo do zero. A maioria dos estados e municípios não tem *expertise* para gerenciar uma estrutura própria de Previdência Complementar. Por isso, a expectativa é que as entidades multipatrocinadas sejam a opção inicial, sem prejuízo a eventual mudança futura para uma entidade própria.

Isso pode acontecer, por exemplo, com entes que hoje não possuam número suficiente

de servidores com remuneração acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para ter plano ou entidade próprios. Mas nada impede que esse quadro mude com a instalação de uma universidade ou hospital, por exemplo, o que normalmente exige a contratação de pessoal com salários mais altos e a realização de concurso público.

Embora o prazo para a adequação estabelecido pela reforma termine em dezembro de 2021, cabe ressaltar que os entes não têm tanto tempo assim para viabilizar a mudança. Afinal, um dos passos iniciais é a aprovação de lei que crie o regime de Previdência Complementar dos servidores no âmbito de cada estado e município.

O processo poderia estar mais adiantado, mas o fator eleições municipais pesou nesse cronograma. Poucas câmaras legislativas se dedicaram a apreciar projetos de lei com esse teor. “Nós já prevíamos que 2020 seria mais voltado para a divulgação do regime. Por isso até lançamos o Guia da Previdência

A criação de plano próprio por estado ou município só é recomendada quando houver ao menos 1 mil participantes

Complementar dos Entes Federativos no início do ano, como forma de orientar cada ente sobre o passo a passo para ingressar no sistema”, ressalta Valle.

O que não se esperava era que a etapa de divulgação ocorreria justamente durante uma pandemia, que forçou a suspensão de diversos seminários e visitas que estavam previstos nos calendários da Subsecretaria, das entidades e dos próprios entes. A grata surpresa veio da boa receptividade dos potenciais participantes aos seminários virtuais, a exemplo, aliás, do que vêm acontecendo com todos os setores. Valle conta que havia um calendário bastante agressivo de eventos presenciais para 2020, e tudo foi transformado em *lives*. São eventos organizados por associações, além da prospecção feita por entidades multipatrocinadas e outros *stakeholders*.

Apesar do cenário atípico, o Subsecretário tem um olhar otimista para o futuro. “Toda a discussão que envolveu a reforma da previdência ajudou o cidadão a entender a necessidade da Previdência Complementar”, pondera.

Ele também chama a atenção para a possibilidade de as entidades abertas disputarem este mercado, até então restrito à Previdência Fechada. Para tanto, porém, ainda será necessário harmonizar as regras de ambos os sistemas, assegurando condições equânimes de concorrência.

O tema vem sendo tratado pelo Grupo de Trabalho sobre Entes Federativos da Iniciativa de Mercado de Capitais (IMK), que discute uma proposta de Lei Complementar que regulamente a atuação das entidades abertas. Entre as demandas do sistema fechado está, principalmente, o tratamento tributário, que favorece os planos individuais.

Outro ponto em discussão é a retirada da diferenciação entre produto financeiro e produto previdenciário e as políticas de investimento distintas, reguladas pela Resolução CMN nº 4.444, nas abertas, e pela Resolução CMN nº 4.661, nas fechadas. “Na verdade, a reforma veio para permitir a redução das assimetrias, porque elas existem, bem como a concorrência entre abertas e fechadas”, ressalta Valle.

A boa receptividade aos seminários virtuais de divulgação, na pandemia, foi uma grata surpresa

Questionário

Para acompanhar melhor o processo de implantação da Previdência Complementar pelos entes federativos, a Subsecretaria passou a enviar um questionário mensal para estados e municípios que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Além do acompanhamento real do cenário, as respostas vão permitir que sejam dadas orientações para aqueles que encontrem dificuldades em implementar o sistema.

O questionário é uma iniciativa da Secretaria de Previdência (SPrev), por meio da Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar (SURPC) e da Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS).

São 20 perguntas relacionadas à criação do Regime de Previdência Complementar, à adequação das alíquotas, rol de benefícios e unidade gestora única, bem como às alterações relacionadas ao plano de benefícios dos RPPS. A pesquisa não tem prazo específico para ser respondida, mas a expectativa é de que a adesão seja alta, permitindo um diagnóstico fiel do cenário. ■

Por Débora Diniz

Previdência Complementar do Servidor Público nos Estados e Municípios



Fonte: Sítio eletrônico dos Governos Estaduais e Previc. Elaboração: CGEAC/SURPC. Atualizado em 02.10.2020

GESTÃO

competente para proporcionar rentabilidade e gerenciamento de risco, sempre foi fundamental.

Conte com especialistas
em todos os momentos.

—
Banco Daycoval
Sólido a 50 anos, inovador a cada dia.

DAYCOVAL ASSET MANAGEMENT

daycoval.com.br/asset
daycoval.asset@bancodaycoval.com.br
(11) 3138-0790 / (11) 3138-1787

SERVIÇO AO MERCADO DE CAPITAIS

daycoval.com.br/institucional/mercado-de-capitais
comercial.smc@bancodaycoval.com.br
(11) 3138-1067 / (11) 3138-1623

CAPTAÇÃO INSTITUCIONAL

ri.daycoval.com.br
institucional@bancodaycoval.com.br
(11) 3138-0537 / (11) 3138-0423

BancoDaycoval

BRASIL CAPITAL

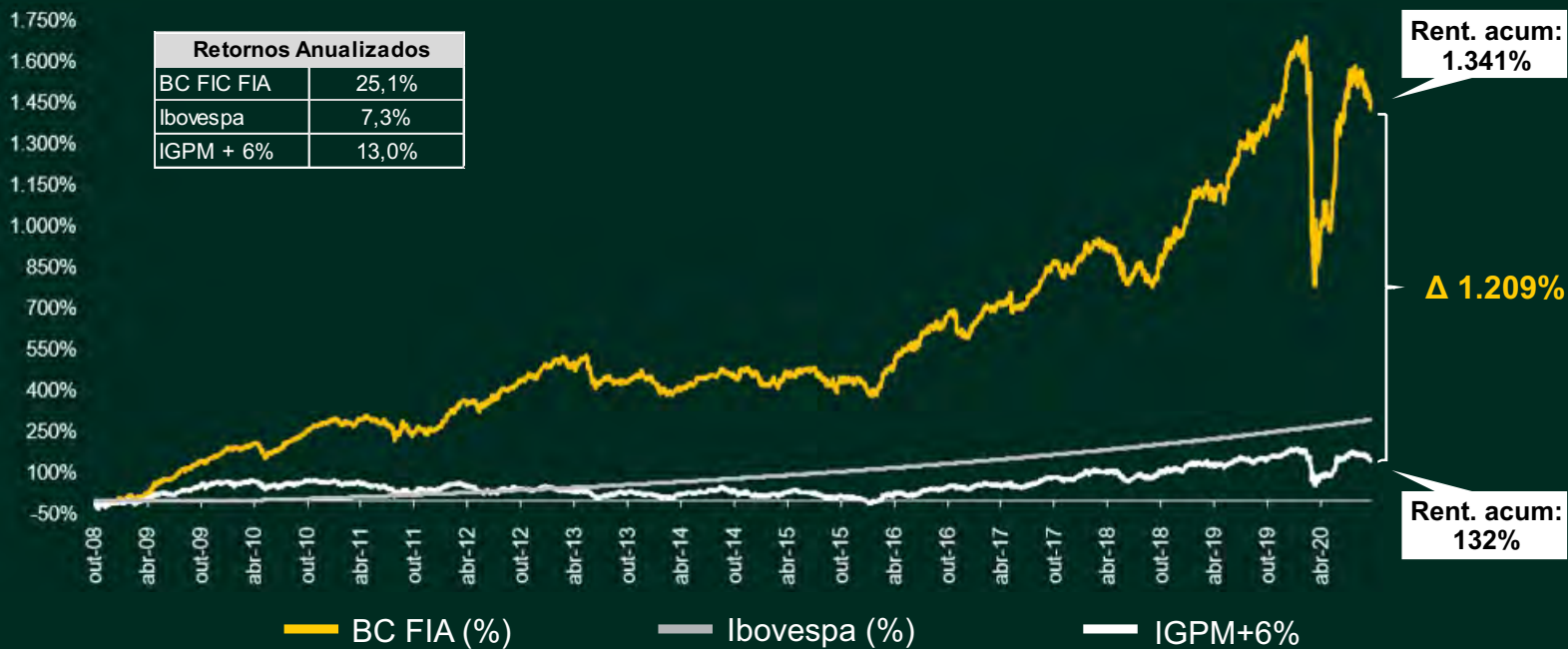
**12 ANOS
DE MERCADO**

**R\$ 7,7 BI
SOB GESTÃO**

**+ DE 40 MIL
COTISTAS**

Retornos Anualizados

BC FIC FIA	25,1%
Ibovespa	7,3%
IGPM + 6%	13,0%



**HÁ 12 ANOS ENTREGANDO EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE FUNDOS
DE AÇÕES COM FOCO EM PERFORMANCE, ÉTICA E
TRANSPARÊNCIA**

www.brasilcapital.com

A BC Gestão de Recursos não comercializa nem distribui quotas de fundos de investimentos ou qualquer outro ativo financeiro. As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. É fundamental a leitura do regulamento dos fundos antes de qualquer decisão de investimento. Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura. Os Fundos de Investimento não contam com garantia da instituição administradora, da gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Riscos gerais: em função das aplicações do fundo, eventuais alterações nas taxas de juros, câmbio ou bolsa de valores podem ocasionar valorizações ou desvalorizações de suas cotas. Os indicadores econômicos se tratam de mera referência econômica, e não meta ou parâmetro de performance do Fundo. Fundos de ações com renda variável podem estar expostos a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes. Categoria ANBIMA: Fundo de Investimento de Ações Outros. Este fundo é supervisionado e fiscalizado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (Serviço de atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br). As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.



INOVAÇÃO E TECNOLOGIA PARA DESONERAR E CRESCER

Conecta lança a Central de Serviços, que irá oferecer às EFPCs pacotes completos em *marketing*, vendas e atendimento

Os avanços em inovação e tecnologia são essenciais para reduzir custos e abrir caminho para a implementação de novos produtos pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Em 2020, o sistema concretizou projetos importantes nessas duas frentes, ambos idealizados e desenvolvidos pela Conecta Soluções Associativas, devendo trazer resultados efetivos já no início de 2021, informa a Superintendente Executiva, Cláudia Janesko. Além do primeiro *hub* de tecnologia da Abrapp, a empresa

lançará, durante o 41º Congresso Brasileiro da Previdência Privada, a Central de Serviços, que irá oferecer às EFPCs pacotes completos em *marketing*, vendas e atendimento, prioridades apontadas como vitais para o crescimento do sistema.

Na base do projeto da Central está o mapeamento permanente das necessidades das entidades, como o trabalho de vendas de planos de benefícios para os familiares dos participantes, um esforço que ainda é novidade para muitas e que nem sempre encontra equipes internas grandes ou estruturas tecnológicas bem integradas para tal. O desenho das soluções partiu de conversas mantidas com dirigentes durante cerca de um ano, para que os principais problemas e expectativas fossem corretamente identificados, conta a Superintendente. Reduzir custos para fazer com que os produtos avancem é vital, e isso exige ferramentas e plataformas desenhadas especialmente, com total integração de fluxos de trabalho.

A busca por soluções associativas que sejam entregues prontas e aplicáveis de imediato também motivou a criação da Central, que funcionará como o braço executor de serviços da Conecta. Nas duas vertentes oferecidas – *marketing* e vendas; e atendimento – as entidades têm a opção de contratar apenas a montagem de um pacote com toda a estrutura tecnológica e operacional que implementarão por sua conta ou ir adiante, até o segundo nível, e contratar também os recursos

humanos necessários para fazer o trabalho com as equipes oferecidas pela Conecta. Seja qual for o nível escolhido, afirma Janesko, as soluções serão prontas e completas, seguindo padrões de modernidade e alta tecnologia e eliminando o custo de preparação – *setup* – para facilitar o trabalho das entidades e reduzir custos.

O plano família, diz a Superintendente, tem sido uma das prioridades na prestação de serviços, uma vez que recente pesquisa feita pela Abrapp apontou a dificuldade de muitas entidades na montagem de suas equipes de vendas. “Queremos que a Central seja um grande facilitador desse processo.” A intenção é detalhar toda a estratégia dos serviços durante o Congresso Brasileiro da Previdência Privada, com a possibilidade de pré-reservas e início das operações em 2021.

A Central conta com um ferramental tecnológico para dar escala aos serviços que supre boa parte da jornada nas entidades. As ferramentas são totalmente integradas na plataforma proprietária operada pela Conecta, que faz não apenas a integração tecnológica, mas a de fluxos, com métodos mais modernos e *workflow*, diz Janesko. “Muitas vezes as fundações trazem ferramental de tecnologia para suas estruturas, mas não conseguem integrar nem essa tecnologia nem os fluxos de processos.”

Entre as principais vantagens, ela enumera o bom nível de automação, o *workflow* orquestrado e a inteligência de negócio desenvolvida pela Conecta.

A Central disponibiliza soluções associativas prontas e com aplicação imediata

“Além da modernidade e dos resultados, há a vantagem da desoneração porque toda a implantação ocorre na plataforma da Central e não precisa ser replicado pelas entidades.” O modelo é de *white label*, ou seja, sempre que há uma interação com o cliente final da EFPC, ele só vai enxergar a marca da própria entidade. Outro aspecto relevante é a prestação de contas feita pela empresa junto às EFPCs, com relatórios praticamente em tempo real.

Vendas e atendimento

No pacote de *marketing* e vendas, olhando para o exemplo dos planos família, o primeiro passo é fazer o diagnóstico junto com a entidade para identificar a melhor maneira de vender esse produto, definindo métricas e orquestrando as campanhas. “Utilizamos estratégias de funil de *marketing* e de cadência de vendas via a plataforma para aplicar o modelo *member get member*”, conta Janesko. Essa estrutura é entregue à EFPC, que pode então comercializar a venda ou contratar a equipe fornecida pela Conecta.

Na área de atendimento, é utilizada uma estrutura de plataforma digital *omnichannel*, com variados canais de atendimento (telefones, *e-mails*, redes sociais, *WhatsApp* e *chatbot*). A exemplo do que ocorre na área de *marketing* e vendas, aqui a figura humana do atendente também entra na parte operacional do contrato e, se a entidade optar por usar os seus próprios atendentes, eles terão acesso à estrutura montada.

Maratona com startups

A primeira rodada do *hub* da Abrapp passou por uma maratona de reuniões no mês de setembro para concluir a fase de integração entre as 17 *startups* escolhidas para participar do projeto e as onze EFPCs parceiras que irão aplicar as provas de conceito e validar as soluções encontradas. O primeiro dia da operação ocorreu em 10 de setembro, com a apresentação das onze EFPCs às *startups*, assim como uma nova rodada de apresentação das mesmas para que todas se conhecessem e pudessem iniciar a interação.

As *startups* também já começaram a conhecer de perto alguns dos conceitos envolvidos no dia a dia das EFPCs, tanto em relação aos principais normativos que regem o sistema quanto questões ligadas à governança e outros aspectos. “Tem sido muito importante o contato direto dos representantes das *startups* nos eventos promovidos pela Abrapp, como o Encontro Nacional de Advogados da Previdência Complementar, o Encontro sobre Estratégia e Criação de Valor e o Seminário sobre Gestão de Investimentos”, explica Cláudia Janesko.

Em outubro, teve início a fase de distribuição das soluções que estão sendo discutidas entre os grupos de *startups* e entidades para que as provas de conceito comecem a ser rodadas. Algumas dessas soluções chamaram a atenção de várias entidades, como a que discute os meios de pagamento, um tema prioritário.

EFPCs poderão contratar a estrutura tecnológica e operacional, além dos recursos humanos necessários

O modelo selecionado para o *hub* exige que cada *startup* seja abrigada por uma entidade

O modelo do *hub* exige que a distribuição dos temas seja compatível com o desenho do projeto, ou seja, cada *startup* será abrigada por uma entidade. Também deve haver compatibilidade com a estrutura orçamentária e com o tamanho da equipe de cada EFPC para fazer as provas. A partir dessa distribuição, o trabalho entra na fase de organização das provas e montagem de um cronograma de encontros periódicos até o final do ano, inclusive com a mentoria que irá acompanhar e fundamentar esse trabalho.

Soluções na reta final

Em novembro, os representantes das *startups* cumprem uma agenda especial de participação na programação do 41º Congresso, com *talk shows* para compartilhar sua visão e promover a integração do projeto do *hub* com todas as EFPCs, além das onze parceiras iniciais que apoiam a primeira rodada. “Essa democratização do projeto do *hub* já está acontecendo e é muito importante. Como resultado, vemos uma demanda de entidades que pretendem ser parceiras na próxima rodada”, avalia Janesko.

A expectativa é ter as primeiras soluções do *hub* aprovadas e disponíveis para todo o sistema no início do próximo ano. Elas são as mais diversas e incluem temas que vão desde meios de pagamento até aspectos de *marketing* e vendas, jurídicos, *Analytics*

e Inteligência Artificial. Esses temas foram apontados por um diagnóstico feito no planejamento estratégico do sistema e as onze entidades parceiras trataram de depurá-los.

São questões que envolvem a redução de custos ou a melhoria de processos, com o estabelecimento de métricas aplicáveis a essas soluções. Em relação às vendas, será preciso conhecer melhor os participantes dos planos e trabalhar em pesquisas de mercado. Já em meios de pagamento, é importante olhar para a nova dinâmica do PIX, sistema lançado pelo Banco Central, e providenciar o ajuste das entidades a essa novidade.

Ao todo são nove meses de trabalho do *hub*, mas soluções poderão ser definidas antes disso. Algumas já estão prontas, outras são mais complexas, mas todas elas precisarão ser parametrizadas. “Algumas são mais rápidas, como a dos meios de pagamento, já que são similares às que já existem em outros segmentos da economia”, observa a Superintendente. As soluções mais complexas, que envolvem aspectos de *Analytics* e Inteligência Artificial, exigem provas de conceito mais demoradas, devendo estar disponíveis para o conjunto das EFPCs no primeiro trimestre de 2021. ■

Por Martha E. Corazza



FRANKLIN
TEMPLETON

ACESSE OPORTUNIDADES QUE NINGUÉM MAIS PODE VER

A Franklin Templeton oferece um serviço de customização de alocações de fundos locais em estratégias internacionais, de acordo com a necessidade específica de cada investidor.

Para saber mais, entre em contato conosco: salesbrasil@franklintempleton.com

O MELHOR AO SEU ALCANCE

Este material é meramente informativo e não deve ser considerado como recomendação de investimento ou oferta para a aquisição de cotas de fundos ou outros investimentos, nem deve servir como única base para tomada de decisões de investimento.

A Franklin Templeton Investimentos Brasil não realiza a distribuição ou venda de cotas de Fundos. Se você tiver qualquer dúvida sobre a forma de aquisição de cotas, procure um distribuidor habilitado.

Leia o regulamento e demais documentos antes de investir em fundos
© 2020 Franklin Templeton. Todos os direitos reservados.

41 CBPP OPORTUNIDADES
PARA AVANÇAR

16 A 19 DE NOVEMBRO

**NADA É ETERNO,
EXCETO A
TRANSFORMAÇÃO!**

Chegou a hora do tão esperado MAIOR
Evento de Previdência Privada do Mundo!
Este ano de um jeito DIFERENTE.

#VAMOSAGIR



Prepare-se para uma experiência memorável, uma oportunidade exclusiva e única de imersão completa!
Planeje sua agenda para acompanhar a transmissão 100% ao vivo!



de 100
PALESTRANTES



CONDEÚDO
DE PONTA

Insights Sessions e Plenárias com grandes speakers do Brasil e do Mundo



RECORDE
DE PARTICIPANTES



4 DIAS INTENSOS
DE INTERAÇÃO ONLINE



AMBIENTE
INTERATIVO

Interaja conosco através das enquetes, pesquisas e visitando os estandes virtuais e acumule Abrappoints para concorrer a prêmios!



FEIRA
DIGITAL

Área de Exposições com Estandes 3D com recursos de vídeo, arquivos e networking via chat.

Navegue pelos ambientes com informações acessíveis e interatividade a um clique:

- **ESPAÇO INSTITUCIONAL**
ABRAPP, SINDAPP, UNIABRAPP, ICSS, SPREV, PREVIC
- **ESPAÇO CONECTA**
- **ESPAÇO EXPOSITORES**



PONTOS
NO PEC

A participação nesta edição do Congresso garante 18 pontos no PEC do ICSS.

E mais! Se você estiver conosco em pelo menos 70% da programação, **terá sua pontuação dobrada!**

CRIE CONEXÕES, CONSTRUA RELACIONAMENTOS
E ACESSE CONTEÚDOS VALIOSOS!

Pronto para estes dias incríveis? A gente se encontra já!



UniAbrapp SINDAPP ICSS  **conecta**

giant steps CAPITAL

Para todos os investidores que entendem que **quem não evolui não sobrevive.**


A Giant é uma gestora de fundos que **une pessoas brilhantes a tecnologia de ponta.**


Ao contrário daquele modo antigo, **que aposta somente na intuição** para navegar na infinita complexidade do mercado.



acesse gscap.com.br

Siga-nos nas redes sociais.

 @giantsteps.official

 giantsteps.official



A APOSENTADORIA NA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Produtos devem acomodar diferentes rendas, tipos de emprego e localizações geográficas, o que requer o tratamento de dados e proximidade com o participante

POR FLÁVIA SILVA

Em março, a Covid-19 foi oficialmente declarada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e, ao longo dos últimos meses, a maioria dos países impôs distanciamento social e o fechamento de escolas e locais de trabalho. Desde então, todos, sem exceção, passaram a contar, como nunca, com a internet para trabalhar,

estudar e ter momentos de lazer, aumentando a demanda por videoconferências, e-learning, e-commerce, serviços de streaming, entre outros. Simultaneamente, está em curso a chamada “Quarta Revolução Industrial”, que promete unir os mundos físico, digital e biológico numa transformação cuja escala, escopo e complexidade eram



O FUTURO DO TRABALHO E DA APOSENTADORIA

até então inéditos para a humanidade. Trata-se de uma mudança fundamental que invariavelmente levará a novas formas de se pensar a aposentadoria.

A Quarta Revolução Industrial teve papel central na reunião anual do Fórum Econômico Mundial (WEF) realizado no início de 2019 em Davos, na Suíça. O conceito foi elaborado inicialmente por Klaus Schwab, fundador e Presidente Executivo do WEF, que publicou, em 2016, um livro com esse nome, no qual se referia à forma como as tecnologias estão mudando a maneira como se vive, trabalha e interage.

Trata-se de um novo capítulo no desenvolvimento humano, possibilitado por grandes avanços tecnológicos. Segundo Schwab, a revolução em andamento “confunde as linhas que delimitam as esferas física, digital e biológica”, o que implica em dizer que tecnologias como inteligência artificial, veículos autônomos, assistentes ativados por voz, reconhecimento facial, sensores digitais de saúde, e a “internet das coisas” (conceito que define a conexão entre objetos físicos com o usuário e a internet) estão se fundindo com a vida física dos seres humanos.

As três primeiras

Zvika Krieger, ex-Chefe de Política Tecnológica e Parcerias do WEF e atual Diretor de Inova-

ção Responsável do *Facebook*, diz que há um tema comum a todas as revoluções industriais: a invenção de uma tecnologia específica que mudou substancialmente a sociedade. A Primeira Revolução Industrial começou na Grã-Bretanha por volta de 1760 e foi impulsionada pela máquina a vapor. A tecnologia fez surgir novos processos de produção, levando à criação de fábricas. A Segunda Revolução Industrial veio cerca de um século depois e foi caracterizada pela produção em massa em novas indústrias como aço, petróleo e eletricidade. A lâmpada, o telefone e o motor de combustão interna foram algumas das principais invenções da época.

Já o semicondutor, o computador pessoal e a internet marcaram a Terceira Revolução Industrial a partir dos anos 1960, também conhecida como “Revolução Digital”. Para Krieger, a Quarta Revolução Industrial é diferente da terceira por dois motivos: a lacuna entre os mundos digital, físico e biológico

IA, assistentes de voz e a “internet das coisas” confundem as esferas física, digital e biológica

está diminuindo e a tecnologia está mudando mais rápido do que nunca. Para se ter uma ideia da rapidez com que as mudanças tecnológicas estão sendo disseminadas, ele cita o caso do telefone: foram necessários 75 anos para que 100 milhões de pessoas tivessem acesso a ele, ao passo que o aplicativo de jogos “Pokémon Go” atraiu o mesmo número de usuários em menos de um mês, em 2016.

Empresas, governos e indivíduos têm se empenhado para acompanhar o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas, diz Krieger, embora a tecnologia frequentemente seja deixada de fora das abordagens regulatórias. Como resultado, argumenta, as empresas buscam preencher essa lacuna ao tentar regular o uso, ainda que de maneira experimental, dos avanços tecnológicos, como o Inteligência Artificial. “Há uma necessidade absoluta das empresas por direcionamento nesse sentido”, assinala o especialista.

“O vencedor leva tudo”

Alguns estudiosos também alertam sobre uma “economia em que o vencedor leva tudo”, e somente os profissionais extremamente qualificados receberão altos salários enquanto o restante dos trabalhadores ficará para trás. Para dar uma dimensão do abismo que se instala, um relatório de 2018 da gestora de investimentos UBS



revelou que bilionários teriam sido responsáveis por quase 80% das 40 principais inovações disruptivas nas últimas quatro décadas.

Em 2016, Klaus Schwab já havia previsto que a desigualdade seria a maior preocupação social da Quarta Revolução Industrial. “Nunca houve um momento de maior promessa ou de maior perigo potencial”, disse o economista e engenheiro alemão. Sob seu ponto de vista, as mudanças tecnológicas interferem drasticamente na forma como indivíduos, empresas e governos operam, levando, em última instância, a uma transformação social semelhante às revoluções passadas. Tamanha transformação, todavia, pode ser tanto benéfica quanto maléfica.

Embora a globalização tenha reduzido a desigualdade de renda em nível mundial, ela foi acentuada, em especial, nos países em desenvolvimento. Alguns especialistas, a exemplo do economista francês Thomas Piketty, argumentam que a renda do capital vem superando a renda gerada pelo trabalho. À medida que a detenção de ativos fica mais concentrada e a renda obtida pelo trabalho mais desigualmente distribuída, os contrastes sociais tendem a aumentar.

Soma-se a isso a incapacidade ou relutância por parte dos governos em implementar (ou fazer cumprir) políticas redistributivas, com implicações para os indivi-

Já estava previsto que a desigualdade seria a maior preocupação social da Quarta Revolução Industrial

duos de renda média e baixa já evidentes. Em diversos países, as desigualdades sociais vêm sendo acentuadas pela remoção da proteção social estatal justamente das camadas populacionais mais necessitadas.

Para os analistas mais otimistas, porém, a velocidade, amplitude e profundidade dos acontecimentos atuais levam a reflexões a respeito de como os países se desenvolvem, as organizações geram valor e até mesmo sobre o que significa ser humano. Há quem diga, portanto, que esta é uma oportunidade de envolver pessoas de todos os níveis de renda e aproveitar as tecnologias convergentes para criar um futuro mais inclusivo e uma velhice mais justa e confortável.

Migração de postos de trabalho

O surgimento de diferentes tipos de empregos “não tradicionais”, a ascensão e queda de indústrias inteiras, e o crescimento da economia compartilhada têm

acarretado mercados de trabalho globais cada vez mais fragmentados. Também se observa uma parcela cada vez maior de trabalhadores dispostos - ou compelidos - a interromper suas carreiras para assumir cuidados a terceiros, aprofundar os estudos ou adquirir maior capacitação.

As discussões sobre o futuro do trabalho têm como norte a preocupação com a eventual eliminação de empregos e profissões, mesmo em setores mais qualificados, como Medicina e Finanças, em função do rápido avanço tecnológico. Em suma, o que se vê é a substituição, pela tecnologia, de ocupações que exigem habilidades tanto cognitivas quanto físicas. No entanto, observam estudiosos, não há evidências concretas de que a revolução digital tenha impactado a geração de empregos ou que isso venha a ocorrer no longo prazo.

Pelo contrário, a Quarta Revolução Industrial pode criar muitas oportunidades de trabalho. Um estudo do *McKinsey Global Institute* afirma que tão importante quanto a quantidade de dados economicamente levantados, será a qualidade dessas informações, que, para serem úteis, precisam ser selecionadas e organizadas adequadamente. Exemplo disso são as mudanças demográficas, que vêm transformando a saúde e outros serviços relacionados em áreas de

MAIS DE UMA DÉCADA NA DISTRIBUIÇÃO DE FUNDOS, ATUANDO COM EXCLUSIVIDADE PARA INVESTIDORES INSTITUCIONAIS.

Alguns dos melhores fundos nas classes de multimercado, ações, exterior e sistemático.



RANKING >

Melhores fundos para institucionais.

12 Fundos distribuídos pela Itajubá se classificaram como excelentes.

FUNDOS CLASSIFICADOS:

- > VOLT INSTITUCIONAL **FIC FIA**
- > NÚCLEO CAPITAL **NCI FIC FIA**
- > HIX CAPITAL INSTITUCIONAL **FIA**
- > VISTA **FIC FIA**
- > IBIUNA HEDGE **FIC FIM**
- > IBIUNA HEDGE **STH FIC FIM**
- > IBIUNA LONG SHORT **STLS FIC FIM**
- > VISTA MULTIESTRATÉGIA **FIC FIM**
- > GIANT ZARATHUSTRA II **FIC FIM**
- > ACADIAN GLOBAL MANAGED VOLATILITY **EQUITY FIM IE**
- > M SQUARE GLOBAL EQUITY M INSTITUCIONAL **FIC FIM IE**
- > M SQUARE GLOBAL EQUITY M **FIC FIM IE**

MAIS DE R\$ 70 BILHÕES DISTRIBUÍDOS

A Itajubá e suas empresas ligadas são um dos principais atuantes na distribuição de fundos da América Latina no segmento institucional, com escritórios no **Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru.**

R. Horácio Lafer, nº 160, 1º andar - Cj. 11
(Ed. HL Faria Lima) Itaim Bibi - SP - CEP: 04538-080

Tel.: [55 11] 2504 2300
itajubainvestimentos.com.br

 **BNY MELLON**

 **bradesco**
bem dtvm



ocupação de grande crescimento em diversos países - com potencial para absorver trabalhadores com baixa e média qualificação deslocados de outros setores.

Em 2030, haverá pelo menos 300 milhões de pessoas a mais com idades superiores a 65 anos em comparação a 2014. E, na medida em que essas pessoas envelhecem, seu perfil de gastos se altera, passando a incluir despesas com saúde e outras necessidades pessoais, gerando demanda significativa por uma variedade de ocupações, como médicos, enfermeiras, técnicos de saúde, farmacêuticos, cuidadores, terapeutas, etc. Globalmente, diz o *McKinsey Global Institute*, estima-se que os serviços de saúde e empregos relacionados ao envelhecimento populacional podem crescer de 50 milhões para 85 milhões até 2030. E esse é somente um dos exemplos de transformação do mercado de trabalho atual.

Dinamismo e cobertura

A proteção social desenvolvida ao longo do século XX vinculou os direitos sociais à situação de emprego. No entanto, as mudanças na força de trabalho enfraqueceram esse vínculo. A desregulamentação dos mercados de trabalho nos países desenvolvidos, em princípio destinada a aumentar as taxas de emprego, também reduziu a segurança no trabalho, especialmente

para os jovens e outros recém-chegados ao mercado.

Para muitos profissionais, a flexibilidade pode ter mais importância que a segurança. Atualmente, valoriza-se muito a autonomia, os desafios, as oportunidades e a renda extra que o trabalho autônomo pode oferecer, especialmente entre as gerações mais jovens. De maneira geral, os trabalhadores, especialmente aqueles com ensino superior e níveis maiores de qualificação, desejam ter cada vez mais autonomia para conduzir suas próprias carreiras ao invés de progredir dentro de uma única empresa.

Tais mudanças têm diferentes implicações para a poupança de aposentadoria. Num ambiente em que as pessoas também buscam maior autonomia, os profissionais liberais/autônomos terão que poupar de forma independente para o futuro, o que deve acabar refletido no valor dos serviços prestados. Por outro lado, se as novas habilidades exigidas dos funcionários fo-

**É necessário definir
um status de emprego
para formas
não convencionais
de trabalho**

rem consideradas imprescindíveis para uma determinada empresa, é primordial garantir uma proteção sólida para a renda desses colaboradores, bem como um processo contínuo de capacitação.

“A oferta de planos de pensão como estratégia para reter talentos já é prática consolidada. A nossa expectativa é que o escopo de incentivos semelhantes cresça à medida que habilidades tecnológicas tomem uma proporção cada vez maior da atividade corporativa”, preveem Gordon Clark, Professor Emérito da Universidade de Oxford; Sarah McGill, pesquisadora da mesma instituição, e Noel Whiteside, Professor Emérito da Universidade de Warwick no estudo “Social protection: from fragile to agile. Towards a more flexible, secure and fair system”, publicado pela Zurich Seguros e pela *Smith School of Enterprise and the Environment* da Universidade de Oxford.

Os estudiosos argumentam que a distinção usual entre emprego “tradicional” e “não tradicional” ou “regular” faz cada vez menos sentido, já que as linhas que separam essas classificações estão mais confusas e os trabalhadores podem alternar entre uma e outra em espaço de tempo relativamente curto. “O trabalho autônomo hoje abrange uma ampla gama de ocupações - algumas delas precárias, outras já bem estabelecidas (e remuneradas)”, exemplificam.



Ainda assim, a falta de consciência ou a incapacidade de contratar mecanismos para assegurar renda, planejar a aposentadoria ou salvaguardar a segurança financeira de longo prazo são fraquezas particularmente relevantes nesses grupos. “Uma das políticas mais apropriadas para lidar com esse desafio é definir um status de emprego para formas não convencionais de trabalho. Já existe um consenso crescente nesse sentido”, diz o estudo.

“Flexigurança”

Considerando as mudanças no mercado de trabalho, a proteção social deve se dar de forma mais flexível, o que implica na oferta de produtos personalizados e adequados às circunstâncias individuais. Na prática, tal necessidade deve ser atendida de forma balanceada, considerando questões como sustentabilidade e justiça social. “A estrutura de proteção social do século XXI deve garantir ‘flexigurança’ para todos os trabalhadores, sejam eles tradicionais e não tradicionais”, aconselham os estudiosos.

A manutenção de um fluxo de renda durante eventuais interrupções nos rendimentos (devido ao rompimento de vínculos empregatícios ou mudanças na carreira), em linha com as práticas do mercado laboral, também é importante. Um sistema ágil deve

A maior longevidade do trabalhador requer uma integração mais flexível dos produtos de aposentadoria

acompanhar os indivíduos em todas as situações, garantindo proteção em períodos de incapacidade ou doença, licença para cuidar de terceiros e outras interrupções nas atividades laborativas.

Similarmente, dizem os catedráticos, a maior longevidade do trabalhador requer uma integração mais flexível dos produtos de aposentadoria, permitindo, assim, que as pessoas possam vir a se aposentar em fases. Ou seja, esses produtos devem ser, antes de tudo, ágeis. Nesse quesito, é primordial que ofereçam ampla portabilidade e acomodem diferentes níveis de renda, emprego e localização geográfica. Tal abordagem requer, por óbvio, uma relação mais próxima com o participante, incluindo-se aí a gestão criteriosa de dados pessoais.

“Para serem ágeis, as soluções devem contribuir para que o indivíduo consiga atender às suas aspirações ao longo do tempo de maneira positiva”, afirmam Clark, McGill e Whiteside. Dar suporte

à continuidade da renda, à mobilidade no ambiente de trabalho e à longevidade do trabalhador são condições básicas para que as pessoas possam ser bem-sucedidas profissionalmente, dando sustentação, também, à produtividade e ao crescimento econômico.

Em terceiro lugar, salienta o estudo, as soluções precisam satisfazer as pessoas de forma adequada, permeando todas as camadas da sociedade. “Como sugerem as revoluções industriais anteriores, aqueles com menor escolaridade e empregabilidade são os que têm menos probabilidade de encontrar trabalho diante da automatização, e isso precisa ser considerado.”

Princípios conflitantes

O desenho de novos sistemas e produtos de aposentadoria demandará o reequilíbrio de vários princípios, por vezes concorrentes ou conflitantes, salientam os especialistas. A principal dicotomia aqui é atender às aspirações individuais ao mesmo tempo em que se preserva características de coletividade nos programas de aposentadoria.

Assim, a responsabilidade financeira deve ser compartilhada entre indivíduos e instituições, embora tenha havido uma clara tendência em prol da transferência dos riscos para o participante, conforme ates-



ta o crescimento exponencial dos planos de Contribuição Definida (CD) mundialmente. Todavia, também ganha força certa reação contrária à total responsabilização do trabalhador pelo seu futuro financeiro. “A responsabilidade pelo bem-estar financeiro vitalício dos trabalhadores deve ser compartilhado por governos, empregadores, comunidades, seguradoras e outros provedores de serviços financeiros.”

Os benefícios individualizados e sob medida também não devem afastar a existência de certo grau de coletivização ou compartilhamento de riscos. Ou seja, ainda que a pretensão seja satisfazer cada vez mais as necessidades individuais, os planos coletivos devem manter-se como espinha dorsal do provimento de renda previdenciária. Os riscos podem ser compartilhados de várias formas, levando-se em conta critérios geográficos ou setoriais, por exemplo.

A oferta de contas individuais pode ser uma opção interessante nesse ambiente mutável refletido pela pandemia e pela Quarta Revolução Industrial. Neste caso, afirmam os autores, a redistribuição ficaria a cargo da tributação, que poderia favorecer os trabalhadores com vínculo empregatício irregular ou renda mais baixa. Um modelo bem-sucedido citado no

Na Áustria e na Itália, fundos indenizatórios foram transformados em contas individuais privadas de aposentadoria

estudo é o dos “superfundos” australianos, além das contas individuais de aposentadoria de países como Cingapura, Hong Kong e Malásia.

Na Áustria, em 2003, e mais recentemente na Itália, deu-se a transformação de fundos indenizatórios - como o FGTS brasileiro - em contas privadas individuais de aposentadoria de fácil portabilidade, ressalta a pesquisa da Zurich/Universidade de Oxford. No caso austríaco, em especial, a abordagem permitiu a livre circulação de mão de obra de setores econômicos em declínio para outros em expansão. Como a conta de aposentadoria está vinculada ao “CPF” do indivíduo e os empregadores contribuem com uma taxa fixa, foi relativamente fácil expandir a cobertura para profissionais autônomos em 2008.

Os estudiosos defendem que esse tipo de arranjo individual pode ser desenhado inclusive para oferecer proteções adicio-

nais, como o auxílio-doença e invalidez. “Os planos de previdência do segundo pilar suíço seriam um exemplo a ser seguido, pois oferecem inscrição automática, escalonamento automático das contribuições e a anuitização parcial dos recursos acumulados, características que contribuiriam imensamente para o aumento da cobertura.”

O papel da tecnologia

Por fim, os especialistas afirmam que a tecnologia deve ser usada apenas como um auxílio, sempre com o cuidado de se proteger a privacidade do participante e promover a justiça social. “A tecnologia e a coleta de dados serão parte fundamental de novos produtos, serviços e sistemas de proteção social.”

O aproveitamento e análise de informações detalhadas individuais certamente ajudará a aprimorar a customização de produtos mais adequados a um mercado de trabalho mais complexo e suas necessidades de proteção previdenciária. No entanto, é fundamental preservar, a qualquer tempo, a privacidade desses indivíduos, a segurança e a justiça dos sistemas dos quais eles dependerão para sua segurança financeira de longo prazo, escrevem Clark, Whiteside e McGill. ■



VOLATILIDADE E RETORNOS MENORES NO LONGO PRAZO

Crise sanitária levou à reavaliação da “regra dos 4%”, com redução do percentual anual de saque de planos CD para 2,4%, diz Olívia Mitchell, da *Wharton School*

Reformar os sistemas de aposentadoria torna-se uma necessidade ainda maior na medida em que a pandemia fez aumentar o desemprego, reduziu o crescimento econômico e os retornos de investimentos, ameaçando ainda mais a solvência de planos de pensão já deficitários. É o que defende Olívia Mitchell, renomada professora de Economia Empresarial, Gestão de Riscos e Políticas Públicas da *Wharton School* (Universidade da Pensilvânia) e Diretora Executiva

do *Pension Research Council*. A solução, argumenta a especialista, passa pela oferta de novos produtos financeiros, projeções atuariais mais detalhadas e ajustes nos planos, trazendo, assim, maior alívio para aposentados, reguladores e patrocinadores.

Para Mitchell, “o mundo ficou diferente”. Nesse sentido, ela assinala que a China vem enfrentando problemas, e que o FMI (Fundo Monetário Internacional) prevê queda de 5% para o PIB global de 2020, 8% para o PIB dos EUA e União Europeia,



e 7% para o PIB russo. Há também uma enorme instabilidade nos mercados, que embora tenham se recuperado do choque inicial sofrido na pandemia, não deverão sustentar a alta de maneira consistente.

Nos EUA, mais especificamente, o “velho normal” ditava uma taxa de retorno livre de risco de 1% para os títulos e uma taxa esperada de retorno bruto de 5% para a renda variável, relata a pesquisadora. No “novo normal”, a taxa de juros livre de risco deve cair de 1% para 0%, e o retorno projetado das ações de 5% para 4%.

Senso de urgência

Em artigo intitulado “Building Better Retirement Systems in the Wake of the Global Pandemic”, Olivia Mitchell cita uma pesquisa segundo a qual os mercados de ações globais perderam cerca de US\$ 20 trilhões somente no mês de março. As nações mais pobres sentirão os efeitos econômicos da pandemia de maneira mais forte, já que seus sistemas de saúde estão mal equipados, e os orçamentos, mais apertados.

“Os gastos governamentais atingiram níveis nunca antes vistos, configurando o novo normal”, diz ela, acrescentando que os regimes previdenciários e de assistência social têm diante de si exigências muito maiores devido à recessão global instalada. Antes da pandemia, a UE já gastava mais

de um quarto do PIB em programas de proteção social. No final de março, em resposta à Covid-19, 84 países haviam lançado ou intensificado um total de 283 programas de assistência social ou emprego, a grande maioria com transferência de renda. “O custo ainda não estimado desses programas precisará ser coberto no futuro, mas poucos governos começaram a pensar efetivamente em como fazê-lo.”

Nesse contexto, os sistemas previdenciários se tornam cada vez mais importantes como fonte de renda para uma população idosa em ascensão. Mas, segundo estimativas do Fórum Econômico Mundial, a lacuna de poupança para a aposentadoria crescerá 5% anualmente até chegar a US\$ 400 trilhões em 2050. Daí o senso de urgência por reformas, analisa Mitchell.

Complementação fragilizada

“Mesmo antes do surgimento do Coronavírus, a poupança pes-

Em março, 84 países
havia lançado ou
intensificado 283
programas de assistência
social ou emprego

soal e previdenciária no mundo já atravessava desafios profundos”, assinala a especialista. Nos EUA, por exemplo, apenas metade da força de trabalho possui reserva previdenciária, seja em planos de Benefício Definido ou Contribuição Definida. E se antes do Coronavírus os níveis de poupança privada já eram baixos globalmente, a situação tende a se agravar pela forte volatilidade sofrida pelas carteiras e expectativa de retornos reduzidos no longo prazo.

Idosos em países em desenvolvimento enfrentam problemas mais sérios porque a cobertura tende a ser menor em função de fatores como a maior informalidade no mercado de trabalho, altas taxas cobradas, desconfiança no governo e nas instituições financeiras, e falta de educação financeira. “As perspectivas para a aposentadoria são hoje certamente mais desanimadoras do que a um ano atrás. Trabalhadores e aposentados estão se dando conta de que estão muito mais suscetíveis a problemas de saúde catastróficamente onerosos.”

No passado, explica a pesquisadora, os aposentados tinham a chamada “regra dos 4%” como referência para o quanto poderiam sacar dos fundos de pensão anualmente para viver. No entanto, a pandemia levou alguns consultores financeiros a reavaliar a recomendação, reduzindo-a para 2,4%. Nos



Estados Unidos o “custo da aposentadoria”, ou seja, a quantia que precisa ser poupada para gerar um pagamento de US\$ 1 por ano durante 25 anos aumentou 14%, passando de US\$21 para quase US\$24 (considerando uma aposentadoria em 2040). “É importante ressaltar que esses cálculos geralmente não levam em conta os custos crescentes com saúde na idade avançada.”

Soma-se a isso o fato de que muitas empresas que antes garantiam aportes patronais aos planos corporativos simplesmente deixaram de fazê-lo. “Esperamos que seja temporário, a exemplo do que aconteceu na crise financeira de 2008-2009”, diz Mitchell.

Insolvência antecipada

Na esfera pública, os programas de aposentadoria mantidos por estados e municípios americanos também sentiram o baque e, com as receitas em queda, o déficit, já preocupante em certos casos, tende a ser agravado. “Todos esses fatores, portanto, comprometerão ainda mais as perspectivas de aposentadoria das pessoas.”

De acordo com um modelo desenvolvido pela Universidade da Pensilvânia denominado “Penn Wharton Budget Model”, nos dois cenários recessivos aventados, o sistema previdenciário estadunidense ficaria insolvente em 2032 ou 2034 - entre dois a quatro anos antes do que previam as projeções

Nos EUA, a quantia a ser poupada para gerar o pagamento de US\$1/ano durante 25 anos passou de US\$21 para quase US\$24

pré-pandemia. “Mas os efeitos da Covid-19 podem levar ao esgotamento da Previdência Social ainda mais cedo, já em 2029”, comenta a especialista.

O *Medicare* (seguro-saúde federal para americanos com mais de 65 anos, pessoas impossibilitadas de trabalhar ou com doenças terminais) também enfrenta dificuldades. E como as despesas nessa área certamente se elevarão, o aumento de impostos para financiá-las torna-se inevitável, prevê Mitchell. “Já temos enormes déficits nas contas públicas, atualmente na casa dos trilhões de dólares, isso sem contar a previdência, a assistência social e o *Medicare*”, alerta.

Acumulação e pagamento

Olivia Mitchell acredita que os sistemas previdenciários devem ser capazes de atender as pessoas de maneira adequada no longo prazo. Eles também precisam ter seus níveis de cobertura reforçados, em linha com a evolução do mercado

de trabalho, que aponta para um maior número de trabalhadores informais, em meio-período e temporários. Para tal, a especialista estabelece uma espécie de roteiro com ações divididas em duas grandes categorias: a fase de “acumulação” e a fase de “pagamento” de benefícios.

» Expansão da cobertura

Na fase de acumulação, o primeiro passo é separar a poupança de aposentadoria e a assistência à saúde da condição de emprego. “Isso ampliaria dramaticamente a cobertura para todos os cidadãos, independentemente de terem ou não um vínculo empregatício.” Empresas como Uber e Lyft já desafiam o *status quo* ao ajudar os motoristas a contratar seguros de baixo custo e, em diversos países, os legisladores buscaram satisfazer certas necessidades dos trabalhadores na pandemia, incluindo a desburocratização de licenças médicas para aqueles que adoeceram ou tiveram que cuidar de familiares infectados.

A Lei *SECURE* estadunidense de 2019 também ajudou nesse sentido ao permitir que as empresas se unissem para oferecer benefícios a trabalhadores vinculados a diferentes empregadores. Outra iniciativa estadunidense para expandir a cobertura foi capitaneada por seis estados (Oregon, Califórnia, Connecticut, Illinois, Maryland e Nova



O FUTURO DO TRABALHO E DA APOSENTADORIA

Jersey), que lançaram planos estaduais coletivos de Contribuição Definida a serem disponibilizados pelos empregadores que ainda não dispõem de um plano corporativo.

No pioneiro Oregon, o programa conseguiu atingir os trabalhadores de mais baixa renda de pequenas empresas, que contribuem, em média, com US\$110 por mês, ou cerca de 5% do salário. Anualmente, a taxa de contribuição é escalonada automaticamente até chegar ao teto de 10%. Os recursos são então investidos em fundos de data-alvo e o participante pode se manter no plano mesmo mudando de emprego, contanto que permaneça dentro do estado.

» Adiamento da aposentadoria

Em função do aumento da longevidade, Olivia Mitchell também diz ser importante fazer com que as pessoas permaneçam na ativa por mais tempo. Logo, os planos de aposentadoria poderiam ser ajustados para oferecer incentivos ao adiamento da aposentadoria. A especialista argumenta que as repercussões de longo prazo da pandemia no mercado de trabalho ainda são desconhecidas, mas uma pesquisa de março de 2020 com americanos de 55 a 60 anos já indicou que 44% pretendiam adiar a aposentadoria devido à grande perda sofrida pelos portfólios. Destes, 18% trabalhariam por pelo menos mais cinco anos.

Quando o trabalho remoto é viável, lembra a Diretora Executiva do *Pension Research Council*, manter-se no mercado tende a ter um apelo maior para muitas pessoas que, em outras circunstâncias, precisariam se deslocar diariamente para os grandes centros utilizando transporte público. “Várias empresas têm incentivado os funcionários a trabalhar em casa. Porém, nos EUA, dois terços de todos os empregos não podem ser realizados remotamente.”

» Ajustes nos planos

Similarmente, a pesquisadora defende ajustes nos planos de Contribuição Definida, hoje predominantes (em 2019, tais planos respondiam por mais da metade dos US\$ 47 trilhões de ativos previdenciários globais). Embora os planos CD ofereçam vantagens para o empregador ao dividir o ônus do custeio das pensões com o participante, eles também trazem mais risco ao processo de investimento em função da falta de educação financeira da população.

Fundos de data-alvo podem ser reavaliados a fim de se dirimir a falta de proteção contra o risco de longevidade

A fim de contornar o problema, muitos patrocinadores vêm adotando os chamados “fundos de data-alvo”, nos quais a alocação tática dos ativos é definida segundo o ano de aposentadoria projetada do participante. Nos EUA, esses fundos costumam ser a opção-padrão dos planos CD. No entanto, Mitchell sugere uma reavaliação do modelo com o intuito de dirimir deficiências, como a falta de proteção contra o risco de longevidade.

» Contribuições mais altas

Retornos reduzidos - tendência forte nos dias de hoje - poderiam ser compensados por contribuições mais altas pelos participantes, propõe a estudiosa. Ela cita um estudo do economista Michael Poterba, segundo o qual as taxas de contribuição devem subir para 33% a 48% dos salários a fim de dar suporte a um fluxo de renda equivalente a metade da renda pré-aposentadoria quando a rentabilidade média chegar a 2% ao longo de um período de capitalização de 20 anos. Se esse período for mais longo, de 30 anos, a economia mensal deve ser de 15% a 16% do salário.

“As taxas de poupança devem ser ainda mais elevadas se a intenção for gerar um fluxo de pagamento que acompanhe a inflação”, alerta Olivia Mitchell. Mecanismos como a inscrição automática e o escalonamento automático das



contribuições são muito bem-vindos nesse novo contexto.

» Aquisição de anuidades

Na fase de percepção do benefício, o ideal é que o participante utilize o saldo da conta de aposentadoria para adquirir uma anuidade, garantindo, assim, um fluxo de renda estável e vitalício. “Muitos países já exigem isso. Direcionar 10% do saldo para a aquisição de uma anuidade já ajuda muito.” Outra recomendação é que o produto seja inserido no desenho do plano desde o início, em se tratando, por exemplo, de fundos de data-alvo, já que pode ser difícil incorporar as anuidades ao planejamento financeiro depois da aposentadoria.

» Assessoramento financeiro

Neste cenário pós-Covid-19, é primordial disponibilizar não apenas anuidades de baixo custo, mas assessoramento financeiro acessível e de alta qualidade. Pesquisas e produtos adicionais também se fazem necessários para facilitar a gestão do processo de desaccumulação para os aposentados. “Trabalhadores e aposentados podem e devem fazer uso de recomendações de *fintechs*, robô *advisors*, algoritmos e programas de educação financeira para aconselhamento”, diz Mitchell.

Estudos indicam que diferentes sistemas de entrega de consul-

Os governos poderiam disponibilizar dados de melhor qualidade sobre a mortalidade e morbidade populacional

toria financeira tendem a atrair audiências distintas. Por exemplo, já se sabe que os adultos mais jovens preferem conselhos algorítmicos ao invés de humanos, enquanto os indivíduos de meia-idade preferem um modelo híbrido. Homens têm, por sua vez, maior propensão a pagar mais por aconselhamento financeiro do que as mulheres.

» Dados de melhor qualidade

Aos legisladores e reguladores caberia fortalecer os sistemas de aposentadoria de várias maneiras, de acordo com Mitchell. Primeiro, eles podem gerar e disponibilizar “dados de melhor qualidade e mais granulares” sobre os padrões de mortalidade e morbidade da população. Esses dados ajudarão as seguradoras a considerar, de forma mais precisa, o risco de longevidade no cálculo dos prêmios das anuidades.

As autoridades também podem contribuir para o desenvolvimento de “um conjunto de diretrizes consistente e economicamente coerente” para mensurar

ativos e passivos previdenciários ao longo do tempo. Similarmente, seriam úteis mecanismos que possibilitassem uma avaliação mais apurada das necessidades relativas aos cuidados de longo prazo de populações em processo de envelhecimento.

» Redes de proteção

De forma mais ampla, advoga Olivia Mitchell, os reguladores poderiam buscar fortalecer as redes de proteção social que oferecem seguro-desemprego, moradia, assistência médica e segurança alimentar. Um caso bem-sucedido é o da Dinamarca, cujo governo subsidiou 75% dos salários dos funcionários de empresas atingidas pela pandemia. Na Alemanha, o governo concedeu empréstimos às empresas afetadas, evitando, assim, que elas quebrassem.

Em contrapartida, nos EUA, uma “verdadeira colcha de retalhos” de programas de seguro-desemprego estaduais, assistência médica e auxílio-alimentação dificultou imensamente o acesso aos benefícios, aponta a catedrática. Na África e na Ásia, os trabalhadores informais parecem estar particularmente em risco devido à cobertura limitada do seguro social, alerta a Professora da *Wharton School*. ■

Por Flávia Silva

Seja qual for a sua
necessidade, a Icatu
tem uma solução
completa para
Fundos de Pensão.



SEGURO
PRESTAMISTA
PARA CARTEIRA
DE EMPRÉSTIMO



COMPARTILHAMENTO
DE RISCO



FUNDO
MULTIPATROCINADO



ADMINISTRAÇÃO
DE INSTITUIDORES



GESTÃO
DE ATIVOS



DIFERENCIAIS

- ▶ Pioneiros na oferta de fundos **Data Alvo**.
- ▶ **Mais de 24 anos** administrando Planos de Previdência Complementar.
- ▶ **Canal exclusivo para atendimento** de participantes alta renda.
- ▶ **Pagamento de indenização de risco** de acordo com as regras do regulamento do plano.
- ▶ **Oferta de seguro** para planos instituídos, patrocinados e carteira de empréstimo.

PARA SABER MAIS SOBRE NOSSOS PRODUTOS E SERVIÇOS,
FALE COM UM DE NOSSOS ESPECIALISTAS:

Sergio Egídio

(11) 3472 3982 | (11) 99450 3316 | (21) 3824 3990
segidio@icatuseguros.com.br

Robson Martins da Silva

(11) 3472 3938 | (11) 99395 1325
rmdasilva@icaturfundosdepensao.com.br



O “NOVO NORMAL” PARA A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR BRASILEIRA

POR DÉBORA DINIZ

Diante das circunstâncias desafiadoras atuais, EFPCs e patrocinadores precisam agir proativamente para repensar o modelo vigente

Impactado pela pandemia do novo Coronavírus e pelas crescentes transformações tecnológicas, o futuro do mercado de trabalho traz desafios para o progresso da Previdência Complementar, bem como amplia seu papel no desenvolvimento social. De um lado, há o alto nível de desemprego no Brasil, problema agravado pela Covid-19, que atingiu em cheio a economia. Em meio a esse cenário de prejuízo à empregabilidade e às demonstrações do Estado de dispor de cada vez menos recursos para a seguridade social



básica, o sistema de previdência privada ganha espaço para crescer. Para isso, no entanto, é preciso se adaptar à nova realidade, com mudanças de postura tanto das entidades quanto dos patrocinadores.

Um dos ajustes mais urgentes é modernizar o sistema fechado, na opinião do Coordenador da Cátedra de Previdência Complementar Fechada da Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP), Sérgio Rangel. Ele defende que é necessário trocar o sistema atual, baseado em emprego e salário, para um norteado simplesmente por relações de trabalho, que abarque os autônomos, para acompanhar os rumos do mercado. Isso porque fenômenos como as chamadas “uberização”, em alusão a motoristas de aplicativos, e “pejotização”, referente à contratação de empregados como pessoas jurídicas, sem celebração de vínculo empregatício, parecem não ter volta. “O fato é que, no futuro, teremos menos empregos e, paradoxalmente, mais trabalho especializado. As perspectivas do mundo com as inovações tecnológicas que rompem conceitos e transformam questões já estabelecidas não podem ser desconsideradas”, afirma.

Tal reformulação, por meio da ampliação do alcance da Previdência Complementar, ajudaria a resolver um entrave ao desenvolvimento do sistema: a baixa penetração na população. Hoje, menos de

8% dos brasileiros estão cobertos diretamente, considerando os segmentos aberto e fechado. Fatores como concentração de renda, o que leva poucas pessoas a fazerem esse tipo de investimento, baixa educação financeira e falta de percepção do valor dessa modalidade de proteção influem no número, diz Sérgio Rangel.

Educação e confiança

Diante dos desafios colocados por circunstâncias econômicas, sociais e tecnológicas às relações de trabalho, EFPCs e patrocinadores devem agir proativamente para repensar o modelo vigente em busca de soluções. E educação previdenciária é um dos itens do pacote de medidas que precisam ser tomadas. A avaliação é do Juiz Federal e especialista em previdência Fábio Souza. Para o magistrado, as entidades precisam planejar estratégias a fim de reforçar a confiança dos participantes no sistema e, assim, retê-los. Aumentar a transparência, com demons-

“O ideal é que a Previdência Complementar possa reter o participante não por imposição, mas pela clareza das [suas] vantagens”

trações da boa administração dos recursos aportados, e estender a flexibilidade dos regulamentos dos fundos de pensão, de modo a dar mais oportunidades de escolha aos assistidos - em relação a resgates e portabilidade, por exemplo - são atitudes necessárias, indica.

“O ideal é que a Previdência Complementar possa reter o participante não por força da imposição, mas pela clareza das vantagens que existem nessa forma de poupança”, destaca Souza, acrescentando que muitas pessoas se sentem desestimuladas, imaginando que seria melhor elas próprias gerirem seus recursos, em vez de deixar nas mãos de outros. “Por isso, o trabalho de educação previdenciária deve ser profundo, com mostras da superioridade desse tipo de investimento quando comparado às demais alternativas, principalmente quanto à segurança em longo prazo.”

Adotar regras de transição para aqueles que ainda não preencheram os requisitos de elegibilidade à cobertura é uma boa maneira de fomentar a confiança na Previdência Complementar “Não é possível o fundo de pensão, ao mudar regulamento, se preocupar exclusivamente com o seu equilíbrio atuarial. É necessário evitar crises de confiança no sistema, e a postura dos fundos de pensão é essencial para isso”, argumenta o magistrado.



Capacitação e manutenção de benefícios

Na avaliação de Fábio Souza, a conjuntura atual requer dos empregadores, como missão fundamental, a criação de um ambiente de qualificação de mão-de-obra, com capacitação técnica e emocional para o enfrentamento de adversidades. “A tendência é que tenhamos, daqui para frente, menos operários e mais desenvolvedores de tecnologias. O desafio para o País e as empresas é fazer com que essas novas vagas de trabalho estejam por aqui”, diz o magistrado, ressaltando os aspectos psicológicos envolvidos na questão. “Precisamos de trabalhadores capazes de se adaptar para fazer o que as máquinas não alcançam e mudar formas de atuação.”

Investir em qualificação de pessoal não apenas mantém ou gera empregos. Para empregadores, o aumento de produtividade e a melhoria de resultados financeiros são consequências diretas desse esforço. Isso porque instituir uma cultura corporativa de valorização do elemento humano reverbera na *performance* das equipes, que se sentem estimuladas a entregar o melhor desempenho. “Talvez a maior ferramenta de elevação da produtividade esteja em adaptações de processos produtivos de modo a se conseguir extrair o máximo potencial dos trabalhadores,

As patrocinadoras de planos não podem cair na tentação de reduzir benefícios e garantias aos funcionários

pensando também no bem-estar deles”, complementa o Juiz.

De acordo com o especialista em previdência, mesmo em um cenário de escassez de oportunidades de emprego e grande oferta de mão-de-obra, é importante que as empresas, na posição de patrocinadoras de planos, não caiam na tentação de reduzir benefícios e garantias dos funcionários. A manutenção de um modelo de proteção previdenciária efetivo para os colaboradores faz parte da responsabilidade socioeconômica das organizações. Além disso, contribui para a retenção de pessoal qualificado e, conseqüentemente, para o crescimento dos negócios.

Há de se considerar ainda que a reforma da previdência reduziu a promessa de cobertura do seguro social público, de algo que pretendia manter o padrão de vida do segurado após a aposentadoria para um benefício estritamente básico. Com isso, tem ficado nítida a importância do esforço individual de poupança para a Previdência

Complementar. “Cada vez mais, caminhamos para deixar nas mãos do próprio trabalhador as rédeas do seu futuro”, sentencia Fábio Souza. “Esse modelo não é mais exclusividade daqueles com rendas extremamente elevadas.”

Papel econômico

Além de cumprir papel social, a Previdência Complementar tem função importante para a economia do País, pois os fundos de pensão são origem de capital para grandes investimentos institucionais, inclusive em infraestrutura. O enfraquecimento do setor, portanto, impacta diretamente o desenvolvimento. Mais um motivo para que as EFPCs e patrocinadores se aliem para fortalecer o segmento.

“Tenho certeza de que o Brasil, com normas bastante avançadas no campo da Previdência Complementar, é capaz de assumir a vanguarda na busca de soluções criativas e responsáveis para a nova conjuntura econômica e social”, sublinha Souza.

Desafio demográfico

Diretor do FGV Social, o economista Marcelo Neri chama a atenção para as peculiaridades demográficas de um País que vem envelhecendo, mas continua jovem frente a países como o Japão, por exemplo, com 350% mais idosos e despesa previdenciária em torno



de 10% do PIB. Já no Brasil, esse custo é de aproximadamente 14%, e tende a aumentar. A expectativa é de que haja um aumento de 488% na parcela de idosos nos próximos 50 anos, o que torna medidas como a recente reforma da previdência fundamentais.

“Se compararmos a proporção de idosos entre 98 países, o Brasil estaria na 80ª posição, quando analisados apenas os 20% mais pobres da população. Já entre os 20% mais ricos, o Brasil passaria a ser o 31º em número de idosos dentre esses mesmos 98 países”, observa Neri, salientando a relação entre poder aquisitivo e longevidade.

“A pandemia deve ter tirado um ano da expectativa de vida do brasileiro, mas ainda assim, a cada três anos, o País tem avançado um ano nesse quesito. É um bom problema, mas não deixa de ser um desafio para a previdência.” Parte do problema pode ser equacionada pela reforma, um fator que aumenta a importância da previdência privada. Só que a economia esperada - em torno de R\$ 800 bilhões nos próximos dez anos - vai ser impactada pelos efeitos da pandemia. Só com auxílio emergencial, o País desembolsou R\$ 322 bilhões em 2020.

Neri também chama a atenção para a informalidade, que vinha aumentando à média de três pontos percentuais de 2014 a 2019. A pan-

Às EFPCs caberia o papel de dar suporte a uma agenda nacional de redução da informalidade

demia, porém, elevou a formalidade, mas essa não é uma boa notícia. “Quando finalmente a informalidade começa a cair, a queda é gerada não pelo aumento do emprego formal, mas pela falta de trabalho causada pela pandemia.” Isso mostra como a informalidade adiciona complexidade às políticas públicas.

Copo vazio

A experiência chilena mostra que nesse mundo novo, onde as pessoas entram e saem do mercado de trabalho, ter um regime previdenciário privado é difícil. E o desafio se torna ainda maior com o aumento da tecnologia, assunto que desperta pessimismo entre os brasileiros. Em um grupo de 145 países que acreditam no potencial da tecnologia para gerar mais empregos, o Brasil é o número 108. “O nosso copo está relativamente vazio: só 42% dos brasileiros acreditam que as novas tecnologias vão gerar emprego”, ressalta Neri.

Para o especialista, o pessimismo se justifica, já que a força

de trabalho do País é ainda muito concentrada no setor informal e no comércio de serviços, com baixo nível de educação, o que a torna pouco competitiva. “Existe um processo meio darwiniano de seleção natural onde a tecnologia estar do seu lado é uma boa notícia. Agora, se você está do outro lado, ela é uma ameaça.”

Um ponto positivo é que há setores começando a tentar incorporar à lógica privada as políticas públicas voltadas para os mais pobres, com incentivo à formação de poupança e a consequente proteção para o futuro. Mas esse ainda é um longo caminho. “A previdência privada é o serviço de maior luxo entre todos os serviços financeiros. Fizemos um estudo, alguns anos atrás, segundo o qual a previdência era o que possuía menor cobertura. Isso porque o Estado já oferecia. O que eu vejo é uma mudança de paradigma, inclusive entre a população de baixa renda.”

Mas se o Brasil realmente é o país do futuro, é necessário se modernizar e diminuir a informalidade. Para as EFPCs, cabe o papel de dar suporte a esse movimento. “De alguma forma, as entidades de previdência devem propor essa agenda, assim como a revista da Abrapp está fazendo com esta matéria. Acho que esse desafio é de todos.” ■

CONHEÇA NOSSAS GESTORAS

Com a experiência e o conhecimento adquiridos ao longo de muitas décadas e ciclos de mercado, nossas gestoras globais oferecem estruturas especializadas em diversas classes de ativos e estratégias. Cada uma das equipes trabalha com uma visão independente, ajudando a fornecer soluções financeiras eficazes para clientes individuais e institucionais.

Foco em ações de qualidade

Uma gestora de investimentos em Renda Variável Global, com mais de 50 anos de experiência e que busca entregar resultados de longo prazo por meio da gestão ativa.

ClearBridge
Investments

Especialista em gestão ativa de ações

Gestora especialista em Renda Variável Global, fundada em 1881 e que constrói portfólios baseando-se em análise e pesquisa fundamentalista.

MARTIN CURRIE

ESTE MATERIAL NÃO CONSTITUI OFERTA OU DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS OFFSHORE, ESTRATÉGIA OU DE QUALQUER VEÍCULO NÃO REGISTRADO NO BRASIL. A Western Asset Management Company Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Limitada, devidamente constituída no Brasil, faz parte do Conglomerado da Legg Mason. A Western Asset, atua na administração e gestão dos fundos locais que acessam as estratégia/fundos no exterior de empresas que também são integrantes do Conglomerado Legg Mason.

A Western Asset pode ser contactada por meio dos seguintes canais: SAC: 11 3478-5200 - dias úteis das 9h às 18h; www.westernasset.com.br – Seção Fale Conosco. Se a solução apresentada pelo SAC não for satisfatória, acesse a Ouvidoria: 11 3478-5088 - dias úteis das 9h às 12h - 14h às 18h; ouvidoria@westernasset.com. Correspondências ao SAC e Ouvidoria podem ser dirigidas à Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.455, 15º andar, cjt 152 - São Paulo – SP - 04543-011. © Western Asset Management Company Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Limitada. 2020. Esta publicação é de propriedade da Western Asset. Esta publicação não deve ser enviada a qualquer outra pessoa. O conteúdo deste material de divulgação deve ser tratado como confidencial e não poderá ser reproduzido ou utilizado sob qualquer forma sem a expressa autorização da Western Asset.



CENTRAL DE SERVIÇOS CONECTA

LANÇAMENTO NO 41º CBPP

Depois de muito planejamento e conversas com várias EFPCs, chegou o dia do lançamento oficial.

Durante o 41º CBPP da Abrapp, a Conecta lançará a Central de Serviços, totalmente focada na importância e na eficiência em vendas e relacionamento com os participantes.



Está chegando a hora
de conhecer mais essa
novidade!



conecta
soluções associativas

Marque na
sua agenda o
lançamento
oficial:
**16/11 às
19h15 na
Alameda
Conecta.**



+55 11 2344-2590 | 2591 | 2592

conectasa@conectasa.com.br

www.conectasa.com.br

/conectasa

conecta_s_a

nós acreditamos em um

futuro brilhante



Há 35 anos no Brasil, ajudamos organizações em seus desafios de Recursos Humanos, Previdência, Investimentos, Saúde e Benefícios

Criamos novas estratégias e oportunidades para preparar nossos clientes a navegarem por momentos de volatilidade ou de calma.

www.mercer.com.br

welcome to brighter



ENTUSIASTAS DO SISTEMA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Atuação da Abrapp e o apoio decisivo de parlamentares têm gerado avanços legislativos na governança, fomento, tributação e investimentos dos planos

POR ALEXANDRE SAMMOGINI

Participante da maior Entidade Fechada de Previdência Complementar do País, a Previ, há mais de 40 anos, o Deputado Federal Christino Áureo (PP-RJ) tem desempenhado um importante papel de interlocução na defesa do sistema no Congresso Nacional. O representante enfatiza, por exemplo, a capacidade que as fundações e o sistema possuem para

financiar a retomada dos investimentos e do crescimento econômico que o País necessita. “Em virtude do teto dos gastos e da necessidade de ajuste fiscal, o governo não terá condições de realizar os investimentos necessários na economia. Por isso surge a necessidade de buscar fontes de financiamento privado. Neste aspecto, as fundações têm um papel muito importante.”

Círculo virtuoso

Para o Deputado Federal, o incentivo ao fomento e desenvolvimento do setor é fundamental para ampliar a formação de poupança de longo prazo. “Não se trata de uma pauta corporativa, de defesa de um grupo específico. É uma pauta de defesa dos interesses de toda a população. Além do papel da seguridade, as fundações contribuem para o desenvolvimento econômico do País”, afirma. Ele lembra, com orgulho, que contribuiu para o plano de benefícios da Previ desde os 18 anos de idade. “Eu vivenciei a importância do modelo de capitalização para a formação de minha aposentadoria, por isso, acredito na viabilidade e importância desse sistema.”

A poupança de longo prazo no Brasil está concentrada nas entidades fechadas. Com um cenário de manutenção do juro baixo, as fundações terão de buscar maior diversificação dos investimentos, o que deverá ocorrer com a ampliação da renda variável e investimentos no setor produtivo. Por isso, ele é defensor da criação de leis que permitam o incentivo tributário para os planos previdenciários. Afinal, esse é um recurso que não se perde; pelo contrário, gera retorno em termos de maior arrecadação com o desenvolvimento da economia. “Um sistema de Previdência Complementar forte garante maior financiamen-

to para as atividades produtivas, o que gera maior renda para a população em um ciclo virtuoso”, afirma.

Fomento dos planos

Como entusiasta do sistema de Previdência Complementar, Christino Áureo tem propostas que visam fomentar o crescimento dos planos previdenciários e o número de participantes. Uma de suas ideias é elaborar um projeto de lei que permita que as empresas investidas pelas EFPCs possam oferecer os planos de benefícios automaticamente para seus funcionários.

Essa regra permitiria, por exemplo, que os funcionários de todas as empresas investidas pela Previ pudessem aderir como participante do fundo. “Muitas vezes essas empresas não possuem uma entidade fechada ou sequer oferecem um plano de benefícios para seus colaboradores. Em muitos casos há apenas um plano de previdência aberta que não tem caráter previdenciário”, comenta

PL prevê que empresas investidas pelas EFPCs ofereçam, automaticamente, planos para seus funcionários

o Deputado. Ele estima que menos de 10% das empresas investidas pelas fundações têm plano de benefícios administrado por EFPC.

Interlocução no Congresso

A Abrapp tem ampliado as ações no Congresso Nacional na defesa e aperfeiçoamento do sistema. Por isso, a Associação reforçou o diálogo e articulação com parlamentares. Neste esforço, outro representante relevante é o Deputado Kim Kataguirí (DEM-SP). “Temos fortalecido nossa agenda de atuação junto à Câmara dos Deputados. Estamos articulando para encaminhar PL em regime de urgência sobre a dedutibilidade das contribuições extraordinárias e para isso contamos com a atuação dos Deputados Kim [Kataguirí] e Christino [Áureo]”, diz o Diretor-Presidente da Abrapp, Luís Ricardo Martins.

Recentemente, Kataguirí aceitou assumir a relatoria do PL 4016/2020, sobre a possibilidade de dedução das contribuições extraordinárias no Imposto de Renda. O projeto é de autoria de Christino Áureo, mas ainda não tinha um relator. “O participante não pode ser duplamente penalizado, pois já está pagando para cobrir o déficit e ainda por cima não pode deduzir do IR. Isso constitui uma dupla tributação. A taxa é uma cobrança indevida que promove

o desincentivo à poupança previdenciária”, defende Christino.

Atualmente, as contribuições regulares para EFPCs são dedutíveis da base de cálculo na declaração anual do IR até o limite de 12% da renda tributável no ano-base. O mesmo não tem acontecido com as contribuições extraordinárias para os planos. A situação foi instalada há dois anos com a publicação da Solução de Consulta COSIT 354/2017. “É necessário corrigir essa impropriedade para permitir que os participantes consigam deduzir as contribuições extraordinárias também”, explica Luís Ricardo.

Convênio com o INSS

Outro ponto de atuação do Deputado Christino ocorreu na proposta de regularização do convênio do INSS com as EFPCs. O acordo para o pagamento de benefícios do Regime Geral através de Entidades Fechadas, como Previ, Petros, Funcef e outras, atinge centenas de milhares de assistidos do sistema. A norma para a preservação do acordo havia entrado na MP nº 905/2020 do contrato verde amarelo, do qual Christino Áureo era o relator, mas a MP acabou sem a aprovação pelo Congresso. Com um trabalho dos dirigentes e da assessoria parlamentar da Abrapp, a regra foi incluída com uma proposta do Deputado e aprovada na MP nº 936/2020.

Deputado Kim Kataguiri assumiu a relatoria do PL 4016/2020, sobre a dedução de contribuições extraordinárias do IR

“Agora temos uma legislação aprovada que permite maior segurança jurídica nos convênios com o INSS. Era um problema que se arrastava há mais de 60 anos. Todos os convênios eram revogados recorrentemente”, diz o Deputado. Ele explica que há duas vantagens principais para os participantes na manutenção do convênio. Uma delas é o pagamento do benefício no dia 20 de cada mês ao invés do dia 5 do mês seguinte. A outra é a possibilidade de encaminhamento para pedidos de benefícios diretamente na EFPC, sem ter de acessar o atendimento do INSS.

ASG e harmonização

Em outra frente de atuação, a Abrapp tem discutido junto aos representantes do Ministério da Economia, em especial, da Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar, a importância de se alterar a regra de tributação de participantes de EFPCs que realizam a declaração simplificada do IR. A iniciativa também conta

com apoio do Deputado Christino Áureo.

A proposta está inserida no esforço de harmonização das regras entre os planos da previdência aberta e fechada. Enquanto no segmento das abertas existe a possibilidade de se poupar através do VGBL, que conta com tratamento tributário diferenciado em relação aos rendimentos, no segmento das fechadas, não existe semelhante recurso.

Christino Áureo fala ainda sobre um recente Projeto de Lei (PL nº 4478/2020), elaborado e apresentado por ele na Câmara dos Deputados, que tem o objetivo de incentivar a adoção de práticas ASG - ambientais, sociais e de governança - pelas empresas, começando pelo setor de agronegócio. “É um projeto que pretende ajudar a mudar a imagem do Brasil como vilão do meio ambiente. A nova legislação criará a regulamentação de um sistema de certificação a ser conduzido pelo Ministério da Agricultura.”

Ele lembra que fundações como a Previ têm valorizado os critérios socioambientais nas decisões e monitoramento de investimentos. A Previ inclusive, incorporou o “I” de integridade, ampliando a sigla para ASGI, comenta o Deputado, que acredita na importância do papel das EFPCs na valorização das práticas ambientais, sociais e de governança pelas empresas brasileiras. ■



APOIADORES DO Futuro AGENTES DE MUDANÇA



Realizar sonhos e transformar o futuro faz parte do nosso DNA, pois acreditamos no poder de nossas ações conjuntas, na certeza de que esse é o caminho que pode alcançar e mudar gerações - Previdência Complementar para todos.

Acompanhe nossos avanços e faça parte também da construção de sonhos e de um futuro melhor!

41 CBPP

ABRAPP no 41º Congresso!

Uma edição histórica e memorável, com muitas trocas de ideias e experiências!

Visite nosso Estande Institucional, um espaço 100% digital, interativo e com muitos conteúdos de valor para a condução do futuro!

Fundo Setorial e tudo o que a Abrapp pode oferecer

Acesso ao maior Acervo Bibliográfico Digital do Sistema

Palestras exclusivas dos nossos Parceiros da Rede de Credenciados

Interação ao vivo com a nossa equipe!

AGUARDAMOS A SUA VISITA!

ABRAPP

www.abrapp.org.br





Desde 2007

+ 17 bi
sob gestão

**Em 2007 nos unimos por uma mesma
visão de negócios e o mesmo entusiasmo
por fazer a diferença na história de
empresas e clientes.**

**Nossos interesses estão
sempre alinhados aos nossos
clientes: investimos e
construímos juntos**



SOLVÊNCIA:

ESTUDOS SERÃO PONTO DE PARTIDA PARA NOVAS DISCUSSÕES

A pauta inicial, definida pela pressão emergencial da Covid, trata agora de questões estruturais, passando a ter um horizonte mais amplo

Passado o impacto conjuntural mais forte da pandemia sobre os preços dos ativos de investimentos, as discussões sobre o equilíbrio dos planos e as regras de solvência do sistema entram em novo ciclo. A principal preocupação passou a ser com o ambiente estrutural de juros muito baixos e como ajustar as premissas de rentabilidade dos investimentos às metas atuariais. Essa mudança de foco orienta os estudos do Grupo de Trabalho criado pela Abrapp

para rever a Resolução CNPC nº 30/2018, que trata do assunto. “O grande desafio é concluir os estudos e simulações e encaminhar uma proposta de revisão paramétrica das regras ao CNPC para aprovação ainda em 2020. Mas essa meta parece pouco viável no momento por conta da complexidade técnica do tema”, admite o Consultor da Mercer Brasil e membro do GT, Sílvio Rangel.

A agenda inicial do Grupo, que havia sido definida pela pressão emergencial da Covid sobre os mercados, trata agora de questões estruturais ligadas aos passivos dos planos, passando a ter um horizonte mais amplo. “A mudança no patamar de rentabilidade tem reflexos importantes. Não há mais ambiente para alcançar retornos sem risco nos investimentos. As regras que tratam dos ativos, passivos e solvência têm evoluído ao longo dos últimos anos, mas é preciso fazer novas adequações diante do impacto das taxas negativas e da tendência global de redução dos juros”, afirma Rangel.

A partir de 2021, diz o Consultor, várias EFPCs estarão com suas taxas atuariais acima do teto previsto pela regulação, e será preciso buscar mais risco, reduzir essas taxas ou combinar as duas coisas. Os estudos do GT têm caráter estrutural e buscam uma solução capaz de atender ao sistema como um todo. Porém, chegar a uma proposta depende da construção de um consenso que nem sempre é fácil diante da diversidade de opiniões, situações e abordagens envolvidas. “Isso não quer dizer que não possamos obter algum ajuste em 2020, mas o mais provável é

que, se vier algo, seja apenas no sentido de mudar os prazos de equacionamento de déficits, o que seria útil e factível” opina Rangel.

As demais sugestões de revisão, como as que dizem respeito ao piso e teto da taxa atuarial e aos limites de solvência, exigirão um debate maior entre as entidades e reguladores a fim de se evitar um diagnóstico equivocado. “Uma revisão que não tenha o necessário consenso não só deixaria de ser útil para as fundações neste momento como, pelo caráter anticíclico da norma, poderia prejudicar algumas delas”, pondera Sílvio Rangel. Ele reitera ainda a necessidade de construir uma solução tecnicamente suportada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), SPREV (Secretaria de Previdência) e CNPC, que regula o sistema.

Impacto do juro

As EFPCs que participam do GT estão promovendo simulações com o objetivo de avaliar o impacto da redução dos juros sobre diversos elementos, entre eles, os passivos atuariais, o equilíbrio contábil (déficit/superávit), e a precificação dos títulos federais alocados na parte BD dos programas. Aspectos adicionais incluem o tratamento de déficits, a necessidade de novos planos de equacionamento e o impacto sobre contribuições e benefícios. As simulações consideram o efeito do juro menor em duas circunstâncias: com ou sem mudanças na regulação em vigor.

Em outubro, o Grupo de Trabalho mantinha discussões em torno de três

Estudos buscam uma solução para atender ao sistema como um todo, mas chegar a um consenso nem sempre é fácil

possíveis alternativas. Uma delas seria a revisão da fórmula que define o teto e o piso da taxa atuarial, acentuando o componente anticíclico que já existe na norma. A fórmula seria inversamente proporcional ao cenário (elevar teto com juros baixos e reduzir teto com juros altos), além de uma forma de induzir a gestão ativa dos investimentos, diz Rangel.

A segunda sugestão seria rever os limites de solvência, inserindo um componente anticíclico que eleve ou reduza a tolerância a déficits e superávits em função do cenário macroeconômico. O limite seria definido tanto pelo *duration* do passivo quanto pela taxa. Desse modo, seria possível incluir a condição de mercado na fixação do limite de solvência, permitindo descolamentos maiores em condições adversas e reduzindo o limite em condições favoráveis.

Por fim, está sendo aventada a revisão dos prazos de equacionamento, com permissão expressa da regulação para fazer equacionamentos atuariais em benefícios já concedidos e propor diretrizes mínimas para equacionamento em planos CV, entre outros ajustes.

“Agora a preocupação é adequar os passivos às taxas de juros e às premissas de longevidade”, analisa o Diretor-Presidente da Abrapp, Luís Ricardo Marcondes Martins. Em sua opinião, a Resolução CNPC nº 30 é nova e ainda não foi testada, mas há a necessidade de se discutir sua eventual revisão e levar ao CNPC os resultados dos estudos que estão sendo feitos em conjunto com as entidades voluntárias.

O objetivo é apresentar esses estudos até o final do ano, assim que os resultados das simulações estiverem disponíveis. “O cenário mudou para melhor desde março (quando o GT foi criado). Há a probabilidade inclusive de bater as metas atuariais este ano, mas, diante do juro baixo e do ajuste das tábuas de longevidade, é importante seguir monitorando o comportamento dos ativos e dos passivos e discutir os aperfeiçoamentos possíveis na norma.”

Estudos bem-vindos

Segundo a avaliação da Previc, esses estudos, quando concluídos e formalmente apresentados pelo GT, poderão constituir um ponto de partida para as discussões que envolvem as regras de solvência dos planos de benefícios, explica o Diretor Superintendente da autarquia, Lucio Capelletto. “Nem sei se haverá necessidade de equacionar déficits em dezembro deste ano, mas essa discussão será realizada com bastante cuidado. Os estudos são bem-vindos porque, em caso de mudança abrupta, será importante que eles já estejam feitos.”

Ele observa que a solvência contempla certa complexidade técnica, especificamente no cálculo das obrigações de longo prazo, considerando variáveis de natureza conjuntural que impactam as projeções. “A Previc avalia permanentemente os critérios utilizados nas regras de solvência e está atenta aos fatores que podem causar alterações relevantes aos planos.” A formulação de novas propostas regulatórias, entretanto, requer uma discussão

“A Previc avalia permanentemente as regras de solvência e está atenta a alterações relevantes aos planos”

ampla a ser avaliada pelas equipes técnicas e, em seguida, compartilhada por meio de consultas públicas, com a apresentação das propostas aos fóruns competentes.

“O cenário está mais desafiador para a gestão de recursos das EFPCs, seja sob a ótica de investimentos ou ótica atuarial”, admite Capelletto. A queda dos juros, que acontece no Brasil desde 2016, com ênfase no período recente, tem seu principal impacto no retorno dos títulos de renda fixa, que representam aproximadamente 70% da composição da carteira agregada do sistema. Mas o processo de redução das metas atuariais para acompanhar a mudança no patamar de juros “tem sido satisfatoriamente observado de forma consistente nos planos BD” avalia.

Ele também lembra que a legislação de solvência em vigor foi precedida de ampla discussão e contempla técnicas que parecem apropriadas, inclusive em relação às oscilações das taxas de juros, na medida em que busca preservar o permanente equilíbrio dos planos de benefícios previdenciários. “Desse modo, os desequilíbrios, se ocorrerem, devem ser equacionados na forma da legislação vigente, que atende às necessidades do sistema”, diz Capelletto.

Taxas prospectivas

Apesar disso, a autarquia mantém o assunto sob avaliação interna. A discussão dos atuais normativos, em contínuo andamento, inclui alguns aspectos da Resolução CNPC nº 30. “Quando há uma queda abrupta dos juros, as taxas

atuariais são afetadas, mas, na nossa visão, considerando um histórico de cinco anos, como os títulos foram adquiridos pelas entidades com taxas mais elevadas, o retorno desses ativos não cairá, de imediato, para o patamar de 2%.” Uma alternativa seria usar taxas prospectivas, assinala o Superintendente.

Vale ressaltar que a atual regra para o cálculo da taxa de juros atuarial, aplicada à projeção do passivo atuarial, é construída a partir do histórico da taxa de juros. Desse modo, a banda em que as taxas podem oscilar é baseada no passado. Ao adotar taxas de juros prospectivas, passa-se a construir cenários futuros, condicionados e fundamentados em hipóteses que levam em consideração os prováveis comportamentos das variáveis econômicas.

Também está sendo avaliada a eventual liberação da autorização prévia para que as entidades adotem taxas fora da banda determinada pela norma. “Pensamos em eliminar essa autorização e deixar que a fiscalização cobre daqueles que estiverem muito fora de sua taxa de referência”, diz o Diretor Superintendente. Além disso, está em estudos a possibilidade de adotar taxas individuais, por plano, em lugar de uma taxa única de referência para todos.

Eventuais alterações no prazo e na forma para equacionamento de déficits também estão em análise. “Temos avaliado essa questão porque há países que usam o prazo de dois anos, por exemplo, mas vamos analisar o contexto brasileiro até pela volatilidade dos índices aqui.”

A capacidade de contribuição dos participantes dos planos é outro assunto

As taxas prospectivas envolvem a construção de cenários futuros com base em hipóteses de comportamentos das variáveis econômicas

que preocupa a Previc. “A exemplo do que acontece no mercado financeiro, talvez fosse importante colocar um limitador na forma de um percentual da renda das pessoas. Se a contribuição extraordinária ultrapassar 30% ou 40% da renda, por exemplo, seria usado o limitador, e isso entraria até como alternativa à revisão de benefícios”, sugere Capelletto.

Regulação perene

Todas essas análises objetivam uma regulação mais perene, que não precise ser alterada por qualquer evento do mercado, defende Capelletto. A ideia de rever a Resolução CNPC nº 30 veio este ano por causa da crise da Covid porque até dezembro do ano passado havia superávits superiores aos déficits e resultado positivo agregado em torno de R\$ 400 milhões. A rentabilidade média dos planos também estava elevada, em torno de 14,5%, com taxa atuarial média de 4,7%, segundo os dados do Relatório de Estabilidade da Previc.

Mas a crise trouxe forte deterioração dos valores dos ativos e o mês de março registrou déficit de R\$ 53,4 bilhões, embora não tenham sido detectados problemas de liquidez. De lá para cá, ressalta o Superintendente, “a recuperação tem sido forte e o final de 2020, ao que tudo indica, poderá trazer resultados positivos para os investimentos uma vez que a Bolsa já ultrapassou os 100 mil pontos.”

Fiscalização 2021

O cenário de ajuste à nova realidade dos juros e aos efeitos da crise des-


te ano reforçam, na visão da Previc, a importância da adoção de medidas que fortaleçam a governança, os controles internos e a gestão de riscos. “Temos monitorado as EFPCs em vários aspectos: melhoria no processo de governança, ajustes nos planos de custeio anuais, reavaliação das premissas biométricas, da composição e do apetite de riscos na gestão dos investimentos, e também o cenário de maior volatilidade”, diz Capelletto. As projeções de médio e longo prazos exigem maior atenção por parte dos gestores de recursos nas entidades, tanto em decisões de investimentos quanto na definição de premissas atuariais.

No início de 2021, entrará em operação um novo sistema de fiscalização e monitoramento para todas as EFPCs e planos, que estenderá a todo o sistema o trabalho contínuo já realizado junto às Entidades Sistemicamente Importantes (ESI), com controles de risco e atribuição de *scores*, detalha o Diretor Superintendente. O ciclo adotado para esse monitoramento irá depender do grau de risco identificado em cada entidade, com a criação de uma matriz de risco.

“Estamos estruturando o processo com base em informações contábeis, atuariais, de investimentos e dos custodiantes para avaliar o equilíbrio técnico e os riscos, um trabalho que passa pela qualidade e tempestividade da informação.” Um dos focos serão os dados sobre a precificação de ativos dos planos. ■

Por **Martha E. Corazza**

Em 2021, novo sistema de fiscalização estenderá a todo o sistema o trabalho contínuo já realizado junto às ESIs



VOCÊ É PROFISSIONAL DO PRESENTE OU DO FUTURO?

Os desafios fazem seleção natural de quem pensa comum e quem tem atitude do futuro - amadorismo não traz resultados.

Está preparado para sair da zona de conforto?

Por isso, a **UniAbrapp** e o **41º Congresso Brasileiro de Previdência Privada** trazem para você uma imersão de conteúdos especializados, que vão te transportar do presente para um futuro de soluções inovadoras promovidas por profissionais acima da média - **E ESSE(A) PODE SER VOCÊ!**

Visite nosso Estande na Feira Digital do Congresso e deixe a UniAbrapp te ajudar na construção do programa de desenvolvimento profissional dos seus colaboradores.

Palestras Especiais
com temas atuais e cases que contribuem e estimulam novas percepções e inovações para o Sistema

Interação ao vivo
Venha bater um papo conosco. Estamos junto de você, mesmo de longe!

Palestra Especial
Previdência é coisa de Jovem

O jeito #previdencer de encarar a Educação Previdenciária e Financeira

Lançamento!
1º MBA 100% online em Gestão de Previdência Complementar!

Conheça também nossas soluções educacionais, para o profissional do futuro, acessando ao QRCode abaixo



UniAbrapp
Universidade Corporativa da
Previdência Complementar

 WWW.UNIABRAPP.ORG.BR



Em um momento onde repensar a forma de investir se torna essencial, por que seus investimentos precisam ser apenas locais?

Santander Asset Management

A maior gestora internacional do país⁽¹⁾

Fundos globais para você diversificar seus investimentos.

www.santanderassetmanagement.com.br

(1) Fonte: ANBIMA – Ranking de Gestão, Setembro/2020

Este material foi elaborado pela Santander Asset Management Brasil, para uso exclusivo no mercado brasileiro, sendo destinado a pessoas residentes no País. O preenchimento do formulário API – Análise de Perfil do Investidor é essencial para garantir a adequação do perfil do cliente ao produto de investimento escolhido. Nem a Santander Asset Management, e nem qualquer sociedade por ela controlada ou a ela coligada podem estar sujeitas a qualquer dano direto, indireto, especial, secundário, significativo, punitivo ou exemplar, incluindo prejuízos provenientes de qualquer maneira, da informação contida neste material. LEIA O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, A LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS, SE HOUVER, E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR. Estes documentos podem ser encontrados no site www.cvm.gov.br (acessar “Fundos de Investimento”, buscar o Fundo pela sua razão social, posteriormente selecionar o documento que se deseja consultar. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO: Comissão de Valores Mobiliários - CVM - Serviço de Atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br

Saiba mais sobre nossos Fundos em: www.santander.com.br > Para Você > Investimentos e Previdência > Fundos de Investimento > Fundos Multimercado > Escolha o seu segmento > Tabela de Fundos Multimercado > Selecione o Fundo.

SAC – Serviço de Apoio ao Consumidor: 0800 762 7777*. Ouvidoria: 0800 726 0322*. *Atende também deficientes auditivos e de fala.

A CONTROVERSA PRECIFICAÇÃO DOS PASSIVOS PREVIDENCIÁRIOS

Diversos países utilizam a marcação a mercado dos passivos, abordagem que gera volatilidade e iria contra fundamentos macroeconômicos

Se por um lado a precificação de ativos de fundos de pensão costuma ser direta, considerando sua negociação em mercados líquidos, a mensuração dos passivos tem sido alvo de controvérsia. Afinal, diz a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), os passivos não são negociados no mercado; possuem características específicas, decorrentes de mudanças nas políticas de benefícios e salários acordadas entre patrões e empregados; além de não haver ativos que ofereçam proteção,

▶▶ MARCAÇÃO DE PASSIVOS

de forma mais precisa, aos fluxos de caixa dos planos, o que poderia ser utilizado na sua precificação. Vários estudiosos argumentam que tais características não são obstáculos para se calcular “a mercado” os ativos e passivos de Benefício Definido, a chamada aplicação do “valor justo”. “Mas há quem diga que a marcação a mercado dos passivos pode prejudicar a análise dos impactos de curto prazo das decisões financeiras, gerando resultados aquém do desejado em longo prazo”, afirma Juan Yermo, um dos maiores especialistas em Previdência Complementar da organização internacional.

Vale ressaltar que, em muitos países, existem pelo menos duas formas de se calcular os passivos. A primeira é definida pelo regulador para fins de análise da solvência propriamente dita dos programas previdenciários. Uma segunda abordagem é utilizada pelas empresas patrocinadoras para fins contábeis. As principais diferenças entre as avaliações atuariais e contábeis estão no método de custeio utilizado; benefícios considerados, incluindo fatores como saídas precoces do plano e reajustes para aposentados; taxas de desconto para determinar o valor presente dos benefícios acumulados; e as tábuas biométricas (e tendências de mortalidade futuras).

A escolha da taxa de desconto também varia entre reguladores previdenciários e contadores, explica Yermo. “No campo da previdência, muitos aplicam uma taxa de desconto máxima, enquanto os padrões contábeis têm como base a rentabilidade da renda fixa, normalmente de títulos corporativos.”

As tábuas de mortalidade utilizadas também diferem entre países e entre padrões contábeis e de fundeamento. Um estudo da *Cass Business School* revela que um número limitado de planos de pensão considera melhorias futuras na longevidade. A maioria ainda usa tábuas baseadas na experiência de mortalidade de períodos anteriores.

As implicações do emprego de diferentes premissas para a mensuração do passivo são substanciais, salienta Yermo. Ele cita um estudo de Pablo Antolín, seu colega de OCDE, segundo o qual a

Existem duas formas principais de cálculo dos passivos: a análise da solvência propriamente dita e a utilizada na contabilidade das empresas

melhoria não projetada de um ano na expectativa de vida ao nascer a cada década aumentaria o passivo de um fundo de pensão em 10%, podendo chegar a 20% para um plano composto majoritariamente por participantes jovens.

Cinco opções

No Reino Unido, os gestores previdenciários fazem frente às obrigações com os ativos acumulados no plano e, caso necessário, poderão ser demandadas contribuições adicionais do empregador e do participante (se o plano ainda estiver aberto e o regulamento assim determinar). É prática comum atribuir um valor monetário ao valor presente das obrigações futuras, que então é comparado ao valor de mercado dos ativos. A indústria faz uso de uma taxa de desconto, mas não há uma maneira única para determiná-la. Tudo vai depender de como os ativos serão investidos, o nível de risco assumido, e a capacidade do patrocinador de arcar com eventuais déficits.

São cinco as opções de cálculo do passivo: (1) a abordagem denominada Objetivo de Fundeamento Estatutário (*Statutory funding objective* - SFO); (2) o método estabelecido pelo esquema garantidor PPF; (3) Medida de autossuficiência; (4) *Buy-out* no mercado securitário, e (5) Ava-

liação contábil. Cada uma dessas alternativas serve para mensurar as pensões em pagamento, os direitos acumulados por ex-funcionários que ainda não se aposentaram, e os benefícios aos quais os atuais empregados terão direito.

O *Statutory Funding Objective* (SFO), previsto na Lei Previdenciária de 2004, exige que o plano BD tenha ativos suficientes para cobrir suas provisões técnicas - montante calculado atuarialmente para cobrir os passivos. Esse tipo de avaliação informa quanto é necessário, no presente, para garantir os benefícios prometidos à medida que forem sendo devidos, o que varia conforme o plano. Cabe ao conselho garantir que o cálculo leve em consideração a estratégia de investimento, bem como a capacidade financeira do empregador. Como não há garantias sobre os retornos dos investimentos no longo prazo, a regulação determina prudência no estabelecimento da taxa de retorno projetada, que será a taxa de desconto para o cálculo das provisões técnicas. Normalmente, as avaliações SFO acarretam estratégias de investimento mais arriscadas, gerando taxas de desconto mais altas e passivos menores.

Já o esquema garantidor (*Pension Protection Fund* - PPF), que assegura um benefício mínimo ao

No Reino Unido, a taxa de desconto depende dos investimentos e da capacidade financeira do patrocinador

participante no caso de insolvência da patrocinadora, determina que a precificação de ativos e passivos seja feita com valores de mercado na data da avaliação. Os pressupostos atuariais prescritos se aplicam a todos os programas cobertos pelo PPF.

Em abordagem distinta, quando um plano de pensão atinge um certo patamar de ativos (chamado de nível de autossuficiência), ele é considerado apto a garantir o pagamento dos benefícios aos participantes, na medida em que forem sendo devidos, sem qualquer suporte adicional do empregador. Isso requer uma estratégia de investimento de baixo risco para minimizar as chances de perdas. Conseqüentemente, os níveis de passivos costumam ser mais elevados, ainda que inferiores em comparação às operações de *buy-out*.

Em se tratando da avaliação atuarial para fins de *buy-out*, é levado em conta o montante que o plano precisaria para comprar todos

os benefícios acumulados de uma seguradora, que passa a ser responsável pelo pagamento. Como as companhias de seguros geralmente adquirem ativos “seguros”, como títulos públicos e corporativos de alta qualidade, para “casar” com as obrigações de pagamento de benefícios, as taxas de desconto costumam ser mais baixas do que na abordagem SFO, gerando volumes maiores de passivos.

Já a avaliação contábil, prevista no *International Accounting Standard* 19 (IAS 19) ou *Financial Reporting Standard* 102 (FRS 102), é o método que os patrocinadores são obrigados a utilizar para calcular os passivos BD e incluir nos balanços. O passivo deve ser medido tendo como referência o rendimento dos títulos corporativos de alta qualidade - geralmente com classificação AA - independente de como os gestores do plano de pensão investem os ativos. A intenção é garantir maior transparência e comparabilidade entre os planos de diferentes empresas. Nesse caso, as obrigações tendem a ser menores do que na avaliação de autossuficiência, mas podem ser superiores ou inferiores às avaliações SFO.

Volatilidade extrema

Nos EUA, o Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira (*Financial Accounting Standards*

▶▶ MARCAÇÃO DE PASSIVOS

Board - FASB) permite que as empresas escolham quando reconhecerão os ganhos e perdas dos planos de pensão. A maioria opta por amortizá-los ao longo de vários anos, fazendo com que as perdas mais antigas persistam. Contudo, na última década, dezenas de empresas, muitas das quais com obrigações previdenciárias maciças, têm preferido utilizar outra alternativa aprovada pelo FASB - o método de marcação a mercado - especialmente após o *Federal Reserve Bank* ter reduzido as taxas de juros para perto de zero.

Muitos executivos resistem à abordagem porque ela aumenta muito a volatilidade ano a ano. CFO da AT&T, John Stephens afirmou em entrevista que a marcação a mercado é a melhor maneira para que a empresa informe os investidores sobre a situação de seus planos de pensão. Contudo, isso não evitou um aumento nas obrigações causado pela queda nas taxas de juros no ano passado. “Em 2019, quando as taxas de juros caíram, foi registrado um aumento significativo no volume de passivos, embora não tenha havido qualquer mudança no fluxo de pagamentos ou aportes ao plano de pensão.”

O país norte-americano possui ainda pelo menos outros três tipos de mensuração de passivos possíveis, incluindo a que deve ser

utilizada pelos planos de pensão de Benefício Definido cobertos pelo PBGC (*Pension Benefit Guarantee Corporation*), que assegura um benefício mínimo aos participantes de planos insolventes.

Certa liberdade

No Japão, a taxa de desconto usada para calcular os passivos previdenciários costumava ser prevista na regulação. No entanto, de uns anos para cá, cada plano passou a ter autorização para definir a sua taxa de desconto, que deve manter-se entre 80% a 120% da rentabilidade média dos títulos de alta qualidade, normalmente emitidos nos cinco anos anteriores. Atualmente, também é possível fazer ajustes nesse período de referência.

No gigante canadense *Ontario Teachers' Pension Plan* (OTPP), a taxa de desconto deriva do retorno esperado dos investimentos, do custo de gestão do plano, maturidade e eventos adversos, como a crise financeira de 2008.

Nos EUA, a marcação a mercado tem aumentado muito a volatilidade dos resultados anuais das empresas

Após anos de retornos robustos no mercado financeiro, o fundo se prepara para uma forte desaceleração econômica, além da queda contínua das taxas de juros de longo prazo. Por causa disso, pela primeira vez desde 2016, o conselho decidiu reduzir a taxa real de desconto de 2,75% para 2,60%, decisão considerada prudente face ao amadurecimento do plano.

O processo de definição de premissas do OTPP é extremamente consistente e inclui uma análise estocástica detalhada que dá suporte ao conselho na definição da taxa de desconto. Se as premissas por ventura não refletirem a experiência real do programa, elas são revisadas e ocasionalmente ajustadas. Um atuário externo trabalha em estreita colaboração com o conselho nesse sentido. Os padrões do Instituto Canadense de Atuários (*Canadian Institute of Actuaries* - CIA) exigem que cada premissa seja individualmente razoável e apropriada no conjunto.

Pior rentabilidade da OCDE

Na prática, a taxa de desconto utilizada pelos fundos de pensão suíços é baseada no retorno de longo prazo de um instrumento de baixo risco (por exemplo, títulos públicos com vencimento de 10 anos) ou de acordo com o retorno

Jornada de 20 anos de ESG na Schroders

Diversificação global com resultados sustentáveis no longo prazo

- Pioneiro na oferta de Fundo Global de Sustentabilidade (Schroder Sustentabilidade Ações Globais FIA IE)
- Carteira global de alta convicção
- 22 profissionais em investimentos sustentáveis integrados globalmente
- 20 sistemas proprietários de análise ESG
- Forte histórico de geração de valor



Schroders Brasil, entre os 20 maiores gestores independentes de recursos do Brasil, segundo o Ranking Anbima Presente no Brasil há 25 anos gerindo recursos de clientes brasileiros em Renda Variável, Renda Fixa & Crédito Privado e Investimentos no Exterior

A Schroder Investment Management Brasil Ltda. não realiza a distribuição de cotas de Fundos de Investimento. Leia o formulário de informações complementares, a lâmina de informações essenciais, se houver, e o regulamento antes de investir. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. O investimento em Fundo não é garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito.



www.schroders.com.br
simbrcontato@schroders.
com+55 11 3054-5186

Schroders

SULAMÉRICA TOTAL IMPACTO FIA

ENTRE OS MELHORES FUNDOS PARA INSTITUCIONAIS

**Você já conhece o fundo
socioambiental da SulAmérica Investimentos?**

O **SulAmérica Total Impacto** é um fundo de ações que conta com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG). **100% da taxa de administração é destinada à causa da ONG Vaga Lume**, que incentiva a leitura infantil na região amazônica com a construção de bibliotecas.

Conheça os nossos produtos e conte sempre com a **SulAmérica para cuidar da sua Saúde Integral: física, emocional e financeira.**

Saiba mais em sulamerica.com.br/totalimpacto



SulAmérica
Investimentos

Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. SULAMÉRICA TOTAL IMPACTO FIA - CNPJ. 17.797.426/0001-10. PL Médio: RS RS 13.622.905.10. Aplicação e movimentação mínima: R\$ 100,00. Conversão aplicação: D+1 útil. Conversão resgate: D+1 útil. Pagamento resgate: D+3 úteis. SUL AMERICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. CNPJ 32.206.435/0001-83. Este fundo pode estar exposto a significativa concentração em ativos de Renda Variável de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes. Verifique seu perfil de investidor antes de realizar uma aplicação (conservador, moderado ou arrojado). • Práticas de Governança: seleção das melhores ações a partir de critérios de qualidade (rentabilidade, crescimento e segurança) e de compromisso com questões ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG). • Taxa de administração: é apropriada diariamente sendo paga mensalmente até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido. Este documento foi produzido pela SulAmérica Investimentos DTVM, com fins meramente informativos não se caracterizando como oferta ou solicitação de investimento ou desinvestimento de ativos: Apesar do cuidado utilizado tanto na obtenção quanto no manuseio das informações apresentadas, a SulAmérica Investimentos não se responsabiliza pela publicação acidental de informações incorretas, nem tampouco por decisões de investimento tomadas com base nas informações contidas neste documento, as quais podem inclusive ser modificada sem comunicação. • FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO - FGC. • PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO, É RECOMENDÁVEL A ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES. • DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA PODE SER ENCONTRADA NO INFORMATIVO DO FUNDO. • LEIA A LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS (SE HOUVER) E O REGULAMENTO DO FUNDO ANTES DE INVESTIR. Para investir acesse: www.sulamericainvestimentos.com.br. Ouvidoria 0800 725 3374. Atendimento de 2a. a 6a. feira, das 8h30 às 17h30.

médio do fundo de pensão menos uma margem de segurança. Os planos do segundo pilar têm bastante liberdade para estabelecer a taxa de acumulação de poupança e a taxa de conversão posterior para uma anuidade, as quais dependem de projeções e modelagens internas, bem como do desempenho dos investimentos. A regulação estipula, porém, valores mínimos a serem aplicados.

Embora tenha desfrutado de fundamentos macroeconômicos sólidos e dados demográficos um pouco mais favoráveis que os países vizinhos, a Suíça viu tais vantagens serem compensadas pelo declínio acentuado na rentabilidade dos títulos públicos de 10 anos, cujo retorno atualmente é o mais baixo entre os países-membros da OCDE. A partir do primeiro trimestre de 2008 até o terceiro trimestre de 2019, a rentabilidade dos papéis passou de 3,79% para -0,78%.

Conseqüentemente, os fundos de pensão foram forçados a reduzir substancialmente as taxas de desconto: de 3,54% em 2008 para 1,92% em 2018 (nos planos privados) e de 3,65% para 2,19% nos fundos de pensão públicos. Nesse mesmo período, os benefícios pagos a novos aposentados sofreram redução de quase 15%. Além disso, mais de 60% dos fundos de pensão aumentaram as contribuições patronais e de par-

Na Suíça, a queda nos retornos dos títulos públicos reduziu benefícios e taxas de reposição

ticipantes. Impacto também foi sentido nas taxas de reposição do primeiro e segundo pilares, que caíram de 79%, em 2008, para 69% em 2018, com forte possibilidade de reduções ainda maiores no horizonte.

Mix de títulos

Na Alemanha, as pensões são calculadas pelo método de Crédito Unitário Projetado, utilizando pressupostos como a evolução futura dos salários, benefícios e inflação, além da renovação do quadro de funcionários e a expectativa de vida dos beneficiários. Há também requisitos de financiamento mínimos que diferem do IAS 19, e restrições qualitativas e quantitativas para a alocação de ativos. Todos esses critérios podem resultar em flutuações anuais nas contribuições do empregador e medidas adicionais de fundeamento.

Os fundos de pensão usam os rendimentos dos títulos públicos como base para a taxa de descon-

to, atualmente em 1,97%, além da rentabilidade histórica média (10 anos) de títulos corporativos de alta qualidade da Zona do Euro. A taxa atual faz com que os gestores tenham dificuldades cada vez maiores para cumprir com suas obrigações previdenciárias, responsabilidade esta que recai, em especial, sobre o empregador e o governo. Soma-se às taxas de desconto já diminutas a desaceleração da economia e a tendência ainda maior de queda dos retornos dos títulos públicos, levando potencialmente as empresas, já em situação difícil, a ter que direcionar ainda mais recursos aos programas de aposentadoria.

Elefante na sala de estar

Para Dennis Leech, Professor Emérito de Economia da Universidade de Warwick, na Inglaterra, a regulação que rege as avaliações atuariais dos planos de pensão é “o elefante na sala de estar” da história dos déficits previdenciários, ou seja, um enorme problema que vem sendo sistematicamente ignorado pela indústria. “As normas forçam os planos de pensão a lidar com fatores de risco externos - e até mesmo espúrios - que exacerbam os déficits. O efeito, como vimos nos últimos anos, é o fechamento de muitos programas.”

Ele observa que a marcação a mercado está em desacordo com a

▶▶ MARCAÇÃO DE PASSIVOS

economia real, já que a abordagem baseia-se numa crença simplista de que os mercados são fonte de informação, ignorando, assim, todas as evidências econômicas - tanto empíricas quanto teóricas - produzidas no âmbito acadêmico. “A marcação a mercado visava evitar que os planos tivessem que recorrer aos esquemas garantidores, mas acabaram tendo efeito contrário, de enfraquecimento do patrocinador”, diz Leech.

Em sua opinião, o problema começou com a imposição de um nível mínimo de solvência. Desde então, os atuários são obrigados a produzir dados separados para ativos e passivos em um determinado momento, avaliando-os a preços de mercado para que possam ser incluídos no balanço das empresas patrocinadoras. Assim, muitos planos são considerados deficitários porque os ativos são inferiores aos passivos, ainda que o fluxo de renda projetado seja suficiente para pagar os benefícios no futuro. “Os atuários não precisam mais prever os fluxos de receitas e despesas sob o argumento de que o cálculo seria desnecessário, pois o mercado já o teria feito automaticamente”, diz o catedrático.

Mercado eficiente

A teoria dos mercados eficientes determina que nenhum

investidor é capaz de “vencer o mercado” porque a precificação dos ativos já incorpora todas as informações publicamente disponíveis sobre os movimentos futuros dos fundamentos econômicos a impulsioná-los, explica Leech. Os preços de mercado dos ativos seriam apenas um reflexo desses fundamentos. Portanto, nenhuma previsão de receita e despesa em um futuro distante compilada por um atuário poderia fornecer informações mais apuradas do que as obtidas a partir da análise mercadológica.

“Essa teoria já havia sido derrubada pelo economista ganhador do Prêmio Nobel Robert Stiglitz, entre outros. Trata-se de uma visão já bastante disseminada entre os economistas, embora ainda tenha pouco efeito sobre atuários, reguladores previdenciários e legisladores.” Para se ter uma ideia de como as regras de solvência prejudicam os planos de pensão, Leech menciona primei-

Os regramentos exigem que os gestores previdenciários lidem com a volatilidade de curto prazo como se fosse um risco real

ramente o lado dos ativos. “Ações de empresas, títulos públicos ou imóveis devem ser avaliados a preços de mercado na data da avaliação atuarial. A justificativa é que o preço do ativo já refletiria totalmente todos os ganhos futuros esperados, não havendo, portanto, necessidade de os atuários fazerem esse trabalho.”

O Professor Emérito avalia que o pensamento por trás da teoria dos mercados eficientes não é apenas falível perante a teoria econômica, mas também contrário à evidência empírica porque os economistas sabem que os preços das ações são muito mais voláteis do que a hipótese sugere. “O economista americano Robert Shiller (ganhador do Prêmio Nobel) já demonstrou, de forma clara, que o mercado de ações sofre de volatilidade excessiva devido a outros fatores como irracionalidade, vieses comportamentais e decisões de investimento ruins”, reforça Leech.

Os fundamentos econômicos de longo prazo do plano podem, em muitos casos, ser considerados sólidos, mas os regramentos exigem que os gestores previdenciários lidem com a volatilidade de curto prazo como se fosse um risco real, elevando o volume de passivos. “O efeito da avaliação de ativos marcada a mercado, conforme exigido pela regulação, é sobrecarre-

gar os planos com riscos desnecessários e aumentar a probabilidade de a patrocinadora ter que pagar contribuições adicionais.”

Os atuários têm que determinar um valor único para representar todos os pagamentos futuros que foram prometidos usando juros compostos. Todavia, esses pagamentos são definidos pelas regras do plano e dependem da evolução dos salários, anos de serviço, inflação e expectativa de vida, entre outros aspectos. “Aí que entram a falta de confiabilidade e a artificialidade, porque não há preços de mercado óbvios a serem usados para mensurar os passivos, resultando num cálculo puramente hipotético.”

“Livre de riscos”

Embora os gestores de planos de pensão tenham flexibilidade considerável para definir a taxa de desconto, em muitos casos, a referência utilizada são os títulos públicos, graças, segundo Leech, à pressão exercida pelos defensores da teoria financeira em prol do emprego de uma taxa ‘livre de risco’.

“A capacidade do plano para pagar benefícios depende dos retornos da carteira de investimentos e não da taxa de juros dos títulos. Se as taxas de juros caem e os passivos aumentam, é uma verdade afirmar que as obrigações

Os benefícios pagos pelos planos de pensão precisam ser vistos como um aspecto macroeconômico, de determinação da renda

também aumentaram. É perigoso tomar decisões com base nesse cálculo”, defende o economista.

Foco na macroeconomia

Ele acrescenta ainda que os benefícios previdenciários visam garantir uma renda aos aposentados, e que, portanto, podem ser considerados como uma parcela do PIB de parte da população. Logo, precisam ser vistos como um aspecto da macroeconomia, que é o ramo da economia dedicado à determinação da renda. “Tanto a renda quanto os desembolsos dos planos de pensão estão diretamente relacionadas ao tamanho da economia.”

A receita dos investimentos, as contribuições, e o nível de benefícios vinculados ao salário também são parcelas do PIB. Sendo assim, diz o especialista, um período de baixo crescimento econômico com baixo retorno dos investimentos não deve representar um problema, uma vez que os benefícios, estando ligados aos sa-

lários e, portanto, ao PIB, também não crescerão.

Por isso Leech assinala ser fundamental que a regulação previdenciária seja elaborada de forma a garantir um vínculo com o crescimento econômico de longo prazo. Basear a regulação na economia financeira e nos preços de mercado dos ativos, em vez da economia associada à determinação da renda, gerou uma situação em que as avaliações, em geral, não estão mais relacionadas ao PIB e não são sustentáveis no longo prazo.

Os regimes previdenciários devem adotar estratégias de investimento cujos retornos também estejam vinculados ao crescimento econômico e à economia real. O risco econômico, como a falência de uma determinada empresa ou o não pagamento de dividendos, pode ser administrado pela diversificação tradicional, salienta o especialista. Já o risco advindo da variação macroeconômica cíclica pode ser administrado via a suavização intertemporal dentro da análise de receitas e despesas. “Uma abordagem diferenciada requer o reconhecimento de que a hipótese dos mercados eficientes falhou”, conclui o Professor de Economia. ■

Por Flávia Silva



**MODELO DE NEGÓCIO ÚNICO,
COM FOCO EM CONSISTÊNCIA
DE PERFORMANCE
E SÓLIDO CONTROLE DE RISCO**

**R\$46 BI
SOB GESTÃO**

**7 ESTRATÉGIAS
PREMIADAS DE GESTÃO**

comercialinstitucional@vincipartners.com
t. 55 11 3572 3744

vincipartners.com

 /vincipartners

RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | RECIFE | NOVA YORK



Gestão de Recursos

Data-base PL: setembro/2020, considerando Grupo Vinci. O presente anúncio tem caráter meramente informativo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do Regulamento do Fundo e da Lâmina de Informações Essenciais do Fundo ao aplicar seus recursos. Investimentos implicam na exposição a riscos, inclusive na possibilidade de perda total do investimento. Os resultados obtidos no passado não representam garantia de resultados futuros. Fundos de investimento não contam com garantia do gestor, do administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Para mais informações, acesse o nosso site vincipartners.com.

Fundo de Pensão

A XP tem uma

solução para você

Os especialistas da equipe de Distribuição Institucional da XP entendem as necessidades e processos de investimentos das EFPC. Conseguimos elaborar soluções personalizadas por meio do ecossistema do grupo XP, com todos os requisitos do cliente institucional.

32

FUNDOS
DISTRIBUÍDOS

16

DIFERENTES
GESTORES

+120

CLIENTES

7.6

BILHÕES
SOB CUSTÓRIA

Entre em contato com o time e acesse os melhores produtos e soluções do mercado:

✉ distribuicao institucional@xpi.com.br

xp investimentos



ADITUS

REFERÊNCIA NACIONAL EM CONSULTORIA

com foco em riscos e investimentos
para investidores institucionais

A ADITUS é formada por um time que trabalha junto há anos, com ampla experiência no segmento de investidores institucionais e com foco na Assessoria em Investimentos e Riscos. Contamos também com uma moderna e dinâmica plataforma SIGMA para os relatórios gerenciais disponibilizados aos nossos clientes.

A ADITUS Consultoria Financeira é uma empresa credenciada junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especializada no mercado de capitais brasileiro.

☎ 55 11 3818-1111

✉ aditus@aditusbr.com

in [@aditusconsultoriafinanceira](https://www.instagram.com/aditusconsultoriafinanceira)

Atualizações do mercado na tela do seu celular

O app SIGMA traz atualizações periódicas com diversos estudos e indicadores de mercado. E ainda permite a simulação e acompanhamento diário de benchmarks criados a partir dos principais índices de mercado.



DEFESA DE VALORES TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Grupo Abrapp
lança Política de
Relacionamento
e Boas Práticas
com diretrizes para
proteger sua imagem
e capital intelectual

A Abrapp acaba de organizar o primeiro documento que reúne diretrizes para a sua Política de Relacionamento e Boas Práticas, iniciativa que deve ajudar a preservar a imagem e o patrimônio acumulados pelo sistema ao longo de mais de quarenta anos. Diretor Vice-presidente da Associação, Luiz Paulo Brasizza, que também é o Diretor-Presidente da UniAbrapp, explica que esse era um debate que vinha de longa data, mas o crescimento das

►►POLÍTICA DE RELACIONAMENTO

atividades tornou urgente a definição de padrões de relacionamento entre todos os públicos que de algum modo interagem com o grupo Abrapp/Sindapp/ ICSS/UniAbrapp.

O novo conjunto de premissas e diretrizes consolida entendimentos que incluem, entre outros aspectos, a garantia de proteção e sigilo de dados e materiais produzidos, assim como a preservação de direitos autorais e do capital intelectual acumulado. A intenção é fortalecer a estrutura de gestão e de governança por meio de linhas de conduta e práticas de relacionamento que serão observadas não apenas pelos integrantes do grupo e seus dirigentes, mas no relacionamento com prestadores de serviços, especialistas e instituições externas.

Para a UniAbrapp, diz seu Diretor-Presidente, esse documento veio na hora certa, “no momento em que estamos nos articulando para trabalhar também no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e das Entidades Abertas de Previdência Complementar, o que vai exigir uma abordagem diferente de atuar”, destaca Brasizza. O crescimento dos cursos *online*, inclusive no nível MBA, tornou necessário criar regras de relacionamento entre a universidade e os especialistas que ministram esses cursos em todo o País.

Depois de cinco anos de atuação, com mais de 13 mil pessoas participando de seus cursos, cres-

ceu a demanda de outras empresas e instituições por especialistas em Previdência Complementar, havendo dúvidas desses especialistas sobre a possibilidade de ministrar cursos fora da UniAbrapp, já que eles não têm contratos de exclusividade, explica Brasizza. “A intenção não é definir o que pode ou não pode ser feito por cada um deles. A preocupação foi estabelecer diretrizes que priorizem o bom senso no relacionamento entre as partes, garantindo transparência nos processos e pautando os temas adequadamente.”

Integração e economia

Ao longo do tempo, também foram surgindo novas pessoas jurídicas no grupo Abrapp, com diretorias e CNPJ próprios, como a própria UniAbrapp, Sindapp e ICSS, sempre em decorrência de demandas do mercado.

“Como são todas interligadas, era preciso fortalecer essa integração, preservando o valor intangível da marca Abrapp”, pondera o Diretor-Presidente do ICSS, Guilherme Velloso Leão.


Ele lembra a importância de proteger o conteúdo intelectual pro-

“A preocupação foi estabelecer diretrizes que priorizem o bom senso no relacionamento entre as partes, garantindo transparência”



duzido no âmbito do grupo, zelar pela ética e evitar conflitos de interesses no uso da marca. “Já temos um relacionamento muito transparente com todos os prestadores de serviços e demais públicos envolvidos com o sistema, mas era necessário evitar movimentos dissonantes.”

Toda instituição precisa defender os princípios, políticas e imagens que quer transmitir para a sociedade e, nesse sentido, a nova política vem para resguardar a perpetuidade do sistema Abrapp em seus mais de 40 anos de história, acrescenta Leão. “Durante quatro décadas, essa marca conquistou reconhecimento internacional, credibilidade para os seus estudos técnicos e para o seu trabalho em defesa do sistema, então é preciso proteger esse patrimônio perante todos os públicos de interesse.” Além disso, ele ressalta que o documento traz padrões que também poderão ter importantes reflexos sob o ponto de vista econômico.



O ICSS, por exemplo, possui aproximadamente oito mil profissionais já certificados, o que representa cerca de 90% dos componentes de órgãos estatutários do sistema. “Se o

ICSS não estivesse abrigado junto a essa raiz maior que é a Abrapp, talvez não tivesse atingido tal *market share*”, pontua Leão. A tendência é gerar cada vez mais receitas e maior volume de prestação de serviços, o que poderá até vir a reduzir os valores cobrados nas contribuições das associadas.

No âmbito do Instituto, são tratados os cursos oferecidos no mercado por diversas entidades e empresas que garantem créditos aos seus alunos. “A nova política vai nos permitir criar um contrato específico para avaliar esses cursos e decidir se vamos autorizar ou vedar o uso da marca sem prévia autorização”, conta Leão.

Em suma, as diretrizes de relacionamento atingem todos os públicos que interagem com as EFPCs em nome do grupo Abrapp. Um dos capítulos trata, por exemplo, dos deveres de sigilo e confidencialidade, bem como da necessidade de autorização para uso de dados, informações, materiais e marcas de propriedade do grupo. Essas regras são aplicáveis a dirigentes, conselheiros, empregados, membros de colegiados, comissões técnicas e grupos de trabalho; especialistas da UniAbrapp; tutores, prestadores de serviços em geral, instituições e empresas conveniadas ou parceiras, e consultores. ■

A tendência é gerar maior volume de prestação de serviços, o que pode vir a reduzir as contribuições das associadas

Por Martha Corazza

—
**COMPROMISSO
COM O CLIMA
É COMPROMISSO
COM O FUTURO.**
—

publicis

¹¹Escopos 1, 2 e 3 conforme publicado no Inventário de Gases de Efeito Estufa da Organização Bradesco.

Até o final de 2020, as operações do Bradesco serão 100% abastecidas por energia de fontes renováveis e terão 100% de suas emissões de carbono⁽¹⁾ neutralizadas. Não dá para desafiar o futuro sem estar comprometido com ele.

banco.bradesco @bradesco facebook.com/bradesco
@bradesco youtube.com/bradesco
linkedin.com/company/bradesco
Fone Fácil Bradesco: 4002 9022/0800 570 0622
SAC – Atô Bradesco: 0800 704 8383
SAC – Deficiência Auditiva ou de FALA: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 5933

Bem-vindo ao futuro do crédito.

captalys

Somos uma gestora independente de private debt, com foco em proteger e rentabilizar o capital dos investidores.

Com mais de 10 anos de experiência, a Captalys já investiu mais de R\$ 50 bilhões em ativos de crédito.

Converse conosco e potencialize seus investimentos:

Fernando Brandão
fernando.brandao@captalys.com.br
+55 11 3330-6395

Henrique Rios
henrique.rios@captalys.com.br
+55 11 3330-6322

www.captalys.com.br



AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE MATERIAL SÃO DE CARÁTER EXCLUSIVAMENTE INFORMATIVO. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO-FGC. AO INVESTIDOR É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA DO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO AO APLICAR SEUS RECURSOS. A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA E A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. NÃO HÁ GARANTIA DE QUE ESTE FUNDO TERÁ O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PARA FUNDOS DE LONGO PRAZO.

COM EQUIPE ESPECIALIZADA E PARCEIROS QUALIFICADOS, A **FIDUS INVEST** FAZ A DIFERENÇA

A **FIDUS Invest** atua na distribuição de produtos de investimento dos melhores gestores de recursos e estruturadores de produtos, com o objetivo de oferecer ao segmento institucional excelentes alternativas de investimento.

Consulte a **FIDUS Invest**:
contato@fidusinvest.com.br

FIDUS
I N V E S T
www.fidusinvest.com.br

TAXONOMIA E ENGAJAMENTO EM 2021

Classificação dos investimentos ESG - com critérios ambientais, sociais e de governança - avança no Brasil, juntamente com iniciativas coletivas de mobilização em prol da sustentabilidade

Ampliar os projetos de engajamento coletivo e fortalecer os estudos sobre a taxonomia – classificação ou rotulagem dos investimentos ESG (com critérios ambientais, sociais e de governança) – será a base da agenda do PRI (*Principles for Responsible Investment*) no Brasil em 2021. Os temas estão na ordem do dia dos investidores institucionais brasileiros que já fazem ou estudam fazer alocações ESG. Na Europa, a questão da taxonomia teve recentes avanços

graças justamente ao aumento acelerado do apetite por investimentos sustentáveis.

A União Europeia tem um trabalho de rotulagem para gestoras e fundos sustentáveis, dentro do pacote de “taxonomia verde”, por meio da *Sustainable Financial Disclosure Regulation* (SFDR). Em alguns países, há regulações locais. Na França, por exemplo, os fundos precisam divulgar a pegada de carbono de suas carteiras, abrindo essa informação com transparência para os investidores.

Em março deste ano, a Comissão Europeia também lançou o *EU Taxonomy*, guia que classifica os setores econômicos segundo seu impacto ambiental e cria uma régua padrão para comparar a sustentabilidade de cada um. “A Europa já tem uma discussão avançada sobre taxonomia para avaliar quais atividades são realmente sustentáveis. Isso é importante para mitigar o risco de *greenwashing* (estratégias enganosas de *marketing* que se apropriam da imagem ASG)”, explica o Gerente de Relacionamento do PRI no Brasil, Marcelo Seraphim.

O programa global, que conta com cerca de 3.400 signatários no mundo, deve fechar este ano com 75 signatários brasileiros: um crescimento entre 35% e 40% em relação ao ano passado. “As parcerias que temos com instituições como Abrapp, Amec e Abvcap reforçam o trabalho para organizar a questão das finanças sustentáveis no Brasil”, diz Seraphim.

Definir a classificação das atividades ESG será fundamental para ajudar o investidor a percorrer o caminho que permitirá reduzir o aquecimento global em nível inferior a 2 graus até 2050, de acordo com as metas do Acordo de Paris. “Aqui no Brasil é preciso educar e organizar melhor o mercado para que o ESG não caia em descrédito, e isso está sendo discutido. Temos a vantagem de poder aproveitar o aprendizado da Europa em relação à taxonomia e à organização dos *portfolios*”, conta o Gerente do PRI.

Para o Líder de Investimentos e especialista em mudanças climáticas da Aviva *Investors*, Rick Stathers, que falou a gestores de EFPCs em seminário organizado pela Abrapp em outubro, a regulação tem um papel essencial para estimular os fundos de pensão a explorarem as oportunidades em ESG, como acontece em outros países. Contudo, ele lembra que para mitigar o risco de *greenwashing*, que ele chama de “*ESGwashing*”, é preciso estar atento para o que acontece de fato com os ativos no portfólio. “É necessário olhar os indicadores e engajar as empresas para que elas forneçam dados sobre as mudanças que fizeram e os resultados que atingiram.”

Régua do carbono

Do lado da demanda por critérios ambientais, a pressão de investidores e gestores é indiscutível. O tique-taque do aquecimento global levou ao recente aperto na regulação europeia para que as empresas e investidores se ajustem ao Acordo de Paris. “É muito plausível esperar impactos negativos sobre toda a economia com qualquer grau de aquecimento. Entretanto, se esse aquecimento ficar limitado a 1,5 grau Celsius acima dos níveis pré-industriais até o final do século, esse impacto será um pouco menor”, pontua Stathers.

Mas as medidas já acertadas em Paris nesse sentido parecem distantes do horizonte atual. O mercado tem falhado em conter as emissões de carbono, com impacto negativo vindo prin-

O PRI deve fechar este ano com 75 signatários brasileiros, 35% a 40% a mais que no ano passado

principalmente das empresas de petróleo e gás, ressalta o especialista. A resposta de investidores, gestores e empresas terá que ser maciça e mais rápida do que tem acontecido até agora. Para as empresas, não se trata mais apenas de tentar reduzir emissões; elas terão que ajustar rapidamente seus modelos de negócios a um mundo mais quente e de baixo carbono. Stathers ressalta que informar e pressionar os investidores é crucial. “É preciso mostrar a eles quais os incentivos para que o risco climático seja integrado aos processos porque ele afetará todas as cadeias de produção das empresas e setores conexos.”

Engajamento cresce

O papel do engajamento coletivo cresce aos poucos no Brasil. O PRI finaliza, ainda em 2020, o projeto desenvolvido com a Previ voltado à Integridade nos negócios. “Esse trabalho buscou identificar a integridade nas políticas e nas práticas das empresas, verificar até que ponto a alta administração está submetida aos crivos de integridade, e se há sistemas robustos para evitar desvios de conduta”, detalha Seraphim. O relatório final do projeto deverá ser divulgado até o final do ano, e a ideia é usar esse documento para disseminar as melhores práticas de integridade no País.

A partir de 2021, o PRI pretende definir novos projetos de acordo com os temas levantados pelos signatários. “O engajamento coletivo mostra à empresa que o investidor quer contribuir

com os avanços de sua gestão, e isso pode gerar um impacto positivo para a sociedade.”

Um exemplo de engajamento internacional de impacto é o dos investidores europeus, que decidiram atuar junto ao governo brasileiro. Entre julho e agosto, o referido grupo, em conjunto com líderes do mercado financeiro no Brasil, enviou cartas às embaixadas brasileiras na Europa solicitando a abertura de diálogo imediato com o governo federal para obter compromissos de combate ao desmatamento e às queimadas. “O PRI faz o secretariado desse projeto e dá suporte nos primeiros seis meses às estratégias de ‘policy’ e à rede de contatos com os investidores”, explica Seraphim.

Em setembro começaram as reuniões com o Vice-presidente da República e com o Presidente da Câmara Federal, mas o grupo está aberto à adesão de outros investidores. “É um projeto robusto e muito importante, que tem prazo de dois anos e conta com a participação de pesos pesados do mercado, como a norueguesa *Storebrand* e a britânica *BlueBay Asset Management*”, conta o Gerente do PRI. Um dos resultados iniciais desse contato foi a declaração, pelo governo brasileiro, da moratória do fogo, que proibiu queimadas por 120 dias. Apesar disso, os incêndios continuaram a aumentar. O projeto de engajamento, contudo, prossegue e espera contribuir para mudar esse quadro.

Em exemplo de engajamento internacional de impacto, investidores europeus buscaram combater queimadas e o desmatamento no Brasil

Na Petros, a consideração de temas ASG nos investimentos é componente fundamental do dever fiduciário

Dever fiduciário

A consciência ESG no Brasil tem avançado de modo relevante junto aos fundos de pensão, diz Marcelo Serafim. “Com a redução dos juros, vemos as EFPCs cada vez mais interessadas em avaliar riscos ESG. Esperamos que elas não pensem em investimento responsável apenas sob o ponto de vista do *compliance*, mas também como oportunidade para diversificar numa economia de baixo carbono.”

Para o Gerente Executivo de Conformidade e Controles Internos da Previ, Rafael de Castro, o ideal é que no futuro a discussão sobre investimentos ESG deixe de ocupar um lugar separado para estar completamente integrada ao debate sobre investimentos. “O dever fiduciário das EFPCs vai exigir isso porque todas as métricas de investimento convergirão nesse sentido.”

Os aspectos ESG são um fator de crescente importância na gestão de riscos e valorização de ativos, aponta o Diretor de Investimentos da Petros, Alexandre Mathias. Na entidade, a observância e a consideração dos temas de ASG na decisão de investimentos são consideradas mais do que boas práticas, mas componentes fundamentais do dever fiduciário. “Como investidores institucionais, temos o papel de buscar engajamento e cobrar ações das companhias investidas”, lembra Mathias.

A Petros utiliza como referência o Código de *Stewardship* da Amec, que institui princípios, estabelece o com-

promisso de considerar aspectos ASG nos processos de investimento e atividades de *stewardship*, e propõe que os investidores sejam ativos e diligentes no exercício do direito de voto, além de definir critérios de engajamento coletivo. “Este conjunto de práticas em governança corporativa e gestão de riscos visa buscar desempenho sustentável, perenidade e melhor relação risco-retorno. Na Petros, a carteira de investimentos almeja ter companhias que sejam protagonistas no debate e na concretização dos temas de ASG.”

Fundo ESG

A provocação para construir um modelo de fundo de ações ESG veio de um investidor, no final de 2018, diz o Sócio Fundador da Indie Capital, Daniel Reichstul.

De lá para cá, a casa passou a ser signatária do PRI, capacitou seu time de analistas, criou um *score* ESG focado na materialidade de cada setor (de acordo com os critérios do *Sustainability Accounting Standards Board - SASB*), e conversou com outras casas gestoras, até lançar este ano o seu primeiro FIC FIA 100% ESG, que vai incorporar esses critérios de maneira sólida. “O problema é sério. Os gestores precisam incorporar e compreender o ferramental porque, para assegurar bons retornos, será necessário cada vez mais saber como analisar as questões ESG”, diz Reichstul. ■

Por Martha E. Corazza

MAPFRE INVESTIMENTOS



SOLUÇÕES CUSTOMIZADAS PARA CLIENTES INSTITUCIONAIS

Tradição, Ética e Segurança de uma Gestora
de Recursos com mais de 17 anos de experiência.

invest@mapfre.com.br | T. +55 11 2663-5276

 **MAPFRE** | INVESTIMENTOS



Autorregulação
ANBIMA



Autorregulação
ANBIMA

Gestão de Recursos

As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda, do fundo garantidor de créditos - FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do regulamento do fundo de investimento, formulário de informações essenciais e formulário de informações complementares ao aplicar seus recursos. A rentabilidade dos fundos não é líquida de impostos. Para avaliação de performance dos fundos de investimento, é recomendável uma análise de no mínimo 12 (doze) meses.

Segurança, disciplina,
robusto processo de investimento
aliado à estratégias inteligentes
e modernas, são os **diferenciais**
que a MÉTODO INVESTIMENTOS
busca nos gestores e parceiros
para oferecer **excelentes produtos**
aos **clientes institucionais**.



www.metodoaai.com.br

Contato: (11) 3078-1510

O PAÍS COM A APOSENTADORIA MAIS SEGURA DO MUNDO

Ranking que considera fatores como tributação, meio ambiente e saúde é liderado pela Islândia, cujo sistema previdenciário é fortemente baseado na capitalização complementar

A Islândia é o país que oferece a aposentadoria mais segura do mundo, juntamente com outros países europeus, além de Canadá, Austrália e Nova Zelândia. É o que diz o *Global Retirement Index*, elaborado anualmente pela empresa de serviços financeiros Natixis. “O índice vem sendo preparado há cerca de 10 anos. A ideia é avaliar e comparar diferentes sistemas ao redor do mundo e como as pessoas estão vivendo a aposentadoria nos tempos atuais, que sem dúvida alguma são bastante desafiadores”,

explica Edward Farrington, Vice-presidente Executivo da gestora.

A abordagem de análise, que se distingue por sua amplitude, considera quatro fatores-chave com influência direta sobre a qualidade de vida dos aposentados: (1) bem-estar material; (2) acesso a sistemas de saúde de boa qualidade; (3) disponibilidade de serviços financeiros de qualidade e a capacidade de se preservar a poupança acumulada; e (4) qualidade de vida, incluindo-se aí um ambiente limpo e seguro para se viver.

▶▶ ISLÂNDIA

O índice multidimensional é desenvolvido em parceria com a *CoreData Research* e abrange economias desenvolvidas do Fundo Monetário Internacional (FMI), membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e países que compõem o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). “Calculamos uma pontuação média para cada categoria e combinamos as pontuações a fim de produzir uma classificação geral envolvendo, ao todo, 44 nações”, acrescenta Farrington.

Primeiros colocados

A lista é encabeçada pela Islândia (1º), seguida de perto pela Suíça (2º) que, por sua vez, é acompanhada por Noruega (3º), Irlanda (4º), Holanda (5º), Nova Zelândia (6º), Austrália (7º), Canadá (8º), Dinamarca (9º) e Alemanha (10º).

Os países do norte da Europa têm se saído bem no índice devido a basicamente duas razões, diz o executivo da Natixis. A primeira é o fato de terem um sistema de saúde público de qualidade, garantindo aos aposentados acesso a tratamentos gratuitos e dispensando-os, assim, de dedicarem uma parte da renda para tal fim. “Esses países também têm uma renda *per capita* alta e igualdade social, de forma que uma parcela maior da população participa dos ganhos econômicos e acaba poupano.”

A Holanda manteve a tendência de ascensão no *ranking*, ocupando, em 2020, o 5º lugar. A colocação pode ser atribuída, em grande parte, a melhorias nos subíndices qualidade de vida, saúde e bem-estar material, argumentam os estudiosos. Também se destacam aprimoramentos nos indicadores de fator ambiental, felicidade, água e saneamento, além de finanças, tributação, endividamento do governo e governança.

A Irlanda também continua a subir na classificação, passando para o 4º lugar - em comparação a 7ª e 5ª posições registradas em 2018 e 2019, respectivamente. O país conquistou notas superiores em todos os quatro subíndices avaliados, com a maior diferença positiva ocorrendo nos subíndices bem-estar material, saúde (redução de despesas e maior expectativa de vida) e renda *per capita*.

A Noruega permanece em 3º lugar, como nos últimos três anos, registrando, porém, modesta alta

no *score* geral em 2020. O país nórdico ocupa o primeiro lugar nos subíndices bem-estar material e saúde, e o segundo lugar no quesito qualidade de vida. Também foram observadas melhorias nas classificações de emprego e renda *per capita*, igualdade social e fatores ambientais, como qualidade do ar, biodiversidade e *habitat*. Em contrapartida, houve queda modesta nos quesitos finanças, devido à disponibilidade reduzida de empréstimos a inadimplentes, e inflação.

A Suíça também sustentou a mesma classificação de 2019 (2º lugar), apesar de ter obtido uma pontuação geral inferior devido aos subíndices finanças e bem-estar material. Vale mencionar, no entanto, que o país é um dos únicos do índice a ficar entre os 10 primeiros colocados em todos os quatro subíndices. Neste ano, pontuações menores foram registradas nos itens igualdade de renda e emprego, finanças, empréstimos bancários, tributação, razão de dependência e taxas de juros. A Suíça ocupa o 5º lugar geral em qualidade de vida, com melhorias na qualidade do ar e no quesito felicidade.

A “campeã” Islândia manteve-se em primeiro lugar pelo terceiro ano consecutivo, embora sua pontuação tenha diminuído, ainda que minimamente, nos quesitos bem-estar material e finan-

Países europeus pontuam bem no índice graças a sistemas de saúde públicos de qualidade, renda *per capita* alta e igualdade social

ças. Por outro lado, a nação insular do atlântico norte obteve ótima classificação nos itens emprego e igualdade de renda. Pontos que requerem atenção incluem a indisponibilidade ou dificuldade de se obter empréstimo em bancos; pressões tributárias; razão de dependência e taxas de juros. Os estudiosos destacam ainda ganhos modestos na qualidade de vida e pontuações mais altas nos itens felicidade, fatores ambientais, água e saneamento.

Sobre a Islândia

Depois de ter sofrido bastante com a crise financeira internacional, a economia islandesa vinha se recuperando, embora tenha desacelerado abruptamente em 2019 (crescimento de 1,9% versus 3,8% em 2018). O crescimento mais lento foi resultado, em especial, da falência da companhia aérea nacional *WOW Air* em março de 2019, o que levou a um colapso no setor de turismo, responsável por 10% do PIB.

Segundo o FMI, a Covid-19 certamente terá forte impacto sobre o PIB do país, estimado em -7,2% em 2020. Já a relação dívida/PIB ficou em cerca de 33% e a inflação em 3% em 2019, devendo cair para 2,3% em 2020 em meio a aumentos salariais moderados e uma moeda forte (a coroa islandesa). A Islândia é membro de acordos comerciais europeus, mas não

Inúmeros sistemas previdenciários já navegavam águas turbulentas no início do ano, mas a pandemia trouxe desafios sem precedentes e inesperados que amplificaram as ameaças globais à segurança de aposentadoria, como fortes oscilações nos mercados financeiros e desemprego generalizado. “Além de serem dinâmicos, os fatores que afetam a segurança da aposentadoria estão intimamente ligados ao que acontece no mundo. Talvez 2020 tenha deixado isso mais claro do que nunca”, opina Dave Goodsell, Diretor Executivo da Natixis. A gestora destacou as cinco áreas de risco que haviam sido agravadas pelos eventos de 2020 até a publicação do relatório, no final de setembro.

1 RECESSÃO

Ainda impactados pelo estouro das empresas “pontocom” em 2001 e a recessão global de 2008, inúmeros aposentados enfrentam um cenário econômico novamente bastante complicado. A recessão vem acompanhada do desemprego, que costuma exercer dois tipos de pressão sobre a segurança da aposentadoria: o redirecionamento da poupança previdenciária para o curto prazo (tendência que aumenta em linha com o encolhimento do mercado de trabalho) e a redução do valor dos impostos que financiam o sistema público. Além disso, as condições econômicas adversas podem levar os empregadores a suspender as contribuições aos planos corporativos, desencorajando a participação ou prejudicando o acúmulo de ativos pelos participantes.

2 TAXAS DE JUROS

Em diversos países, as taxas de juros vêm atingindo patamares mínimos históricos desde a crise financeira de 2008. Com a pandemia, apenas na primeira metade

do ano, 173 cortes adicionais foram feitos em todo o mundo, de acordo com Natixis. Se por um lado as taxas de juros mais baixas são positivas para o indivíduo, tornando financiamentos e empréstimos mais acessíveis, para os aposentados, as taxas diminutas reduzem a sustentabilidade dos retornos, levando a um esgotamento mais acelerado da poupança previdenciária.

3 DÍVIDA PÚBLICA

Os pacotes de estímulo, embora necessários para combater a crise financeira acarretada pela pandemia, também representam uma ameaça de longo prazo à segurança da aposentadoria. Os níveis de dívida pública em todo o mundo permaneceram elevados após a recessão de 2008. Nos Estados Unidos, a relação dívida/PIB era de cerca de 107% no final de 2019, número que tende a subir devido à Covid-19, prevê o relatório.

4 MEIO AMBIENTE

Questões ambientais representam um risco financeiro para os aposentados. Afinal, quem dispõe de um fluxo de renda pré-determinado pode se ver forçado a utilizar uma parcela maior da poupança para lidar com problemas de saúde relacionados a poluição, por exemplo. Há também a possibilidade de os aposentados virem a conviver com preços inflacionados de bens e serviços por ocorrência de desastres naturais.

5 DESIGUALDADE ECONÔMICA

A desigualdade de renda leva à desigualdade na segurança de aposentadoria, em especial, para mulheres e pessoas negras, diz o estudo. O problema é agravado pela maior expectativa de vida feminina, superior à masculina em 3,6 anos, na média. A Natixis também assinala que as pessoas negras têm menor probabilidade de serem cobertas por planos de pensão corporativos.

faz parte da União Europeia. O pedido de participação na UE foi protocolado em 2009 e posteriormente retirado, em 2015.

O desemprego aumentou em 2019 (3,6%), podendo chegar a 8% na pandemia. Contudo, a ilha de 103 mil km² sustenta um alto padrão de vida, o quinto maior PIB *per capita* da Europa, e uma das taxas de pobreza mais baixas do mundo. Sua força de trabalho é de mais de 211.000 pessoas (dentro de uma população de 356.000). O mercado de trabalho é caracterizado por forte participação (81,9%) e sindicalização (80%).

O *Efling*, um dos maiores sindicatos de trabalhadores do país, definiu para 2020 um salário mínimo de 335 mil coroas (R\$ 13.500) por mês para ocupações em período integral. Embora isso não se aplique a todos, o valor é um bom parâmetro. O salário médio, no entanto, é ligeiramente superior: 415 mil coroas (R\$ 16.700), um dos mais elevados da Europa.

Desde a crise de 2008, uma das prioridades do governo tem sido a diversificação da economia, que na última década foi orientada principalmente para as indústrias de manufatura e serviços. A Islândia depende parcialmente de seus recursos naturais renováveis e indústrias relacionadas: pesca em alto mar, energia hidráulica e geotérmica, e pastagens. A pesca é um dos pilares

econômicos e cobre cerca de 40% das exportações.

Os setores agrícola e industrial contribuem com 4,6% e 19,6% do PIB e empregam, respectivamente, 4% e 17% da força de trabalho. O potencial hidrelétrico estimula a produção de alumínio, principal produto de exportação, concentrando cerca de 70% da eletricidade produzida na ilha. As geotérmicas fornecem os 30% restantes, de modo que as fontes de energias renováveis cobrem praticamente toda a demanda energética do país.

O setor de serviços é o mais importante: representa 63,8% do PIB e emprega 79% da força de trabalho. Nos últimos anos, a economia cresceu graças a ele, em especial, às áreas de turismo, produção de *software* e biotecnologia.

Pilar complementar forte

A principal característica do sistema previdenciário islandês é um segundo pilar complementar abrangente, gerido por fundos de

O segundo pilar é dominado por fundos de pensão setoriais com filiação obrigatória entre 16 e 70 anos

pensão privados capitalizados, aos quais a filiação é obrigatória para trabalhadores entre 16 e 70 anos. O sistema é dominado por planos setoriais, com regulamentos definidos nos contratos de trabalho.

Os programas recebem aportes de empregados e empregadores em proporções mínimas de 4% e 7%, totalizando 11% do salário bruto (ou mais). Determinadas categorias de nível gerencial, especialistas e profissionais autônomos podem optar entre diferentes fundos e, neste último caso, arcam com a contribuição total. Os benefícios são pagos a partir dos 65 anos.

A taxa de reposição do sistema privado pode chegar a 70% da média salarial da carreira. As contribuições são dedutíveis do IR até o limite de 4% da renda bruta - outros 4% podem ser deduzidos em aportes aos planos individuais de adesão voluntária que formam o terceiro pilar - totalizando 8% de isenção. No pilar ocupacional vigora o modelo EET, o que significa que contribuições e investimentos não são tributados, mas os benefícios, sim.

Os planos privados coletivos dispõem de um mecanismo de transferência de risco intergeracional e cosseguro. Por isso, alguns especialistas os classificam de planos mistos ou híbridos, já que combinam elementos BD e CD. Outros preferem chama-los de planos CD coletivos. Segundo a OCDE, a relação de ativos/PIB dos fundos

MILES CAPITAL

Uma Nova Referência em Renda Variável

**Gestora de
recursos com
foco no mercado
acionário
brasileiro.**

**Sócios com
longas carreiras
nos mercados
brasileiro e
latino-americano
de ações**

**R\$ 4 bilhões
de ativos sob
gestão**

www.milescapital.com.br

+55 (11) 3181-9159

contato@milescapital.com.br

As informações contidas nesse material são de caráter exclusivamente informativo e não devem ser interpretadas como solicitação, oferta ou recomendação de investimento. A Miles Capital não realiza distribuição de cotas. Para investir em nossos fundos, contate um distribuidor autorizado. Leia o formulário de informações complementares, a lâmina de informações essenciais, se houver, e o regulamento antes de investir. Os investimentos em fundos não são garantidos pelo administrador nem por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Os fundos geridos pela Miles Capital podem estar autorizados a realizar aplicações em ativos negociados no exterior. Os fundos geridos pela Miles Capital podem estar expostos a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com riscos daí decorrentes. Os fundos geridos pela Miles Capital podem utilizar estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento; tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo dos fundos. Material de propriedade da Miles Capital. Vedada a circulação e reprodução, no todo ou em parte, sem a devida autorização prévia. A Miles Capital não se responsabiliza pela publicação acidental de informações incorretas.



Conte com mais de 175 anos de experiência e solidez

A expertise de que você precisa para
uma excelente performance a longo prazo.

Portfólio completo de produtos | Fundos renomados | Rigoroso controle de risco

Venha conhecer o Safra



Safra

de pensão, em dólares, é de aproximadamente 167% (2019).

As contribuições totais são direcionadas a dois subfundos - Benefício Definido e Contribuição Definida. Cada fundo de pensão decide como distribuir os valores entre essas contas, contanto que o fundo BD garanta uma renda vitalícia mínima, após 40 anos de serviço, de aproximadamente 55% da média salarial. Tal benefício é ajustado de acordo com a situação financeira dos programas, mas deve observar, no mínimo, o índice de preços ao consumidor. A parce-

la CD do plano, por sua vez, dependerá dos ativos acumulados. A idade normal de aposentadoria é de 67 anos para empregados do setor privado e 65 para o setor público.

Já o sistema estatal é financiado por impostos e fornece um benefício composto por dois elementos (básico + direcionado), que juntos podem chegar a 24% da renda média no país. Há também valores complementares para quem não tem outra fonte de renda na aposentadoria (e possa comprovar).

A idade legal de aposentadoria é 67 anos, mas o islandês médio

se aposenta aos 68,5 anos. Há fortes desincentivos à aposentadoria precoce e, em contrapartida, estímulos consistentes para a aposentadoria tardia. Os benefícios são ajustados de acordo com a evolução dos salários ou o orçamento público, devendo ao menos observar aumentos no custo de vida.

Para ter direito ao valor integral, basta ser residente por no mínimo 40 anos. Montantes proporcionais se aplicam a períodos menores. ■

Por Flávia Silva

BRASIL É PENÚLTIMO COLOCADO

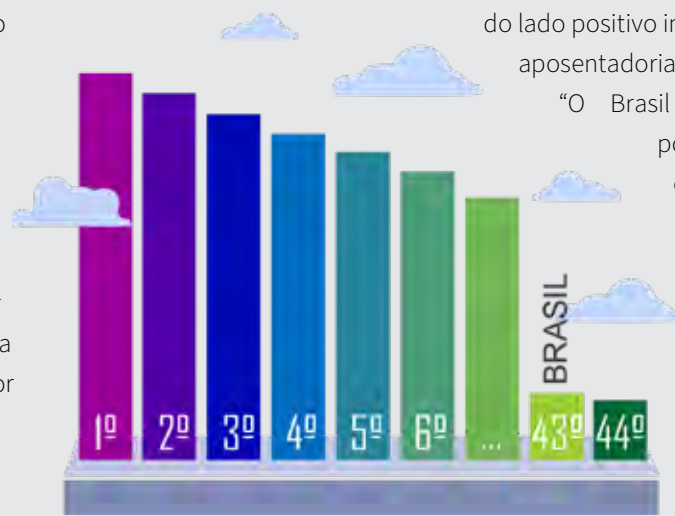
Em 2020, o Brasil segue ocupando a 43ª posição entre os 44 países avaliados pela Natixis, resultado que se deve, sobretudo, a pontuações ruins nos subíndices de bem-estar material (44º) e saúde (39º). No primeiro, destacam-se negativamente os indicadores de emprego e renda *per capita*. “Entre todos os países do índice, (o Brasil) tem a pontuação mais baixa para igualdade de renda, a terceira pior pontuação para renda *per capita* e a quarta pontuação mais baixa para emprego”, assinala o estudo.

A nota ruim no subíndice saúde deriva da má *performance* nos indicadores de gasto *per capita* com saúde e expectativa de vida. O País registra a quinta menor expectativa de vida e a sétima menor pontuação do indicador

de gastos com saúde *per capita* entre todos os países pesquisados.

Em contrapartida, houve melhora no quesito qualidade de vida (33º) graças ao alcance de pontuações mais elevadas nos indicadores de biodiversidade e felicidade. O País detém a quinta maior colocação no indicador “fatores ambientais”, mas acumula também a segunda pontuação mais baixa no indicador de água e saneamento. Outros destaques do lado positivo incluem o subíndice finanças na aposentadoria (26º), inflação e tributação.

“O Brasil registra, ainda, a quinta pontuação mais alta para o indicador de razão de dependência de idosos; em contrapartida, mantém a quinta pontuação mais baixa para o indicador de governança”, diz a gestora.





+ + + +
+ + + +
+ + + +

Serpro: protagonista da transformação digital do Brasil há mais de 50 anos.

Mais do que fazer parte, somos agentes na história da tecnologia da informação no país. Nosso propósito é abrir linhas de desburocratização para construir um governo digital nas esferas federal, estadual e municipal, por meio de soluções de inteligência.

Além disso, atuamos ativamente junto a diversos setores da sociedade, construindo pontes com o mercado privado para transformar o ambiente de negócios e impulsionar a economia brasileira e os serviços digitais para o cidadão.

serpro.gov.br



Capture o qr code ao lado e conheça nossas soluções





CONSOLIDADO ESTATÍSTICO[®]

SETEMBRO DE 2020



Produção

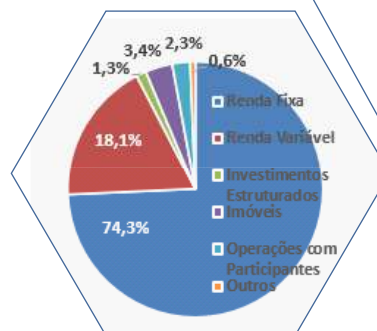
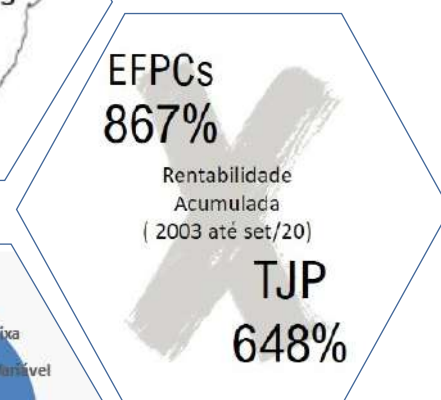
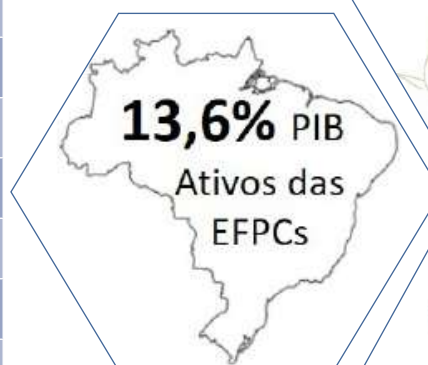
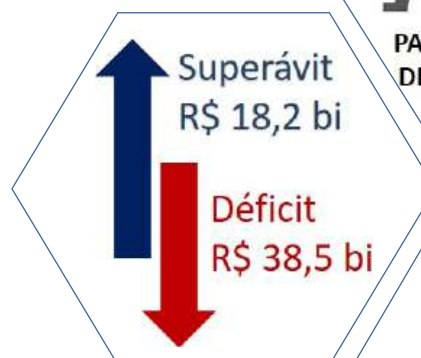
Edição Especial

ABRAPP SINDAPP

41 CBPP

ÍNDICE

I.	CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE APLICAÇÃO
II.	EVOLUÇÃO DOS ATIVOS POR TIPO DE INVESTIMENTO
III.	EVOLUÇÃO DOS ATIVOS X PERCENTUAL DO PIB
IV.	EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT E DÉFICIT DAS EFPCs
V.	COMPARATIVO REGIONAL
VI.	COMPARATIVO POR TIPO DE PATROCÍNIO
VII.	RENTABILIDADE ESTIMADA
VIII.	RENTABILIDADE ACUMULADA POR PLANO (2011 à set/2020)
IX.	ALOCAÇÃO DA CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE PLANO
X.	RENTABILIDADE ESTIMADA POR TIPO DE PLANO
XI.	ALOCAÇÃO MÉDIA (ARITMÉTICA) POR FAIXA DE PATRIMÔNIO
XII.	RANKING DOS 15 MAIORES PLANOS (BD, CD, CV e INSTITUÍDOS)
XIII.	EVOLUÇÃO DOS PLANOS INSTITUÍDOS
XIV.	EVOLUÇÃO DOS ATIVOS, EFPCs e PLANOS DOS SERVIDORES
XV.	PASSIVO ATUARIAL
XVI.	DEMONSTRATIVO DE BENEFÍCIOS
XVII.	ESTATÍSTICAS DE POPULAÇÃO
XVIII.	CLASSIFICAÇÃO DAS EFPCs
XIX.	RENTABILIDADE DAS EFPCs X META ATUARIAL (2003 à set/2020)
XX.	ATIVOS DOS FUNDOS DE PENSÃO POR PAÍSES E PIB
XXI.	PROJEÇÃO DA RENTABILIDADE DAS EFPCs 2020
XXII.	ÍNDICES DE SOLVÊNCIA - COMPARATIVO INTERNACIONAL
XXIII.	DADOS POR MODALIDADE DE PLANO
XXIV.	EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DOS PLANOS INTITUÍDOS
XXV.	EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DOS INSTITUIDORES



DESTAQUES - SETEMBRO/20

Atualizamos os dados de população e os valores médios mensais dos benefícios pagos pelas EFPCs no 1º semestre de 2020, com registro de elevação das médias para todos os benefícios, com destaque para a aposentadoria programada, que passou de R\$ 5,90 mil para R\$ 6,48 mil. Os ativos totalizaram R\$ 974 bilhões em setembro. O retorno da Renda Fixa em setembro foi de 0,21% e a alocação neste segmento atingiu 74,3% dos ativos. A Renda Variável com alocação de 18,1% dos recursos, teve resultado negativo de 2,34%. A carteira consolidada das EFPC rentabilizou 1,70% em 2020. Os participantes ativos dos planos instituídos superaram a marca de 572 mil.

MERCADO - SETEMBRO/20

O Ibovespa teve um retorno de -4,80%, fechando o mês em 94.603 pontos. O S&P500 seguiu na mesma direção do Ibovespa e apresentou rentabilidade mensal de -3,92%, mas, ao contrário do índice brasileiro, segue positivo no ano com alta de +4,09%. O dólar apresentou expressiva alta mensal, 3,10%, acumulando em 2020 valorização de 39,94%. Quanto aos índices de Renda Fixa, os títulos com prazo de vencimento longo apresentaram, assim como já havia ocorrido em agosto, desvalorização relevante, sendo que as rentabilidades nominais mensais dos índices IMA-B 5 e IMA-B 5+ foram, respectivamente, -0,12% e -2,60%. Por fim, na reunião de setembro, o COPOM optou por manter a SELIC em 2,0% ao ano, sendo essa a taxa de referência mais baixa desde 1999.

I. CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE APLICAÇÃO

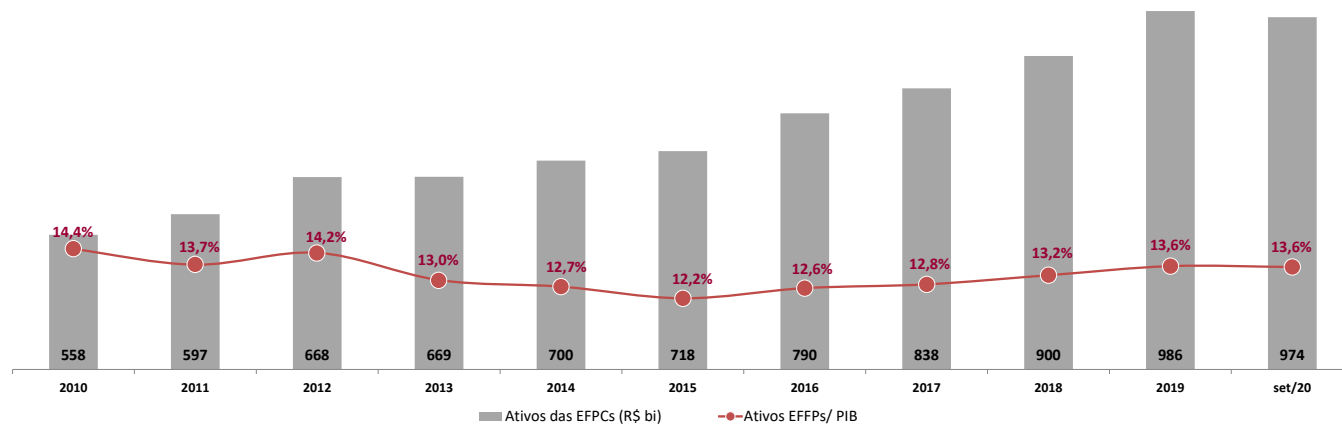
(R\$ milhões)

Discriminação	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	set/20	%
Renda Fixa	386.773	60,4%	431.140	64,2%	483.907	70,7%	546.764	72,4%	592.735	73,6%	635.113	73,4%	692.121	72,9%	695.191	74,3%
Títulos públicos	67.446	10,5%	83.351	12,4%	105.949	15,5%	131.273	17,4%	142.564	17,7%	155.420	18,0%	157.503	16,6%	147.852	15,8%
Créditos Privados e Depósitos	26.672	4,2%	27.099	4,0%	24.473	3,6%	23.843	3,2%	21.341	2,7%	17.897	2,1%	19.063	2,0%	18.791	2,0%
SPE	186	0,0%	160	0,0%	142	0,0%	139	0,0%	130	0,0%	84	0,0%	73	0,0%	69	0,0%
Fundos de investimentos - RF ¹	292.469	45,7%	320.530	47,7%	353.344	51,6%	391.508	51,8%	428.700	53,3%	461.712	53,4%	515.482	54,3%	528.480	56,5%
Renda Variável	185.755	29,0%	166.267	24,7%	126.869	18,5%	137.014	18,1%	142.703	17,7%	159.742	18,5%	186.531	19,6%	169.425	18,1%
Ações	84.213	13,2%	77.026	11,5%	58.445	8,5%	71.536	9,5%	66.706	8,3%	62.999	7,3%	74.668	7,9%	67.194	7,2%
Fundos de investimentos - RV ²	101.542	15,9%	89.241	13,3%	68.425	10,0%	65.478	8,7%	75.997	9,4%	96.743	11,2%	111.862	11,8%	102.231	10,9%
Investimentos Estruturados	19.355	3,0%	22.467	3,3%	19.706	2,9%	16.574	2,2%	13.116	1,6%	12.613	1,5%	12.756	1,3%	11.848	1,3%
Empresas Emergentes	346	0,1%	304	0,0%	258	0,0%	326	0,0%	340	0,0%	234	0,0%	207	0,0%	190	0,0%
Participações	16.819	2,6%	19.546	2,9%	17.422	2,5%	14.342	1,9%	10.963	1,4%	10.575	1,2%	10.122	1,1%	9.382	1,0%
Fundo Imobiliário	2.191	0,3%	2.617	0,4%	2.026	0,3%	1.906	0,3%	1.813	0,2%	1.803	0,2%	2.427	0,3%	2.276	0,2%
Imóveis	28.988	4,5%	31.450	4,7%	32.798	4,8%	32.485	4,3%	31.740	3,9%	32.100	3,7%	32.061	3,4%	32.067	3,4%
Operações com participantes	17.291	2,7%	18.705	2,8%	19.423	2,8%	19.969	2,6%	20.105	2,5%	21.019	2,4%	21.220	2,2%	21.216	2,3%
Empréstimo a Participantes	15.685	2,4%	17.217	2,6%	17.950	2,6%	18.546	2,5%	18.746	2,3%	19.632	2,3%	19.882	2,1%	19.918	2,1%
Financiamento imobiliário	1.606	0,3%	1.488	0,2%	1.473	0,2%	1.424	0,2%	1.360	0,2%	1.387	0,2%	1.338	0,1%	1.298	0,1%
Outros ³	2.165	0,3%	1.901	0,3%	2.213	0,3%	2.289	0,3%	4.405	0,5%	4.605	0,5%	5.263	0,6%	6.015	0,6%
Total	640.328	100,0%	672.054	100,0%	684.916	100,0%	755.096	100,0%	804.803	100,0%	865.191	100,0%	949.953	100,0%	935.762	100,0%

Notas: ¹ Inclui Curto Prazo, Referenciado, Renda Fixa, Multimercado e FIDC; ² Inclui Ações e Índice de Mercado; ³ Inclui Cambial, Dívida Externa, Ações - Companhias Abertas - Exterior, Outros Realizáveis, Derivativos, Outros.

II. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS POR TIPO DE INVESTIMENTO


III. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS* X PERCENTUAL DO PIB

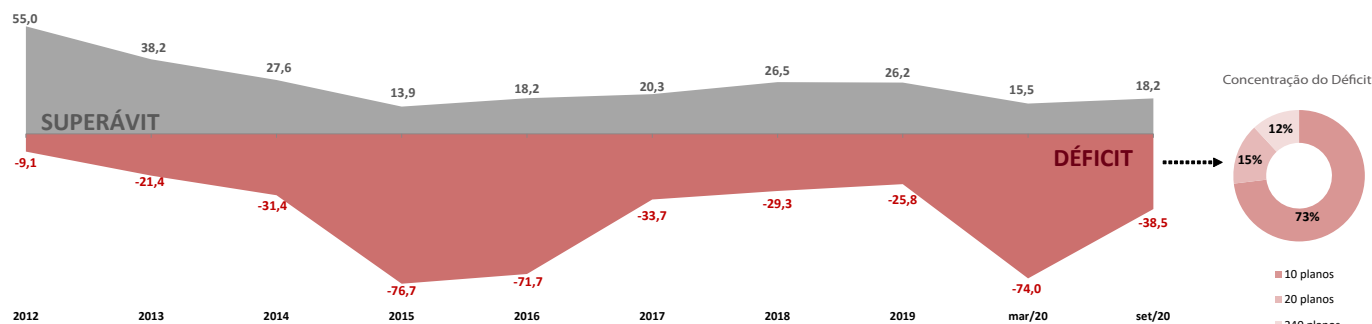


Fonte: IBGE/ABRAPP
O ativo representa o disponível + realizável + permanente
PIB referente ao III e IV trim/2019 e I e II trim/2020
* Valor estimado

IV. EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT E DÉFICIT DAS EFPCs (acumulado)

(R\$ bilhões)

	Superávit										Déficit									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	set/20	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	set/20		
Qtde EFPCs	186	136	138	127	138	141	139	139	125	33	92	95	92	80	77	78	70	92		
Qtde Planos	516	402	417	398	438	437	415	384	354	111	257	237	239	205	193	199	168	270		



V. COMPARATIVO REGIONAL

Regional*	Quantidade de Entidades**	%	Investimento (R\$ milhões)	%	Participantes Ativos	%	Dependentes	%	Assistidos	%
Centro-Norte	34	13,1%	155.720	16,6%	742.210	27,8%	711.823	18,3%	173.498	20,7%
Leste	14	5,4%	35.607	3,8%	77.945	2,9%	127.630	3,3%	52.522	6,3%
Nordeste	23	8,8%	25.318	2,7%	30.395	1,1%	77.710	2,0%	32.628	3,9%
Sudeste	44	16,9%	423.476	45,3%	515.057	19,3%	1.138.203	29,3%	311.183	37,2%
Sudoeste	101	38,8%	231.238	24,7%	997.668	37,4%	1.340.203	34,5%	199.468	23,8%
Sul	44	16,9%	64.403	6,9%	303.588	11,4%	487.219	12,5%	67.958	8,1%
Total	260	100,0%	935.762	100,0%	2.666.863	100,0%	3.882.788	100,0%	837.257	100,0%

* Composição Regional: Centro-Norte - RO, AM, RR, AP, GO, DF, AC, MA, MT, MS, PA, PI e TO. Leste - MG. Nordeste - AL, BA, CE, PB, PE, RN e SE. Sudeste - RJ e ES. Sudoeste - SP. Sul - PR, SC e RS.
** EFPCs da amostra / Obs.: Qtde de EFPCs ativas por região de acordo com Estatística Trimestral (jun/20) - PREVIC - Centro-Norte = 36, Leste = 16, Nordeste = 27, Sudeste = 51, Sudoeste = 117 e Sul = 52 -> (Total = 299)

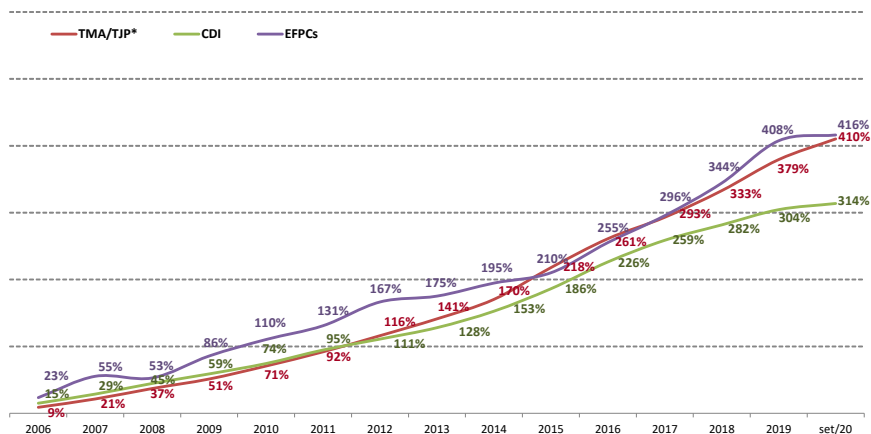
VI. COMPARATIVO POR TIPO DE PATROCÍNIO

Patrocínio	Quantidade de Entidades*	%	Investimento (R\$ milhões)	%	Participantes Ativos	%	Dependentes	%	Assistidos	%
Instituidor	17	6,5%	9.586	1,0%	280.831	10,5%	490.819	12,6%	21.414	2,6%
Privado	158	60,8%	359.384	38,4%	1.554.831	58,3%	1.976.275	50,9%	325.045	38,8%
Público	85	32,7%	566.792	60,6%	831.201	31,2%	1.415.694	36,5%	490.798	58,6%
Total	260	100,0%	935.762	100,0%	2.666.863	100,0%	3.882.788	100,0%	837.257	100,0%

* EFPCs da amostra / Obs.: Qtde de EFPCs ativas por tipo de Patrocínio de acordo com Estatística Trimestral (jun/20) - PREVIC: Instituidor = 22, Privado = 188 e Público = 89 -> (Total = 299).

VII. RENTABILIDADE ESTIMADA

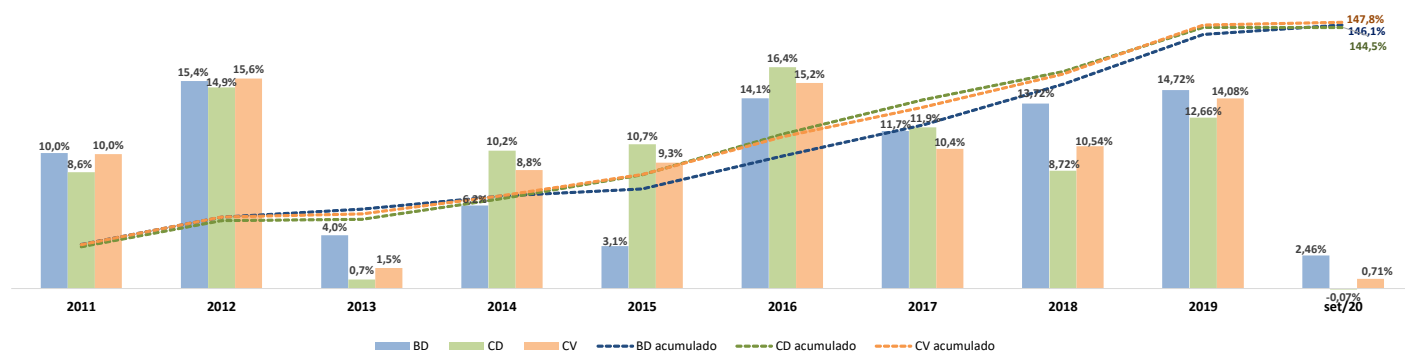
Período	CDI	IMA Geral	IBOVESPA	TMA/TJP*	EFPCs
2006	15,03%	17,53%	32,93%	8,98%	23,45%
2007	11,87%	12,63%	43,65%	11,47%	25,88%
2008	12,38%	12,69%	-41,22%	12,87%	-1,62%
2009	9,88%	12,90%	82,66%	10,36%	21,50%
2010	9,77%	12,98%	1,04%	12,85%	13,26%
2011	11,58%	13,65%	-18,11%	12,44%	9,80%
2012	8,40%	17,72%	7,40%	12,57%	15,37%
2013	8,06%	-1,42%	-15,50%	11,63%	3,28%
2014	10,82%	12,36%	-2,91%	12,07%	7,07%
2015	13,26%	9,32%	-13,31%	17,55%	5,22%
2016	14,01%	20,99%	38,94%	13,60%	14,56%
2017	9,93%	12,82%	26,86%	8,86%	11,36%
2018	6,42%	10,05%	15,03%	10,14%	12,30%
2019	5,96%	12,81%	31,58%	10,73%	14,24%
set/20	0,16%	-0,60%	-4,80%	1,34%	-0,27%
2020	2,28%	2,41%	-18,20%	6,44%	1,70%
12 meses	3,55%	4,37%	-9,68%	9,91%	6,23%
Acumulado	313,60%	434,93%	182,79%	410,29%	416,22%
Acumulado anualizado	10,10%	12,04%	7,30%	11,68%	11,77%



Fonte: ABRAPP / BACEN / IPEADATA

* TJP- Taxa de Juros Padrão (INPC + taxa de juros parâmetro de 5,75% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 292 de 08/04/2020); (INPC + taxa de juros parâmetro de 5,84% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 300 de 12/04/2019); (INPC + limite superior de 6,39% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 363 de 26/04/2018); (INPC + limite superior de 6,66% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 375 de 17/04/2017); (INPC + limite superior de 6,59% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 186 de 28/04/2016); (INPC + limite superior de 5,65% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a IN nº 19/2015 e Portaria PREVIC nº 197 de 14/04/2015 até dez/2015); TMA - Taxa Máxima Atuarial (até dez/2014) - de acordo com as premissas previstas na Resolução CNPC nº 9 de 29/11/2012.

VIII. RENTABILIDADE ACUMULADA POR PLANO (2011 à set/2020)

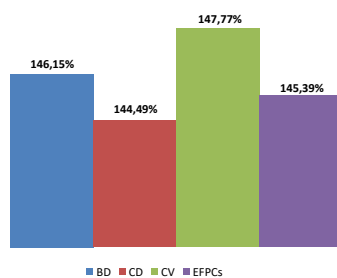


IX. ALOCAÇÃO DA CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE PLANO*

Segmento	Benefício Definido			Contribuição Definida			Contribuição Variável		
	R\$ milhões	% Modalidade	% Segmento	R\$ milhões	% Modalidade	% Segmento	R\$ milhões	% Modalidade	% Segmento
Renda Fixa	381.041	68,4%	56,1%	104.358	86,2%	15,4%	193.997	80,5%	28,6%
Renda Variável	122.734	22,0%	72,7%	13.761	11,4%	8,1%	32.372	13,4%	19,2%
Investimentos Estruturados	8.228	1,5%	69,5%	886	0,7%	7,5%	2.721	1,1%	23,0%
Imóveis	28.441	5,1%	89,0%	328	0,3%	1,0%	3.196	1,3%	10,0%
Operações Com Participantes	12.594	2,3%	59,4%	1.200	1,0%	5,7%	7.411	3,1%	34,9%
Outros	4.208	0,8%	70,3%	570	0,5%	9,5%	1.203	0,5%	20,1%
Total	557.246	100,0%	60,6%	121.103	100,0%	13,2%	240.902	100,0%	26,2%

* São considerados os investimentos dos Planos Previdenciais.

X. RENTABILIDADE ESTIMADA POR TIPO DE PLANO



Período	Benefício Definido	Contribuição Definida	Contribuição Variável	EFPCs
2011	10,04%	8,62%	9,96%	9,80%
2012	15,38%	14,90%	15,56%	15,37%
2013	3,96%	0,66%	1,52%	3,28%
2014	6,15%	10,22%	8,78%	7,07%
2015	3,15%	10,69%	9,32%	5,22%
2016	14,10%	16,40%	15,23%	14,56%
2017	11,68%	11,95%	10,36%	11,36%
2018	13,72%	8,72%	10,54%	12,30%
2019	14,72%	12,66%	14,08%	14,24%
set/20	-0,03%	-0,86%	-0,55%	-0,27%
2020	2,46%	-0,07%	0,71%	1,70%
Acumulado	146,15%	144,49%	147,77%	145,39%

XI. ALOCAÇÃO MÉDIA (ARITMÉTICA) POR FAIXA DE PATRIMÔNIO

PATRIMÔNIO	Qtde. de EFPCs	Renda Fixa	Renda Variável	Investimentos Estruturados	Imóveis	Operações com Participantes	Outros
Até R\$ 100 mi	36	89,9%	3,7%	0,0%	2,0%	0,3%	4,1%
Entre R\$ 100 mi e R\$ 500 mi	69	86,4%	8,8%	0,7%	1,7%	0,9%	1,5%
Entre R\$ 500 mi e R\$ 2 bi	87	87,1%	8,3%	1,0%	1,4%	1,1%	1,0%
Entre R\$ 2 bi e R\$ 10 bi	55	84,9%	10,0%	1,5%	1,7%	1,3%	0,7%
Acima de R\$ 10 bi	13	81,2%	11,3%	1,7%	3,5%	2,1%	0,3%
Consolidado	260	86,6%	8,3%	0,9%	1,7%	1,0%	1,5%

Percentual alocado fora da Renda Fixa

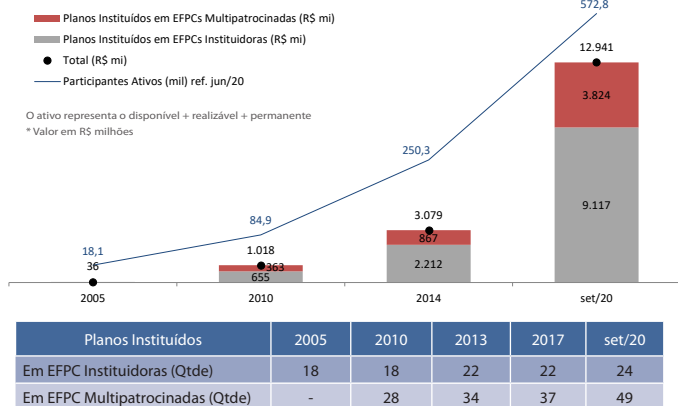


XII. RANKING DOS 15 MAIORES PLANOS

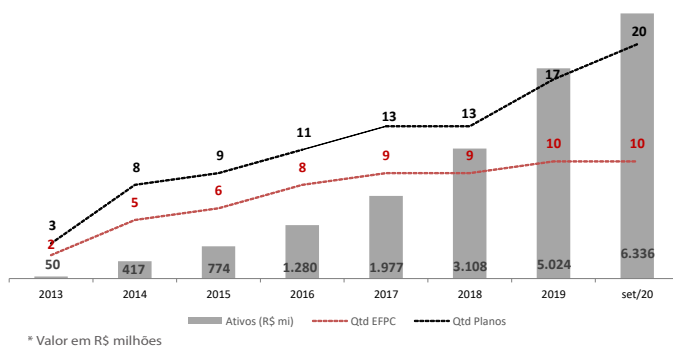
BENEFÍCIO DEFINIDO				CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA			
	Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)		Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)
1	PLANO DE BENEFÍCIOS 1	PREVI	182.627.912	1	PLANO ITAUBANCO CD	FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO	10.424.773
2	REG/REPLAN	FUNCEF	52.752.618	2	PLANO DE BENEFÍCIOS VISÃO	VISÃO PREV	5.599.539
3	PPSP	PETROS	43.226.022	3	PLANO CD DA IBM BRASIL	FUNDAÇÃO IBM	4.587.250
4	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	REAL GRANDEZA	15.379.548	4	PLANO PREV. DO SIST. UNICRED	QUANTA - PREVIDÊNCIA	3.511.705
5	PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS	FAPES	13.287.220	5	PLANO DE BENEFÍCIOS VEXTY	VEXTY	3.436.203
6	PLANO V	BANESPREV	13.266.889	6	PLANO DE BENEFÍCIOS EMBRAER	EMBRAER PREV	3.335.991
7	PLANO DE BENEFÍCIOS DA SISTEL	SISTEL	12.102.705	7	PLANO DE BENEFÍCIOS CEEEPREV	ELETROCEEE	3.261.702
8	PLANO PETROS DO SIST. PETROBRAS	PETROS	11.393.352	8	PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	GERDAU PREVIDÊNCIA	3.241.029
9	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	VALIA	10.447.049	9	PLANO DE BENEFÍCIOS 01-B	PREVINORTE	3.024.734
10	PSAP/ELETROPAULO	VIVEST	10.238.295	10	PLANO EXECUTIVO FEDERAL	FUNPESP-EXE	2.823.624
11	PLANO DE APOSENTADORIA	FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO	8.163.933	11	PAI-CD	FUNDAÇÃO ITAÚSA	2.821.844
12	PLANO BANESPREV II	BANESPREV	8.153.327	12	PLANO UNILEVERPREV	UNILEVERPREV	2.672.272
13	PSAP/CESP B1	VIVEST	6.183.613	13	PLANO VIVA DE PREV. E PECÚLIO	FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA	2.512.682
14	PLANO A	FORLUZ	6.045.342	14	PLANO CD PREVDOW	PREVDOW	2.273.211
15	PLANO UNIFICADO DE BENEFÍCIO	FUNDAÇÃO COPEL	5.992.655	15	PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	ELETROS	2.024.605

CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL				INSTITUÍDOS			
	Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)		Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)
1	PLANO SISTEMA PETROBRAS	PETROS	27.149.055	1	PLANO DO SISTEMA UNICRED	QUANTA - PREVIDÊNCIA	3.511.705
2	NOVO PLANO	FUNCEF	19.407.129	2	PLANO VIVA DE PREV. E PECÚLIO	FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA	2.512.682
3	PLANO DE BENEFÍCIOS 2	PREVI	19.293.302	3	SICOOB MULTI INSTITUÍDO	SICOOB PREVI	1.221.390
4	PLANO B	FORLUZ	10.605.632	4	PLANO DE PREVIDÊNCIA UNIMED-BH	MULTICOOP	966.209
5	PLANO DE BENEFÍCIOS VALE MAIS	VALIA	10.172.907	5	PLANO PREVER	OABPREV-SP	912.455
6	PLANO POSTALPREV	POSTALIS	5.830.184	6	PLANO ANAPARPREV	PETROS	555.695
7	PPCPFL	VIVEST	5.757.735	7	PBPA	OABPREV-PR	453.954
8	PLANO DE BENEFÍCIOS PREV. III	FUNDAÇÃO COPEL	5.319.332	8	PLANJUS	JUSPREV	306.399
9	PLANO TELEMARPREV	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	5.225.310	9	PBPA	OABPREV-MG	226.856
10	PLANO TELOS CV I	TELOS	5.106.417	10	PLANO DE BENEFÍCIOS TECNOPREV	BB PREVIDÊNCIA	211.225
11	PLANO DE APO. PREVI-GM	PREVI-GM	4.646.855	11	PBPA	OABPREV-SC	196.711
12	PLANO DE BENEFÍCIOS TCSPREV	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	4.598.977	12	PLANO DE BENEF. PREVIDENCIÁRIOS	QUANTA - PREVIDÊNCIA	178.889
13	PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO	SERPROS	4.063.261	13	PLANO DE PREV. DO COOPERADO	MULTICOOP	165.131
14	PLANO DE APÓS. SANTANDERPREVI	SANTANDERPREVI	4.008.304	14	PLANO ACRICEL DE APOSENTADORIA	MULTIBRA INSTITUIDOR	137.510
15	PLANO RFFSA	FUNDAÇÃO REFER	3.972.390	15	PBPA	OABPREV-RS	124.963

XIII. EVOLUÇÃO DOS PLANOS INSTITUÍDOS*

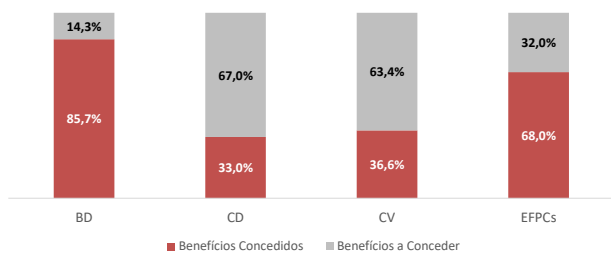


XIV. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS*, EFPCs e PLANOS DOS SERVIDORES



XV. PASSIVO ATUARIAL

Percentual das Provisões Matemáticas



EFPCs e Planos de acordo com o percentual da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos

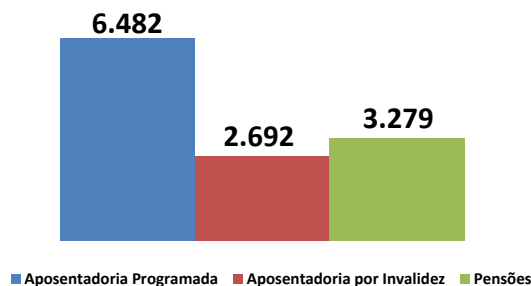
Tipo	Qtde. EFPCs/Planos	Até 25%	Entre 25% e 50%	Entre 50% e 75%	Entre 75% e 100%
BD	255	7	23	50	176
CD	395	285	63	34	13
CV	279	108	97	46	28
EFPCs	254	67	69	66	52

*Foram consideradas apenas EFPCs com dados disponíveis

XVI. DEMONSTRATIVO DE BENEFÍCIOS

Tipo	Valor (R\$ mil) ¹	Valor Médio Mensal ² (R\$)
Aposentadoria Programada	20.840.223	6.482
Aposentadoria por Invalidez	737.182	2.692
Pensões	2.884.727	3.279

Nota: O valor dos Benefícios pagos, quando também considerados os Auxílios - Prestação Continuada, Pecúlios e Outros benefícios de Prestação Continuada é de R\$ 30 bi (jun/2020).



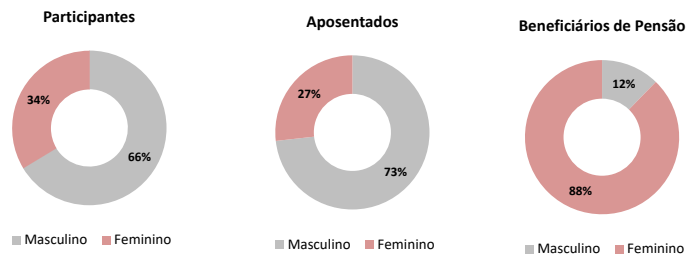
¹ Valor acumulado até junho de 2020, considerando amostra com 179 EFPCs.

² Média estimada dos valores acumulados até junho de 2020 (R\$).

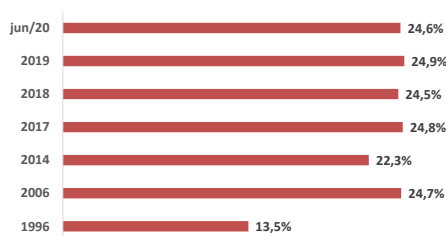
XVII. ESTATÍSTICAS DE POPULAÇÃO

Faixa Etária	Participantes*		Aposentados*		Beneficiários de Pensão*	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até 24 anos	4,5%	3,4%	0,0%	0,0%	2,6%	2,6%
De 25 a 34 anos	15,7%	8,8%	0,0%	0,0%	0,4%	0,5%
De 35 a 54 anos	36,6%	17,8%	3,0%	1,9%	1,6%	7,4%
De 55 a 64 anos	7,2%	2,8%	25,2%	12,1%	2,1%	16,7%
De 65 a 74 anos	1,8%	0,7%	28,7%	9,9%	2,9%	25,7%
De 75 a 84 anos	0,5%	0,2%	13,1%	2,3%	1,9%	23,1%
Mais de 85 anos	0,1%	0,1%	3,2%	0,6%	0,8%	11,7%
Total	66,4%	33,6%	73,2%	26,8%	12,3%	87,7%

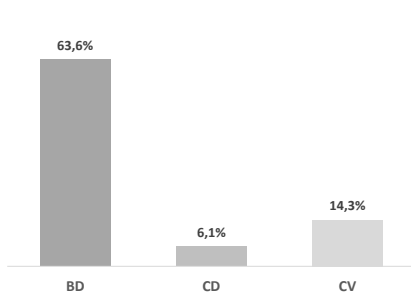
*Dados de 2019 / Amostra com aprox. 2,5 milhões de pessoas



Evolução da Maturidade Populacional** - EFPCs



Maturidade Populacional por Tipo de Plano



Percentual das EFPCs e Planos de acordo com a Maturidade Populacional

Tipo	Qtde. EFPCs/Planos	Até 25%	Entre 25% e 50%	Entre 50% e 75%	Entre 75% e 100%
BD	257	11%	13%	16%	61%
CD	391	88%	7%	3%	1%
CV	283	73%	14%	7%	6%
EFPCs	237	59%	22%	12%	8%

**Divisão dos assistidos (aposentados e beneficiários de pensão) pela soma dos participantes e assistidos

XVIII. CLASSIFICAÇÃO DAS EFPCs

	EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População
1	PREVI	203.627.818	85.600	240.063	106.482	2020
2	PETROS	86.839.739	62.923	310.137	74.966	2020
3	FUNCEF	74.989.679	84.700	210.724	51.841	2020
4	VIVEST	32.853.035	19.654	45.628	32.711	2020
5	FUND. ITAÚ UNIBANCO	27.987.959	33.609	2.507	23.338	2020
6	BANESPREV	26.702.488	3.709	22.055	25.875	2020
7	VALIA	24.023.297	97.274	316.280	24.216	2020
8	SISTEL	19.498.080	1.690	24.415	22.547	2020
9	REAL GRANDEZA	17.185.195	3.171	17.457	9.490	2020
10	FORLUZ	16.728.748	6.941	28.757	15.921	2020
11	FAPES	13.554.400	2.650	7.669	2.221	2020
12	FUNDAÇÃO COPEL	11.445.132	12.245	12.437	9.148	2020
13	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	10.956.475	6.060	46.533	15.287	2020
14	POSTALIS	9.207.504	88.538	73.426	40.184	2020
15	PREVIDÊNCIA USIMINAS	8.922.432	16.495	50.749	20.358	2020
16	TELOS	8.676.854	7.428	24.860	7.165	2020
17	CERES	8.460.992	13.411	22.253	8.649	2020
18	BB PREVIDÊNCIA	8.281.411	159.737	72.342	4.544	2020
19	MULTIPREV	7.903.406	47.995	41.493	2.769	2020
20	MULTIBRA	7.873.850	58.340	106.996	9.703	2020
21	ECONOMUS	7.147.701	9.902	19.864	9.108	2020
22	VISÃO PREV	6.970.102	11.198	16.110	6.014	2020
23	CENTRUS	6.926.620	614	1.637	1.426	2020
24	ELETROCEEE	6.847.565	9.059	17.208	9.215	2020
25	SERPROS	6.575.529	8.967	24.169	4.752	2020
26	FUNDAÇÃO REFER	5.927.509	3.614	34.656	25.369	2020
27	CBS PREVIDÊNCIA	5.550.086	21.059	34.603	13.024	2020
28	FUNDAÇÃO BANRISUL	5.400.182	10.238	15.508	8.038	2020
29	FUNDAÇÃO IBM	5.379.665	9.326	13.007	1.494	2020
30	CAPEF	5.040.415	6.930	14.122	5.475	2020
31	ELETROS	5.017.805	2.420	6.978	2.633	2020
32	FUNBEP	4.976.437	517	7.930	5.997	2020
33	PREVI-GM	4.651.756	16.265	14.401	3.744	2020
34	PREVINORTE	4.268.646	4.047	6.174	2.260	2020
35	FIBRA	4.150.250	1.343	4.016	1.918	2020
36	GERDAU PREVIDÊNCIA	4.020.885	14.468	17.161	3.138	2020
37	SANTANDERPREVI	4.014.284	35.070	51.134	1.649	2020
38	BRF PREVIDÊNCIA	3.956.366	47.500	140.297	7.450	2020
39	FUNDAÇÃO LIBERTAS	3.740.656	16.759	1.987	4.358	2020
40	QUANTA - PREVIDÊNCIA	3.705.961	103.111	181.317	486	2020
41	INFRAPREV	3.629.194	7.543	12.904	4.809	2019
42	FUNSSSEST	3.515.998	6.677	927	3.391	2020
43	NUCLEOS	3.454.713	2.852	6.022	1.890	2020
44	VEXTY	3.443.086	16.044	-	934	2020
45	UNILEVERPREV	3.410.293	10.759	1.545	1.551	2020
46	EMBRAER PREV	3.342.106	19.186	33.188	1.549	2020
47	CITIPREVI	3.336.914	3.270	-	1.392	2020
48	ELOS	3.316.690	1.259	3.257	3.135	2020
49	BRASLIGHT	3.302.517	5.286	11.991	5.458	2020
50	SABESPREV	3.298.987	13.137	37.045	7.973	2020
51	ITAÚ FUNDO MULTI	3.271.598	36.624	17.307	1.237	2020
52	FUNPRES-PREV	3.163.224	88.157	-	88	2020
53	FUNEPP	3.126.274	18.729	10.325	2.582	2020
54	FUNDAÇÃO ITAÚSA	3.061.149	5.152	10.405	1.159	2019
55	VWPP	2.936.466	32.857	91.218	2.553	2020
56	REGIUS	2.884.840	4.057	3.356	1.469	2020
57	CELOS	2.864.674	6.661	9.171	5.635	2020
58	METRUS	2.803.864	8.549	17.398	4.130	2020
59	ICATUFMP	2.670.896	29.740	12.450	2.584	2020
60	FUND. VIVA DE PREV.	2.599.250	46.906	89.144	19.663	2020
61	FUSESC	2.435.561	2.156	6.914	4.978	2020
62	PREVIRB	2.434.157	508	1.187	1.517	2020
63	MÚLTIPLA	2.356.656	20.223	19.291	900	2020
64	PREVDOW	2.274.828	3.206	4.577	812	2020

	EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População
65	GEBSA-PREV	2.137.502	11.734	19.563	755	2020
66	PREVIBAYER	2.105.150	4.149	12.139	1.723	2020
67	FUNSEJEM	2.048.907	19.958	23.295	898	2020
68	BANDEPREV	1.941.633	89	1.589	1.918	2020
69	JOHNSON & JOHNSON	1.925.170	-	9.000	1.057	2020
70	INSTITUTO AMBEV	1.923.565	7.917	789	1.459	2020
71	ENERPREV	1.910.512	3.208	6.441	2.471	2020
72	FAELBA	1.844.309	4.538	15.259	2.470	2020
73	BANESSES	1.818.296	521	537	-	2020
74	FUNDAÇÃO CORSAN	1.808.888	4.964	9.019	4.112	2020
75	PRECE	1.748.939	2.673	4.955	7.055	2020
76	FUNDAÇÃO PROMON	1.743.122	1.330	4.798	765	2020
77	PREVI-SIEMENS	1.734.072	6.744	9.900	1.473	2020
78	FUSAN	1.710.283	7.127	14.109	2.775	2020
79	FASC	1.692.554	5.228	7.014	920	2020
80	SP-PREVCOM	1.653.898	23.682	10.555	301	2020
81	PREVDATA	1.646.897	3.010	7.395	1.929	2020
82	FIPECQ	1.581.784	9.350	25.837	462	2020
83	FACEB	1.550.720	879	2.687	1.582	2019
84	PRHOSPER	1.540.749	2.188	2.531	1.502	2020
85	PREVIG	1.517.804	2.231	1.874	891	2020
86	PREVISC	1.503.961	16.425	31.729	1.505	2020
87	E-INVEST	1.476.643	2.649	709	817	2019
88	BASF	1.445.476	4.033	3.640	602	2020
89	SYNGENTA PREVI	1.420.963	3.412	5.915	331	2020
90	FORD	1.411.790	7.140	12	900	2020
91	CIBRIUS	1.407.959	2.986	4.049	1.970	2020
92	SÃO BERNARDO	1.378.752	10.020	8.811	1.511	2020
93	FAELCE	1.375.968	1.081	3.597	2.392	2020
94	ENERGISAPREV	1.369.566	8.020	12.186	2.391	2020
95	SICOOB PREVI	1.354.203	173.691	32.823	83	2020
96	VALUEPREV	1.349.842	2.463	240	411	2020
97	CARGILLPREV	1.321.918	7.024	9.453	344	2020
98	ACEPREV	1.320.088	4.057	7.315	1.985	2020
99	IAJA	1.270.538	8.581	10.741	1.239	2020
100	ISBRE	1.258.283	404	1.189	514	2020
101	PREVUNIÃO	1.257.698	4.019	7.720	976	2020
102	BRASILETROS	1.227.210	932	2.919	2.489	2020
103	MULTICOOP	1.217.902	8.939	13.478	102	2020
104	PREVI NOVARTIS	1.200.124	2.002	1.291	609	2020
105	RUMOS	1.100.437	2.339	796	338	2020
106	SÃO RAFAEL	1.096.252	1.021	2.217	811	2020
107	FUNPRES-PREV	1.059.404	19.922	3.227	14	2020
108	DESBAN	1.054.159	339	989	571	2020
109	INOVAR	1.042.945	1.366	6.979	737	2020
110	PREVSAN	1.018.128	3.663	15.120	1.881	2020
111	AGROS	1.013.173	5.468	6.590	836	2020
112	MBPREV	1.005.347	9.878	1.581	1.232	2020
113	PREVIBOSCH	993.800	7.802	12.060	1.188	2020
114	OABPREV-SP	959.480	52.167	93.019	282	2020
115	COMSHELL	938.300	1.421	2.516	526	2020
116	FUNDAMBRA	935.073	8.747	1.076	913	2020
117	SEBRAE PREVIDÊNCIA	934.065	8.163	7.956	368	2020
118	BASES	925.899	279	1.153	1.553	2020
119	PLANEJAR	920.382	4.359	6.540	529	2020
120	COMPESAPREV	896.594	2.652	5.567	2.669	2020
121	ECOS	891.043	47	891	722	2020
122	FUND. SÃO FRANCISCO	869.371	1.170	1.884	923	2020
123	SERGUS	860.884	1.146	1.646	609	2020
124	CYAMPREV	854.140	nd	nd	nd	nd
125	FABASA	849.604	4.167	14.352	683	2020
126	VIKINGPREV	818.671	4.339	78	361	2020
127	PREVICAT	816.791	1.719	2.989	941	2020
128	FASCEMAR	796.952	3.792	4.517	1.481	2019

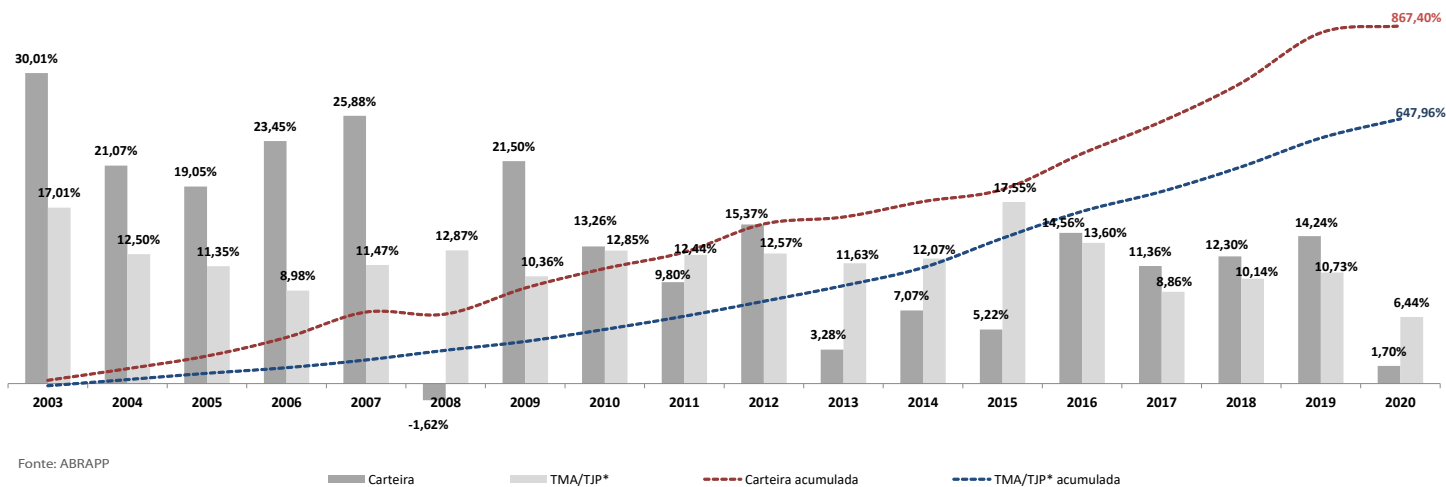
XVIII. CLASSIFICAÇÃO DAS EFPCs

EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População	EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População		
129	PREVMON	737.666	3.136	5.166	108	2020	189	CASANPREV	297.396	1.305	2.865	693	2020
130	ELETRA	728.342	1.096	2.793	1.220	2020	190	TOYOTA PREVI	295.649	5.293	7.918	60	2020
131	FGV-PREVI	728.221	2.259	2.528	149	2020	191	SUPRE	283.447	449	1.157	407	2020
132	PREVICOKE	719.004	1.802	2.815	263	2020	192	AVONPREV	261.267	7.908	6.289	106	2020
133	MAIS VIDA PREVIDÊNCIA	696.233	1.121	1.880	150	2020	193	SOMUPP	258.722	-	-	118	2020
134	PREVIPLAN	686.601	2.325	6.542	530	2020	194	FUCAP	245.752	976	1.526	295	2020
135	PORTOPREV	677.450	6.151	12.374	236	2020	195	PREVIHONDA	244.034	11.307	19.788	123	2020
136	PREVEME	674.053	1.461	1.946	747	2020	196	CAGEPREV	242.510	1.356	1.755	89	2020
137	MSD PREV	668.620	1.753	3.065	250	2020	197	FIOPREV	237.226	62	102	86	2020
138	ALCOA PREVI	606.893	2.612	6.978	151	2020	198	OABPREV-MG	229.859	10.842	18.096	53	2020
139	PREVIA-MICHELIN	596.731	5.091	7.631	318	2020	199	CARBOPREV	228.784	748	1.118	189	2020
140	PREVHAB	590.206	2	485	577	2020	200	INSTITUTO GEIPREV	215.750	40	211	319	2020
141	FACEAL	574.271	542	-	873	2020	201	FAPECE	205.107	291	-	155	2020
142	FACEPI	553.435	184	1.165	1.580	2020	202	FUMPRESC	201.492	554	876	379	2020
143	MULTIBRA INSTITUIDOR	550.137	2.575	4.253	335	2020	203	ALPHA	200.959	820	1.843	256	2020
144	BUNGPREV	539.406	11.051	16.580	304	2020	204	OABPREV-SC	199.341	8.780	14.291	97	2020
145	FAPERS	536.652	1.622	2.883	836	2020	205	PREVISTIHL	159.896	2.569	3.847	31	2020
146	SEGURIDADE	532.554	1.995	770	480	2020	206	PREVBEP	152.041	22	167	161	2020
147	GOODYEAR	526.464	5.296	9.446	1.555	2020	207	FUNDO PARANÁ	144.739	4.373	7.318	35	2020
148	INDUSPREVI	522.490	2.024	2.762	620	2020	208	RECKITTPREV	142.966	1.117	1.240	62	2020
149	CP PREV	519.732	3.779	6.317	138	2020	209	VISTEON	140.892	1.570	72	128	2020
150	DERMINAS	516.858	5.487	-	4.007	2020	210	SIAS	136.210	7.200	4.892	703	2020
151	POUPREV	510.795	1.269	2.060	97	2020	211	PREVYASUDA	133.062	939	978	96	2020
152	CARREFOURPREV	498.729	57.656	37.544	223	2020	212	MENDESPREV	128.596	36	609	457	2020
153	PFIZER PREV	496.501	9.125	11.109	196	2020	213	OABPREV-RS	128.382	8.811	16.839	55	2020
154	GASIUUS	491.912	27	631	1.023	2019	214	MÚTUOPREV	125.803	12.449	15.638	-	2020
155	FAPA	488.340	484	2.197	668	2020	215	OABPREV-GO	122.424	5.122	13.617	58	2020
156	SUPREV	477.404	2.950	2.865	1.047	2020	216	TEXPREV	120.469	202	473	43	2020
157	PREVIDEXXONMOBIL	472.537	1.874	2.136	112	2020	217	DATUSPREV	107.508	306	359	70	2020
158	PREVINDUS	463.565	7.421	4.756	1.070	2020	218	RJPREV	106.524	2.217	2.749	4	2018
159	RANDONPREV	456.660	11.767	19.572	282	2020	219	FUTURA II	99.713	5.206	7.808	16	2020
160	OABPREV-PR	456.095	17.149	22.056	136	2020	220	MAG FUNDOS DE PENSÃO	95.932	3.180	5.079	21	2020
161	MAIS PREVIDÊNCIA	455.117	5.449	2.562	908	2019	221	ALBAPREV	88.015	212	476	8	2020
162	FUTURA	433.564	804	1.099	398	2020	222	CAPAF	87.922	174	641	894	2020
163	ALPAPREV	433.412	21.368	24.289	215	2020	223	PREVCHEVRON	74.664	117	194	68	2019
164	PREVIP	430.386	4.750	8.242	162	2020	224	FUNCASAL	67.196	658	1.506	812	2020
165	P&G PREV	428.354	5.046	6.563	195	2020	225	OABPREV-RJ	60.932	5.948	10.818	188	2020
166	KPMG PREV	423.841	4.742	7.212	76	2020	226	MM PREV	58.790	1.688	1.994	36	2020
167	CAPESESP	423.214	33.177	5.372	674	2019	227	PREVES	57.761	3.593	-	2	2020
168	PREVICÂNIA	422.258	4.355	419	215	2020	228	SBOT PREV	56.307	1.706	1.790	7	2020
169	RAIZPREV	421.476	27.484	41.143	58	2020	229	ALEPEPREV	45.393	176	219	33	2020
170	PREV PPSICO	416.788	15.845	15.891	141	2020	230	PREVUNISUL	43.316	694	733	132	2020
171	PREVCUMMINS	416.124	2.793	3.021	220	2020	231	RS-PREV	39.269	1.029	-	-	2020
172	LILLY PREV	408.443	815	1.257	271	2020	232	ANABBPREV	36.969	1.172	2.218	8	2020
173	FAECES	401.865	1.035	2.070	944	2020	233	FAÇOPAC	36.211	1.174	1.599	202	2020
174	CIFRÃO	389.337	652	1.242	1.073	2020	234	SILIUS	31.761	13	267	316	2020
175	VOITH PREV	385.908	1.813	3.276	272	2020	235	CNBPREV	28.527	752	1.261	9	2020
176	UNISYS PREVI	384.839	516	3	78	2020	236	PREVNORDESTE	23.559	676	616	-	2020
177	MAUÁ PREV	373.461	5.279	916	227	2020	237	SCPREV	22.363	679	195	-	2020
178	MERCERPREV	373.225	2.198	3.291	48	2020	238	PREVCOM-MG	20.963	757	622	-	2020
179	TETRA PAK PREV	372.932	1.903	2.951	73	2020	239	CAVA	8.578	883	1.511	566	2017
180	PORTUS	347.815	999	13.191	8.056	2019	240	PREVCOM-GO	7.776	200	82	-	2020
181	CABEC	343.840	18	1.588	1.159	2020	241	MAPPIN	4.820	3.463	2.895	35	2014
182	EATONPREV	342.430	3.743	4.999	245	2020	242	PSS	4.540	nd	nd	nd	nd
183	DANAPREV	338.070	4.779	7.504	177	2020	243	CURITIBAPREV	4.460	1.086	808	-	2020
184	PREVEME II	334.895	4.131	7.178	218	2020	244	SINDPJ/FPA	1.976	466	630	2	2018
185	PREVICEL	316.323	792	1.161	201	2020	245	ORIUUS	1.551	-	23	46	2020
186	ROCHEPREV	310.383	1.614	2.142	62	2020	246	FUCAE	1.428	nd	nd	nd	nd
187	BOTICÁRIO PREV	308.258	7.663	8.608	37	2020	247	ALPREV	731	nd	nd	nd	nd
188	JUSPREV	306.660	3.341	5.699	37	2020	248	FFMB	139	250	237	115	2014

TOTAL ESTIMADO

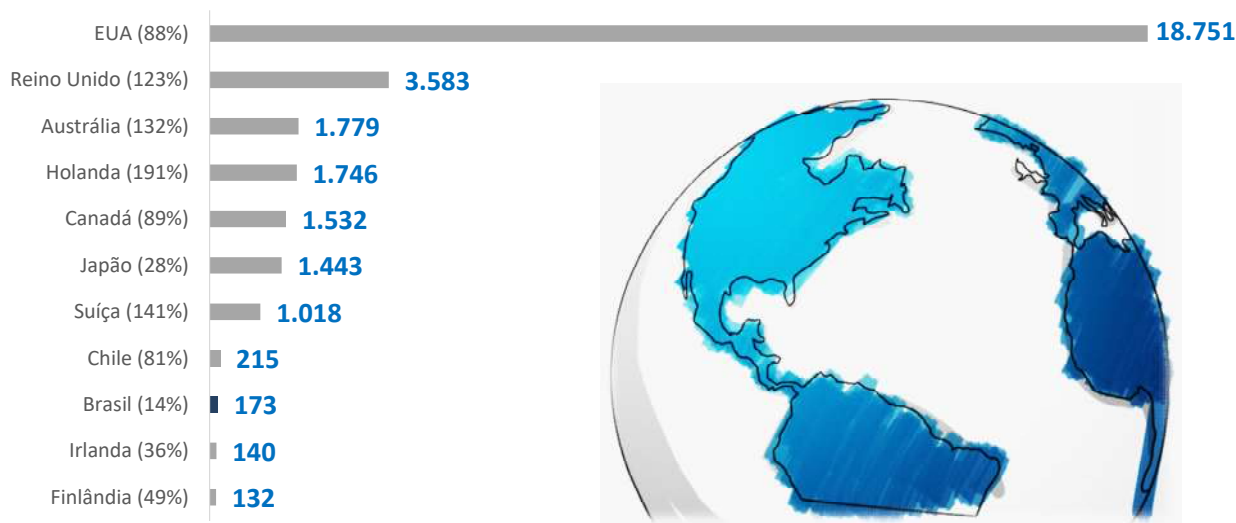
Investimentos (R\$ mil)	935.761.862	Participantes Ativos	2.666.863	Dependentes	3.882.788	Assistidos	837.257
-------------------------	-------------	----------------------	-----------	-------------	-----------	------------	---------

XIX. RENTABILIDADE DAS EFPCs X META ATUARIAL (2003 à set/2020)



XX. ATIVOS DOS FUNDOS DE PENSÃO POR PAÍSES E PIB

(US\$ bilhões)



Fonte: OCDE – 2019; ABRAPP – set/2020

XXI. PROJEÇÃO DA RENTABILIDADE DAS EFPCs 2020

	CENÁRIO I	CENÁRIO II	CENÁRIO III
RENDA FIXA	4,80%	4,80%	4,80%
RENDA VARIÁVEL	-18,06%	0,15%	9,25%
OUTROS	4,95%	4,95%	4,95%
CARTEIRA	0,34%	4,05%	5,90%
TMA/TJP*	9,66%	9,66%	9,66%

*TJP- Taxa de Juros Padrão (INPC + taxa de juros parâmetro de 5,75% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 292 de 08/04/2020)

Premissas válidas para os cenários:

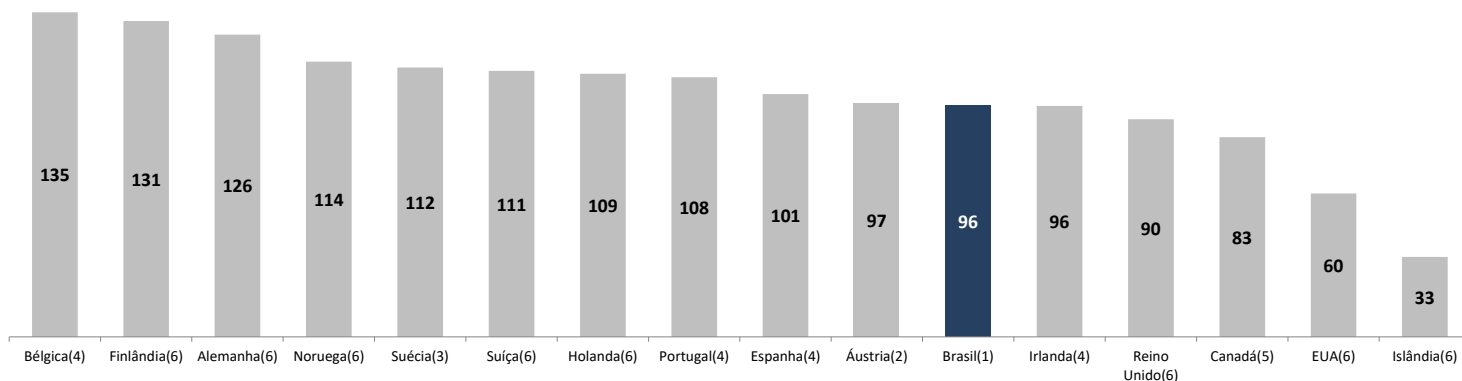
- Rentabilidade calculada de janeiro a setembro e INPC estimado;
- O retorno apurado em set/20 para o CDI e Ibovespa. SELIC em 2,00% até o final do ano;
- A rentabilidade de Outros é estimada com base na média dos últimos doze meses.

Fechamento do Ibovespa (em pontos)

Cenário I: 85,1 mil pontos / Cenário II: 104 mil pontos / Cenário III: 113,5 mil pontos

XXII. ÍNDICES DE SOLVÊNCIA - COMPARATIVO INTERNACIONAL

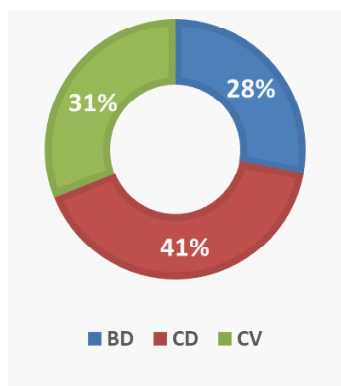
Solvência (%)



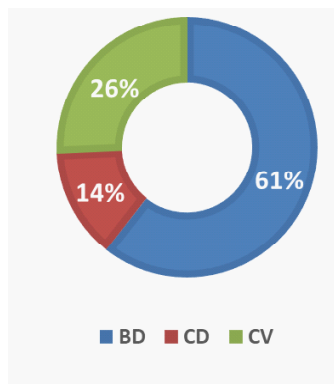
1. ABRAPP - média ponderada dos planos BD (set/2020); 2. OCDE - 2011; 3. OCDE - 2012; 4. OCDE - 2013; 5. Financial Services Commission of Ontario - 2015; 6. OCDE - 2017 (Pension Markets in Focus 2018).

XXIII. DADOS POR MODALIDADE DE PLANO

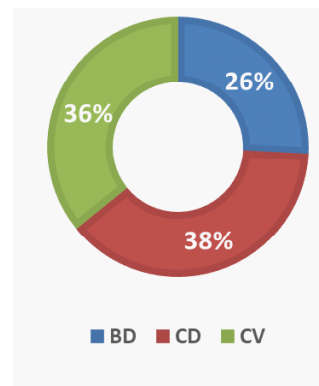
Número de Planos



Ativo total

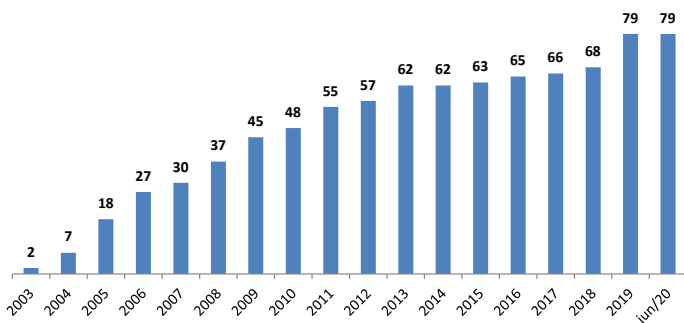


População (ativos + assistidos)



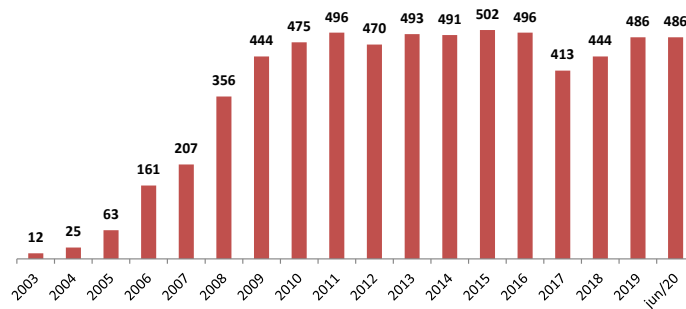
Fonte: Informe Estatístico Trimestral PREVIC (jun/20) e Abrapp (população jun/20)

XXIV. EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DOS PLANOS INSTITUÍDOS



Fonte: Informe Estatístico Trimestral PREVIC (jun/20)

XXV. EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DOS INSTITUIDORES



VIVA, SEMPRE EM MOVIMENTO.

Inovadora, engajada, comprometida com o futuro de cerca de 50 mil participantes. Esta é a Viva Previdência.

Sempre em destaque no segmento de PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, a Viva administra planos associativos, empresariais e família, trabalha para fazer a diferença no sistema previdenciário, com propósito e entregas que fomentem o crescimento do setor e que atendam às expectativas dos que a integram.

Com uma performance diferenciada, a Fundação Viva de Previdência se apresenta como solução na gestão de planos de previdência.

Agora você fala com a gente na central ou no WhatsApp pelo mesmo número!

Central de atendimento e WhatsApp: 0800 720 5600

 @vivaprevidencia

 /vivaprevidencia

 Viva Previdência

#Vivano
#41CBPP

